

E D I T O R I A L

Chega ao leitor o nono número da Revista Três Pontos, que ao longo de seus anos de existência tem mostrado um modesto panorama das pesquisas dos estudantes de graduação em Ciências Sociais: possíveis temas de interesse de futuros sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. Fortalecemos dessa maneira a nossa convicção no potencial crítico e investigativo dos alunos, na sua capacidade de desenvolver e relacionar temas emergentes, que em muitos casos serão aprofundados na pós-graduação.

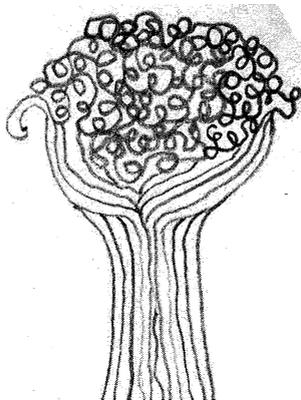
Assim vemos a preocupação na compreensão de um mundo moderno, uma realidade de limites fluidos, dinâmica, assimétrica e permeada de reveses, onde nada é estanque. Duas abordagens complementares são aqui ensejadas, enfocando diferentes aspectos do funcionamento de nossas sociedades, que se sobrepõem e fundamentam: O avesso do poder de controle e a multiplicação dos sujeitos de vigilância (p. 85) e Estado de exceção, vida nua e campo: A concepção agambeniana de modernidade. Uma interpretação. (p. 143) A contribuição para o estudo de temas centrais de nosso cotidiano se dá também em dois artigos que lidam com o papel dos media na construção do imaginário social: o primeiro, Mídia e representações sociais - uma perspectiva de apreensão da realidade social (p.91), realiza um apanhado teórico-conceitual da (re)produção da realidade através dos meios de comunicação; em Raça, Etnia, Estética e Política - por uma compreensão não maniqueísta dos antagonismos midiáticos (p. 99), temos uma discussão sobre a imagem do negro nos media baseada em um estudo de caso.

No artigo Movimentos sociais e a Ong BrOffice.org, um estudo de caso (p. 107), deparamo-nos com novas redes sociais que se formam em torno de um agente novo - a rizomática Internet - e somos levados a perguntar até que ponto a tipologia clássica dá conta desses movimentos. Em seguida, avistamos como determinados agentes de um mundo também conectado influenciam a arena deliberativa estatal - o papel das comunidades de especialistas na tomada de decisões públicas é investigado em Comunidades Epistêmicas - agentes de mudança em uma sociedade globalizada (p. 117).

A atualidade do pensamento dos grandes intelectuais brasileiros é retomada no artigo A utopia agrária e democrática de André Rebouças (p. 133), um convite para pensar a necessidade de discussão a respeito da questão fundiária em nosso país e as contribuições históricas do engenheiro abolicionista para a transformação da realidade nacional. Em um passado mais recente, lidamos com o surpreendente projeto do "curso paralelo" de Ciências Sociais, levado a cabo em 1968. Nossos predecessores (muitos dos quais hoje nos ministram aulas) tomam a palavra e reconstituem tanto o acontecimento particular quanto a formação do campo acadêmico-profissional das Ciências Sociais em O curso paralelo de Ciências Sociais na UFMG (p. 125). Por fim, temos uma instigante entrevista com o antropólogo Wilson Trajano Filho, pioneiro brasileiro em estudos em solo africano. Passando por reflexões sobre diferentes métodos e antropologias, o professor da Universidade de Brasília, através de seus relatos e experiências, introduz o neófito nas possibilidades do campo da Antropologia na África. Registramos nosso "obrigado" às entrevistadoras Denise Pimenta e Denise Costa, que cumpriram a tarefa com entusiasmo e dedicação.

O que temos em mãos é uma edição plural, que abarca diferentes temas e perspectivas das Ciências Sociais. Buscando não confinar nosso conhecimento e debate às paredes universitárias, damos início a uma distribuição mais ampla da Revista Três Pontos, que poderá ser encontrada também em ambientes menos especializados (como um maior número de livrarias e bibliotecas públicas).

É mister dizer que este resultado não seria possível sem a colaboração dos alunos de graduação que todo semestre nos enviam trabalhos de qualidade; sem o aparato e a viabilização do periódico pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais; sem a confiança e apoio do Prof. João Pinto Furtado, diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG; sem a permanente avaliação das contribuições pelos nossos pareceristas ad hoc, citados em nossa Nominata ao fim deste volume. A todos eles, mais uma vez, nossos sinceros agradecimentos.



A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passados pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE

REDAÇÃO

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 4188.
Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrespontos@fafich.ufmg.br - www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos

EDITOR-EXECUTIVO:

Bruno Nogueira Guimarães (Discente-UFMG)

EDITOR-ADJUNTO:

Martha Verônica S. Menezes (Discente-UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Amanda Horta (Discente - UFMG)
Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)
Bruna de Fátima Chaves Aarão (Discente - PUC Minas)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)
Henrique Gonçalves Rodrigues (Discente - UFMG)
Isabel Lüscher Fonseca (Discente - UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)
Profa. Tânia Quintaneiro (SOA-UFMG)
Victor Alcantara e Silva (Discente - UFMG)

COLABORADORES:

Fabrizio Mendes Fialho (Discente-UFMG)
Frederico Mendes Fialho (Discente - UFMG)
Guilherme Alberto Rodrigues (Discente-UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO:

Prof. Carlos Pereira (University of Michigan/EUA)
Prof. Cícero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA / PNUD)
Profa. Maria de Lourdes Dolabella Pereira (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa. Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

PROJETO GRÁFICO: Gilmar Campos

DIAGRAMAÇÃO: Tiago de Macedo (Ofício)

CAPA: Clarice Lacerda

IMAGENS:

Rosana Guimarães: (págs: 81, 85, 102, 108, 113, 115, 118, 124, 129, 132, 135, 136, 142, 147 e 152)
Thereza Nardelli: (págs: 87, 92, 95, 99)

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca Fafich-UFMG.

EDITORA: O Lutador

IMPRESSÃO: Gráfica O Lutador

TIRAGEM: 600 exemplares

Circulação: janeiro de 2009.

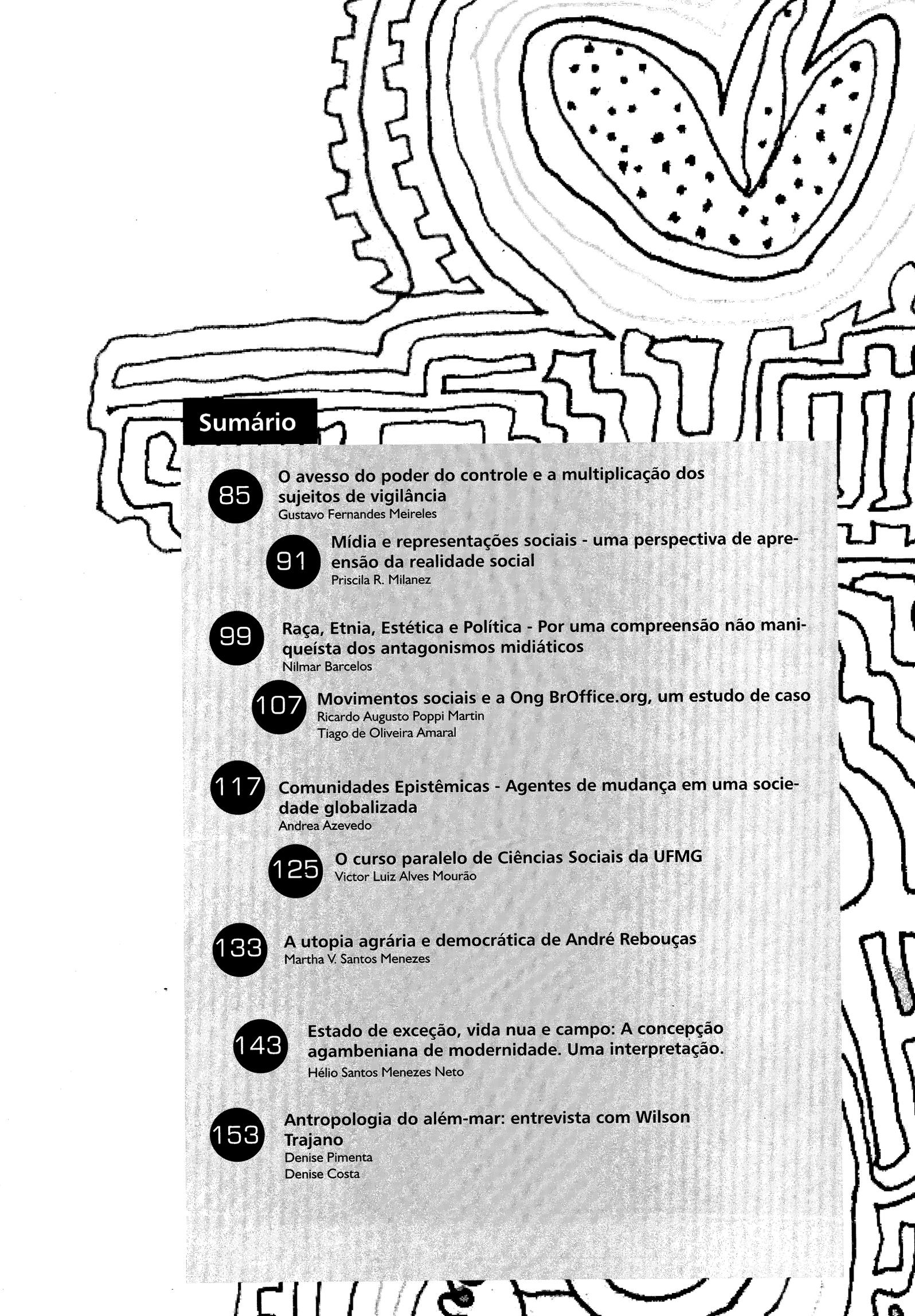
Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todos da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
- Ano 5, n.2 (jul 2008 / dez 2008). - Belo Horizonte: O Lutador, 2008 - .

V. ; 30,5 cm.
Semestral
Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/UFMG
ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências
Sociais. III.Título



Sumário

85

O avesso do poder do controle e a multiplicação dos sujeitos de vigilância

Gustavo Fernandes Meireles

91

Mídia e representações sociais - uma perspectiva de apreensão da realidade social

Priscila R. Milanez

99

Raça, Etnia, Estética e Política - Por uma compreensão não maniqueísta dos antagonismos midiáticos

Nilmar Barcelos

107

Movimentos sociais e a Ong BrOffice.org, um estudo de caso

Ricardo Augusto Poppi Martin

Tiago de Oliveira Amaral

117

Comunidades Epistêmicas - Agentes de mudança em uma sociedade globalizada

Andrea Azevedo

125

O curso paralelo de Ciências Sociais da UFMG

Victor Luiz Alves Mourão

133

A utopia agrária e democrática de André Rebouças

Martha V. Santos Menezes

143

Estado de exceção, vida nua e campo: A concepção agambeniana de modernidade. Uma interpretação.

Hélio Santos Menezes Neto

153

Antropologia do além-mar: entrevista com Wilson Trajano

Denise Pimenta

Denise Costa

O avesso do poder do controle e a multiplicação dos sujeitos de vigilância

Gustavo Fernandes Meireles*

Graduando em Ciências Sociais/UECE

Palavras-chave:

Vigilância, Disciplina, Controle.

Key Words:

Surveillance, Discipline, Control.

RESUMO: Partindo de estudos sócio-filosóficos do fenômeno da vigilância, é possível compreender que as ferramentas da sociedade de controle podem ser utilizadas tendendo a um maior equilíbrio à assimetria permanente entre poderes correlacionados. Para além da vigilância em lugares estanques, o controle se faz presente a cada instante, trazendo consigo um potencial de pulverização do poder dominante, alargando o espaço de ação dos indivíduos na medida em que estes podem ocupar mais facilmente a posição de sujeitos do controle.

ABSTRACT: From studies socio-philosophical of the phenomenon of surveillance, it is possible to comprehend that the instruments of the control society can be utilized leaning to a greater balance to the durable asymmetry between correlated powers. For beyond of surveillance in closed places, the control make itself present each moment, bringing a potential of the pulverization of the dominant power, enlarging the space of action of the individuals according as these can engage more easily the position of subjects of the control.

Introdução

A cada momento estamos sendo vigiados. Nos *shoppings*, nas escolas, nos supermercados, no trabalho, nos ônibus, nas ruas. Os instrumentos de vigilância tecem sua intrincada teia por todos os espaços e a aparente absurdidade do *Big Brother* orwelliano (ORWELL, 2004) torna-se ficção passada. 1984 foi apenas um esboço. Caminhamos para o controle total.

Celulares que capturam imagens em vídeo, cartões de acesso que registram entrada e saída de determinados espaços, cadastros pessoais em sítios virtuais da Internet, rastreamento dos seus interesses pelo uso do cartão de crédito, *blogs*, *Orkut* e endereços eletrônicos repletos de informações que permitem traçar seu perfil. Esse é o mundo do controle que amparado pelo avanço tecnológico – sobretudo no que diz respeito à captação e transmissão de imagens – mina a privacidade da sociedade contemporânea.

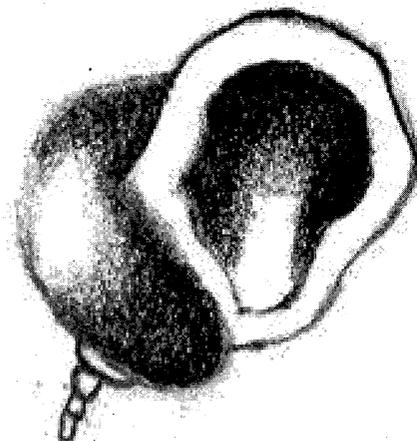
Segundo dados da ISC Brasil (*International Security Conference Expo*), a indústria de segurança eletrônica cresce aceleradamente em todo mundo e no Brasil não é diferente. O país encerrou 2006 com o investimento de mais de US\$ 1,1 bilhão só com a instalação de câmeras, alarmes, sensores, detectores de movimento e diversos outros serviços de monitoramento.

Nesse artigo pretendo suscitar reflexões acerca do mundo de controle em que estamos imersos. A partir da teoria de Michel Foucault e Gilles Deleuze e observações de fenômenos no âmbito da vigilância, tenciono verificar como o sistema que cria os mecanismos da imagem vem sendo, ele mesmo, desafiado por esses próprios mecanismos, levando a uma dispersão do poder dominante.

A vigilância confinada

Michel Foucault (1987), em sua já clássica obra *Vigiar e Punir*, especialmente na terceira parte do trabalho, analisa a vigilância nos séculos XVIII e XIX como instrumento para o disciplinamento e a docilização do corpo – aqui entendido em sua inteireza intelectual e física.

A disciplina é uma forma de dominação do corpo que visa à supressão de comportamentos divergentes ou não previsíveis que coloquem em xeque o controle social. Para tanto, muitos são os mecanismos dos quais se vale a disciplina: a distribuição do espaço a ser ocupado pelos indivíduos facilita sua localização; o controle das atividades impõe o horário como controlador das atividades e a disciplina no uso dos objetos. Nesse sentido, o tempo é fragmentado em parcelas que não devem ser desperdiçadas otimizando-o ao máximo e extraindo



*Agradeço à Livia de Aquino, pela intensidade de vida compartilhada e pelo infinito companheirismo.

toda sua utilidade. A segmentação dos movimentos combina-se à fragmentação do tempo, pois permite o encaixe dos segmentos de movimento em segmentos de tempo, buscando dar o máximo de eficiência ao movimento completo na medida em que cada segmento do movimento pode ser observado mais atentamente para que haja sempre um direcionamento para um máximo de eficiência.

"...importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis". (FOUCAULT, 1987, p. 131).

Esse disciplinamento do tempo e dos movimentos pode ser visualizado caricaturalmente no *Tempos Modernos* de Charles Chaplin (1936), em que o personagem quixôtesco repete os mesmos movimentos automatizando-se e confundindo-se com a máquina da fábrica em que trabalha. Ao sinal do relógio, quais robôs, os funcionários da fábrica param para a refeição, retornando ao sinal seguinte. Tem-se aqui a metáfora do corpo-máquina, que sob força da disciplina movimenta-se não mais de maneira aleatória, mas segmentada. Na ética da sociedade industrializada, o corpo deve acompanhar a velocidade das máquinas. Foucault cita o exemplo do movimento dos soldados franceses do século XVIII para demonstrar a segmentação do movimento, o que pode ser visto em uma das cenas do filme de propaganda política nazista *Triunfo da Vontade*, da cineasta alemã Leni Riefenstahl (1935), em que um sem número de soldados nazistas executam em harmonia perfeita diversos movimentos com suas armas.

O que se observa é que a disciplina caracteriza-se por uma modalidade de poder que atua a cada instante, objetivando fabricar indivíduos úteis adestrando multidões confusas em uma homogeneidade previsível. Para tanto, a vigilância é de suma importância, devendo ser silenciosa e efetiva. Segundo Foucault:

"O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam." (idem, p. 143).

Ou seja, o poder vigilante deve ver sem ser visto, mas fazer saber que está assistindo a tudo. Dessa forma, os quartéis, as fábricas, as escolas, são construídos e pensados para funcionarem como "observatórios da multiplicidade humana". É a vez

"de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado — para tornar visíveis os que nela

se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos." (idem, p. 144).

O incremento de vigilância nas instituições disciplinares permitiu a existência de um pequeno mecanismo penal, que Foucault denominou "sanção normalizadora" e que atuava na esfera do mínimo punível. Assim, os mínimos desvios de conduta davam margem a correções ou punições.

Como arquitetura ideal da vigilância silenciosa, Foucault apresenta o Panóptico de Bentham como arquitetura de vigilância ideal ao disciplinamento porque permite ver sem ser visto ininterruptamente, invertendo o princípio da masmorra. Ao invés da sombra, a luz. Esta estrutura consiste em uma construção em anel com uma torre central que, pelo efeito da contra-luz, permite ao vigia da torre assistir a todos os indivíduos localizados nas celas da periferia sem que seja visto por estes. Dessa forma, o panoptismo gera uma consciência inquieta de ser observado ininterruptamente permitindo que nasça uma sujeição real de uma relação fictícia e otimizando o poder disciplinador fazendo com que "a vigilância seja permanente em seus efeitos mesmo se é descontínua em sua ação" (idem, p. 166). Tal é o princípio das câmeras atuais, que atuam panópticamente interiorizando a coerção. Quem de nós nunca entrou em um elevador ou em um supermercado achando que está sendo vigiado mesmo que não haja câmera? O dispositivo panóptico permite uma introjeção da vigilância e de seu efeito disciplinador na consciência dos indivíduos, que certos da vigilância ininterrupta, agem como se estivessem sendo vigiados mesmo quando esta não atua de fato. "É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar" (idem, p. 156).

O pensador francês aponta a uma peculiaridade na disciplina que lhe confere poder extraordinário: a disciplina transforma o objeto da sua ação em sujeito de ação disciplinar de outrem. Desarte, através do adestramento e da docilização do corpo, o poder disciplinar multiplica-se e retroalimenta-se tornando o objeto vigiado em sujeito de vigilância, o que permite estender sua atuação por todo o corpo social. Assim, o aluno bem comportado e com bom aproveitamento habilita-se, conquista a competência de vigiar e punir outros alunos, ou pelo menos de delatá-los às instâncias punitivas.

Outro exemplo de como na relação de vigilância o objeto transforma-se em sujeito — numa cadeia que se desdobra *incontinenti* ao longo do corpo social — podemos observar na sociedade colonial, mais especificamente na região mineira. A historiadora Laura de Mello e Souza (1982) nos faz entender que o intenso fiscalismo metropolitano sobre a mineração e além desse fator econômico, a preocupação normalizadora da metrópole acerca das relações conjugais e entre vizinhos e escravos em uma sociedade que, com a urbanização crescente, começava a se misturar levou a Coroa a vigiar os mínimos detalhes da vida na colônia e

"contava com o apoio das populações mineiras, reprovando suas relações ilícitas e o seu modo de vida; premiava os agentes que se lançavam na repressão dos elementos incômodos e incentivava as câmaras a fazerem o mesmo. (...) A premiação era exemplar, serviria de incentivo para que em outras semelhantes ocasiões, houvesse vassallos que com igual zelo se interessassem no Serviço de Sua Majestade." (SOUZA, 1982, p. 110-2).

Nesse caso, os colonos – objetos da vigilância da coroa – tornavam-se sujeitos dessa vigilância na medida em que, incentivados por mercês, passavam a vigiar outros colonos e assim por diante. Dessa forma o poder disciplinar pulverizava-se e difundia-se pela colônia aonde o poder de vigilância da Coroa não podia chegar. Toda a vida social era observada. Essa vigilância meticulosa e a "disciplina do minúsculo" eram características do treinamento militar e escolar.

A vigilância solta as amarras

Hoje, mais do que nunca, a disciplina do minúsculo, pincelada por Foucault, se faz presente, aparatada pela diversa parafernália tecnológica que permite o monitoramento contínuo e velado dos indivíduos. Há algumas décadas, não se acreditava que satélites pudessem monitorar o mundo tangível de um indivíduo ou que aparelhos celulares permitissem criar um mapa da movimentação de seus usuários. Essa nova microfísica do poder se entremeia pelo interstício social e a vigilância deixa os espaços de confinamento para atuar ao ar livre.

Em verdade, poderia arriscar afirmar que a vigilância sai às ruas com o tipo ideal de detetive inglês plasmado na figura misteriosa de August Dupin, personagem criado por Edgar Allan Poe, que iria influenciar em muito a criação de Sherlock Homes, por Conan Doyle.

Gilles Deleuze (1992) analisa essa substituição das sociedades disciplinares pelas sociedades de controle. Para Deleuze, as sociedades disciplinares são apenas uma fase de transição entre o que Foucault chamava de sociedades de soberania e a sociedade de controle. Essa transi-

ção se caracteriza pela profunda pulverização do poder, antes notadamente concentrado na figura do soberano e agora mais que nunca atuando entre os indivíduos. Não se pode dizer com isso que nas sociedades disciplinares não havia uma microfísica do poder, contudo o poder encontrava-se muito mais institucionalizado. Desta maneira, a forma foucaultiana do poder interposto na sociedade, entre as relações interindividuais se torna mais latente.

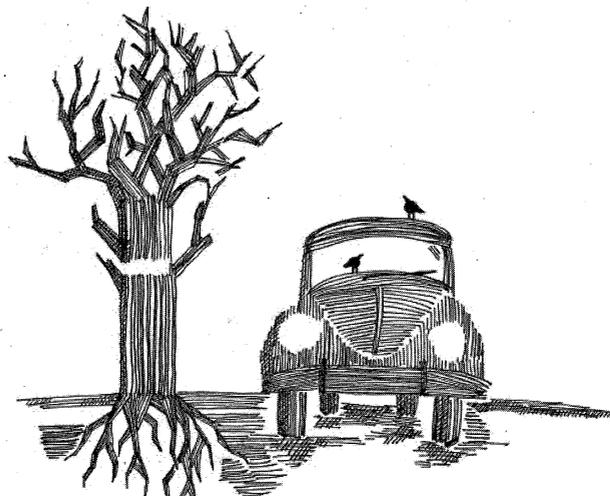
Com a crise dos meios de confinamento, a fábrica, a caserna, a escola, a família, a sociedade disciplinar dá lugar "a formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado" (DELEUZE, 1992, p. 220). Deleuze descreve o controle como moldes moldáveis:

"os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro." (ibidem)

O pensador francês quer com isso dizer que o controle assume uma adaptabilidade antes impossível pela disciplina. A dinâmica do controle substitui a fixidez da disciplina, o controle assume uma fluidez que faltava ao disciplinamento. Michel Hardt comenta:

"O controle é, assim, uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre dentro e fora." (HARDT, 2000, p. 369)

A fábrica é substituída pela empresa, o controle contínuo substitui o exame. As simples máquinas da soberania: alavancas, roldanas, relógios foram substituídas nas sociedades disciplinares pelas grandes máquinas energéticas; "as sociedades de controle, por sua vez, operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores" (DELEUZE, 1992, p. 223).



Percebe-se, portanto uma clara relação entre o avanço tecnológico e o desenvolvimento das sociedades de controle. O computador, as câmeras, cada vez menores, a tecnologia de armazenamento e compartilhamento de dados têm permitido uma individualização da vigilância. Assiste-se hoje a um afinamento da disciplinarização em uma precisão inédita. Com a moderna tecnologia, cada indivíduo pode ser rastreado e vigiado. Em Londres isso já acontece; são mais de 500 mil câmeras interligadas em um complexo sistema de controle que vigia os espaços públicos ininterruptamente, fazendo com que cada cidadão londrino seja filmado, em média, por trezentas câmeras diferentes diariamente (YOST, 2006).

Chegou-se a uma fórmula peremptória: não há quase nenhum ato nosso hoje que absolutamente não seja factível de se rastreado quando se trata da comunidade da informação. Os sites de comércio *on-line* vendem hábitos de consumo, uso, hábitos televisivos, tempos, dentro de um modelo que permite extratificação e segmentação de dados, onde dados são efetivamente hábitos transformados em números.

Experimente digitar *toilet cam* em um sítio virtual de busca ou atentar para como os *spams* que lotam sua caixa de endereço eletrônico têm tudo a ver com seus interesses, notadamente de compras. A Internet é um espaço de convivência virtual global que permite um rastreamento dos indivíduos e de suas atividades sem precedentes. Diante de todo esse aparato, vemos que somente agora o panoptismo atua com total poder interiorizando com mais perspicácia que nunca a coerção da vigilância.

Para além da "ficção" hodierna os ficcionistas nos revelam um mundo cada vez mais panóptico e examinador. *Minority Report* (SPILBERG, 2002), filme baseado em novela literária dos idos anos 1950, de autoria do escritor estadunidense Philip K. Dick, é um exemplo do que seria um paroxismo do exame e do controle. Partindo da idéia de que é possível prever volições nos indivíduos, a polícia atuaria *ante-factum*. O exame foucaultiano seria dessa forma um pré-exame; a vigilância se libertaria das inexoráveis correntes do tempo a que estamos submetidos e se adiantaria no disciplinamento da ação para que o indivíduo *pré-vigiado* a aborte (caso em que a coerção se daria privadamente no indivíduo, como possível fruto do poder disciplinar) ou seja interceptado pelo poder coativo. Nesse caso, a pena criminal não seria sanção de um fato concreto, mas da vontade de realizar esse fato, que, sendo interceptado a tempo nem se constituiria como tal. As vontades se constituiriam assim como tipos penais.

A pulverização do poder vigilante e a multiplicação dos sujeitos de vigilância

Sem perder de vista os prejuízos causados pela violência à privacidade – inclusive a privacidade genética, pois já são previstos sistemas de

vigilância e rastreamento contendo a seqüência genética dos indivíduos – o avanço tecnológico proporcionador da sociedade de controle e certa democratização dos seus instrumentos possibilitam um maior potencial de inversão da relação entre sujeitos e objetos do controle. De meros espectadores de notícias e comentários veiculados pela grande mídia pode-se, através dos novos meios, tornar-se protagonista na divulgação de opiniões alargando o debate acerca das mais várias questões e abalando o poder da grande mídia. Os *blogs*, os jornais alternativos, os sítios virtuais de discussão têm sido um grande exemplo do poder desses outrora indivíduos-objetos que ora apoderam-se da situação de indivíduos-sujeitos, encontrando na Grande Rede Mundial um *locus* ideal para larga divulgação de idéias muitas vezes subversivas ao próprio sistema que criou esse espaço de divulgação¹. Paul Virilio (1998) comenta essa característica da revolução da informação como revolução da delação generalizada, em que qualquer um vigia qualquer um:

"Com efeito, nada se compreenderá acerca da revolução da informação sem se aperceber que ela inicia também, de maneira puramente cibernética, a revolução da delação generalizada!" (VIRILIO, 1998, tradução minha).

Sobre esse avanço tecnológico, Walter Benjamin (1985) propõe uma postura crítica, mas não simplesmente de confronto. Para ele, a tecnologia avançou sobremaneira em relação à capacidade humana de utilizá-la, entretanto ele não nega essa tecnologia. Ao contrário, defende que, vivendo em um mundo de tiranias da imagem, devemos combater a dominação valendo-se do mesmo expediente, a imagem. Para o pensador alemão, morar em uma casa de vidro é uma atitude revolucionária (BENJAMIN, 1985, p. 118), ele não teme o sistema porque sabe que ele é repleto de falhas.

Para Guy Debord (1997), o sentido privilegiado na sociedade de espetáculo em que vivemos é a visão. Porém, mesmo o espetáculo materializando-se como imagem, não pode ser decodificado por esse sentido humano, uma vez que o espetáculo escapa a atividade humana, sendo o avesso do diálogo (DEBORD, 1997, p. 18). Assim, sendo as imagens os componentes principais da linguagem pós-moderna (ou tardo-moderna, como preferem alguns), Benjamin permite que ele próprio seja o primeiro a ter seu ego devassado. Ele propõe que andemos no contrafluxo do sistema utilizando-se de suas próprias ferramentas. Apesar de toda sua crítica ao sistema, Benjamin acredita na capacidade inventiva do homem e no seu poder de reverter a situação caótica a que chegamos. O pensador alemão entende que o homem não mudou, apenas está narcotizado pelas frivolidades proporcionadas pela razão instrumental do sistema. Nunca a inteligência humana foi tão desafiada quanto hoje a enfrentar o sistema e encontrar suas brechas.

¹ Como outro exemplo de subversão ao sistema, pode-se citar o caso de diversas bandas virtuais que atuam na Internet publicando e disponibilizando músicas e clipes sem submeterem-se à poderosa indústria fonográfica, desdenhada por diversas dessas bandas que rechaçaram a possibilidade de contratos com grandes gravadoras.

Norteados por esta postura corajosa e confiante na humanidade, entendo que a situação de controle total a que chegamos deve ser vista não somente como algo pernicioso, por uma visão maniqueísta desse complexo fenômeno, mas como um potencial dinâmico, na forma foucaultiana do poder mutável, que pode mesmo equilibrar a correlação da miríade de poderes associados cuja assimetria permanente caracteriza, para Foucault, a dominação. O pensador francês, entendendo que o poder encontra-se espalhado pela malha social e acreditando ser esse poder dinâmico, ora favorecendo um pólo da relação, ora outro, caracteriza a dominação como sendo uma relação permanente de assimetria entre duas partes correlacionadas. Imagetivamente, poderíamos pensar essa relação como sendo vetores que partem com mais força de determinados pólos da relação. Em sendo continuada essa relação assimétrica, verifica-se uma relação de dominação. Dessa forma, um maior potencial de inversão na relação objeto-sujeito de controle permite um redimensionamento das relações de poder.

Pinceladas empíricas

É nesse contexto que se insere a Nova Mídia no cenário mundial, furando o cerco de parcialidade da Grande Mídia – aqui entendida como meios de comunicação de massa orientados pela lógica do grande capital e em sua função – e permitindo um novo protagonismo da notícia de muita relevância para a divulgação de movimentos sociais e suas ações. Poderíamos até dizer que com o advento desses novos meios, sobretudo com a Internet e todas as suas possibilidades, há, mais do que nunca, lugar para uma congregação internacionalista como fora proposto por Marx e Engels (2004) na primeira parte do Manifesto do Partido Comunista, ainda em 1848. Segundo os autores a

“união [entre os operários] é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação que são criados pela grande indústria e que colocam em contato os operários de diferentes localidades” (MARX & ENGELS, 2004, p. 54).

A Nova Mídia surge com a fluidez da modernidade líquida de que nos fala Zygmunt Bauman (2001) e se faz representar por milhares de pequenos centros produtores de notícias que aos poucos vão driblando a mídia de massa. São es-

ses centros que, como apregoara os autores do Manifesto de 1848, vem tornando possível um maior diálogo entre movimentos sociais de todo o mundo.

Um desses centros já espalhados em várias partes do globo é o Centro de Mídia Independente (CMI BRASIL) também chamado *Indymedia* ou CMI. Trata-se de uma rede internacional de produtores e produtoras de informação livre e independente de interesses empresariais ou governamentais. O projeto começou em novembro de 1999 durante os protestos contra a OMC em Seattle e seu principal objetivo é democratizar a produção de notícias. Atualmente existem CMIs em 31 países do mundo e centenas de CMIs locais nesses países. O projeto existe no Brasil desde maio de 2000.

O Centro de Mídia Independente produz jornais, áudio e vídeo jornalismo, porém o mais famoso é a Publicação Aberta nos sítios virtuais do CMI, em que se pode acessar e publicar sua própria notícia; ser você mesmo a mídia. Muitos dos que participam no CMI o vêem como uma alternativa mais rápida e melhor que a Grande Mídia, principalmente pela sua organização autogestionada e pela capacidade de estar em locais de difícil acesso e divulgar notícias de pouco interesse (ou interesses contrários) para a Grande Mídia. Além do CMI, poderia citar o sítio virtual *YouTube*, onde se pode publicar vídeos os mais diversos.

Com isso, manifestações como aquelas que questionam a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, Grito dos Excluídos, Fórum Social Mundial, Marcha Mundial de Mulheres, manifestações contra a guerra do Iraque e a política externa estadunidense além de tantas outras experiências questionadoras do que está posto podem divulgar mais amplamente suas posições e objetivos, havendo um maior potencial de equilíbrio daqueles vetores de poder correlacionados e conseqüente inversão do poder do controle, pois que os criadores dos seus mecanismos se vêem então controlados. Há então uma multiplicação dos sujeitos da notícia; minimamente uma democratização dos pontos de vista.

O controle total a que chegamos traz paradoxalmente consigo o potencial de pulverização do poder dominante, não obstante este continue a se manter coeso, uma vez, que as ferramentas que permitem a subversão ao controle estão em grande parte concentradas pelos maiores detentores do controle. Entretanto deve-se levar em conta o alargamento do espaço de ação dos indivíduos na medida em que estes podem, a partir de um engajamento subjetivo, ocupar a posição de sujeitos do controle.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. (2001), *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. 1ª edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BENJAMIN, Walter. (1985), *Mágica e Técnica, Arte e Política*. (Obras escolhidas; v.1). Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 1ª edição. São Paulo, Brasiliense.
- CMI BRASIL – Centro de Mídia Independente. < <http://www.midia independente.org> >. Acessado em 26 e agosto de 2008.
- DEBORD, Guy. (1997), *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DELEUZE, Gilles. (1992), *Conversações: 1972-1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart. 1ª edição. Rio de Janeiro, Editora 34.
- FOUCAULT, Michel. (1987), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 11ª edição. Petrópolis, Vozes.
- HARDT, Michel. (2000), "A sociedade mundial de controle", in E. Alliez (org.), *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. Tradução de Maria Cristina Franco Ferraz. Rio de Janeiro, Editora 34.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (2004), *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Pietro Nasseti. 1ª edição. São Paulo, Martin Claret.
- ORWELL, George. (2004), *1984*. Tradução de Wilson Velloso. 29ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SOUZA, Laura de Mello e.. (1982), *Desclassificados do Duro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal.
- VIRILIO, Paul. S'observer et se comparer sans cesse: le règne de la délation optique. In: *Le Monde Diplomatique*, (1998), Paris. <<http://www.monde-diplomatique.fr/1998/08/virilio/10812>>. Acessado em 13 de junho de 2008.

FILMOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- RIEFENSTAHL, Leni. 1935. O Triunfo da Vontade. Alemanha, DVD, p&b, 114 min.
- CHAPLIN, Charles. 1936. Tempos modernos. EUA, DVD, p&b, 87 min.
- YOST, Peter. 2006. Vigilância permanente: o fim da privacidade, EUA, DVD, cor, 51 min.
- SPILBERG, Steven. 2002. Minority Report: a nova lei, EUA, DVD, cor, 146 min.

Graduando do 7º semestre de Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); graduando do 6º semestre de Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: gustavo.fernandes@gmail.com.

Mídia e representações sociais - uma perspectiva de apreensão da realidade social

Priscila R. Milanez

Bacharel e Licenciada Plena em Ciências Sociais pela UFES

Palavras-chave: 'Representações sociais', mídia.

Key Words: 'social representations', media.

RESUMO: Partindo do pressuposto de que a mídia constitui-se um *locus* de produção e reprodução de representações sociais que circulam nos espaços cotidianos, o presente artigo – fragmento de um trabalho monográfico – procura discutir o importante papel desempenhado pela mídia na configuração da sociedade contemporânea, sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais.

ABSTRACT: From the presumption that the Media as a locus of the social representation production and reproduction that circulates at the common quotidian places, the present article – a fragment of an undergraduate monograph essay – aims to discuss the important role of the Media over the configuration of the contemporaneous society, under the perspective of the Social Representation Theory.

Os Meios de Comunicação de Massa e a Dimensão Simbólica do Real

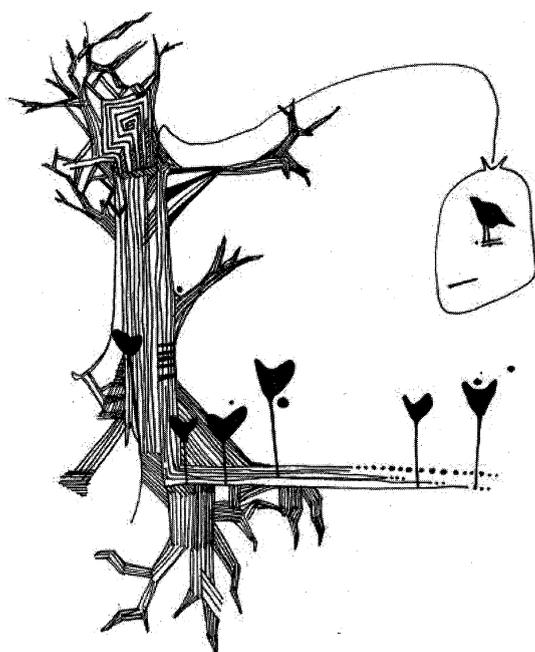
Em meio a uma série de grandes e profundas transformações ocorridas nos âmbitos sócio-econômico e cultural nas últimas décadas do século XX, está a modernização e expansão dos aparatos tecnológicos dos meios de comunicação de massa, os quais produziram uma "aceleração incomparável do fluxo de informação, da transmissão de formas simbólicas e de conteúdos cognitivos e emocionais" (GUARESCHI, 2000, p. 43). A concomitância em que ocorrem o desenvolvimento do capitalismo moderno e o dos meios de comunicação de massa nos remete ao fato de que as grandes indústrias da comunicação desde sua emergência mantiveram ligações estreitas com instâncias supremas do poder político e econômico das sociedades em que estavam inseridas. É o papel que a comunicação exerce na transmissão de conteúdos simbólicos que estruturam e organizam as diferentes formações sociais que explica, em grande medida, esta estreita ligação entre os detentores dos meios de comunicação de massa e os dirigentes das instituições políticas e econômicas. Como afirma Guareschi (2000, p. 44), a importância desse vínculo para o desenvolvimento do projeto político e econômico do capitalismo moderno se alicerçava no reconhecimento de que:

"[...] controlar o fluxo de informações que circula por dada sociedade significa, em grande medida controlar a produção do imaginário social, ou seja, atuar diretamente sobre a forma como os indivíduos representam para si mesmos, e para em seu grupo social, as relações e as condições de vida a que estão submetidos."

Dito isto, reconhecemos que não é por obra do acaso que no Brasil os meios de comunicação de massa desenvolvem-se de forma incisiva a partir da década de 60 - principalmente, após o golpe militar de 1964 - e se consolidam na década de 70. Tal expansão e fomento dos meios de comunicação se devem em grande medida ao que Muniz Sodré chamou de "modernização conservadora" (SODRÉ, 1992). É a dimensão econômica do período do regime militar - a qual ativa o desenvolvimento do parque industrial objetivando o crescimento do mercado interno como parte da política desenvolvimentista nacional - que provoca o fomento de um mercado de bens culturais no país. Tal mercado, constituído de setores ligados à comunicação de massa e por aqueles responsáveis por colocar em circulação uma gama variada de bens simbólicos é definido por Adorno e Horkheimer (1985) como "Indústria Cultural". O antropólogo Renato Ortiz (1999) e a socióloga Gisela Taschner (1982), que se debruçaram sobre os contextos político e econômico da implementação dessa indústria no país, nos mostram com clareza que tal processo foi desde sua gênese atrelado a um projeto ideológico autoritário, marcado pelo exercício de controle do Estado que inibia qualquer produção considerada capaz de questionar os moldes estabelecidos pelo governo vigente através da censura. Para enfatizarmos tal aspecto, cabe aqui a afirmação de Guareschi (2000, p. 43):

"O controle dos conteúdos simbólicos circulantes de determinada sociedade em determinada época sempre foi do interesse dos dirigentes do período, como atestam os diversos momentos de censura a imprensa, tão freqüentes nas ditaduras do século XX."

Não iremos aqui nos ater a contextualização do período histórico e político de implantação desse mercado de bens culturais no Brasil, nem adentrar profundamente na discussão teórica



sobre *Indústria Cultural* tal como foi concebida pelos dois principais representantes da Escola de Frankfurt supracitados, sobre o qual já se produziu uma farta quantidade de considerações críticas. O termo Indústria Cultural é aqui entendido em seu "sentido amplo", o que segundo Rocha (1995, p. 33) significa dizer que ela:

"[...] designa as produções simbólicas que circulam na sociedade industrial e são veiculadas pelos Meios e Comunicação de Massa. Essas produções simbólicas localizam uma discussão típica da vida social de nosso tempo, já que sua emergência é própria e exclusiva da chamada modernidade. Não pode ser pensada fora dos quadros desse sistema social engendrado a partir da Revolução Industrial."

Queremos apenas sinalizar que as condições para emergência de um mercado de bens simbólicos estiveram atreladas a interesses políticos e econômicos específicos dentro de um dado momento histórico do país. E que, ainda hoje fica clara a tendência dos meios de comunicação de massa em produzir e reproduzir os significados e valores de determinados grupos. Contudo, assim como ressalta Jovchelovitch (2000), consideramos que uma inferência coerente e madura acerca desses meios não deve incorrer no equívoco de pensá-los definindo-os apenas como grandes organizações a serviço da manutenção do sistema capitalista através da manipulação dos indivíduos receptores e/ou consumidores de seus produtos - materiais e/ou simbólicos. Essa seria uma análise reducionista que não contempla as intrincadas contradições inerentes ao tema.

Acreditamos sim, que a Indústria Cultural operante em nossas sociedades contemporâneas constrói um universo ideológico, através dos conteúdos discursivos e imagéticos que veicula através dos jornais, anúncios publicitários, novelas, programas televisivos de inúmeros formatos,

filmes, revistas, etc. E tais conteúdos são portadores de representações diversas das quais se constitui o imaginário social de cada cultura. Mas, ressaltamos que a construção e assimilação dessas representações não ocorrem através de uma via de mão única. Como Rocha (1995) nos diz tais representações 'não são uma "invenção unilateral" dos meios de comunicação, elas resultam de um processo dialógico estabelecido na interação que se dá entre estes meios e aqueles para os quais seus produtos materiais e/ou simbólicos se dirigem (os consumidores). Sobre isso Rocha (1995, p. 18) afirma:

"Nossa relação com a Indústria Cultural pode ser comparada a um jogo de espelhos onde a imagem dobra em indefinidos rebatimentos. (...) Suas representações [as veiculadas pela Indústria Cultural] não são 'invenção unilateral' e sim o exercício de uma relação concreta entre discurso e audiência através de um código comum. Cada produção da mídia é uma relação que se estabelece e se fixa com os pensamentos e práticas dos respectivos mercados consumidores."

Ainda segundo este autor, é na Indústria Cultural que "estão algumas chaves que abrem passagens para o imaginário da sociedade que a produz" (ROCHA, 2001, p. 17). Pois os significados que circulam no imaginário social através dos diversos meios de comunicação são públicos, compartilhados, coletivos. Logo, podem nos servir como "pista para os modelos de existência, desejos e impasses de uma cultura." (ROCHA, 2001, p. 18). Concordando com tais afirmações, podemos pressupor que daí advém a grande relevância e profusão dos debates que observamos se travarem nos meios acadêmicos acerca da presença, importância e influência que os meios de comunicação de massa exercem na construção de uma realidade social e simbólica partilhada pe-

los indivíduos. E não é de se admirar o fato de que os estudos empreendidos acerca do tema serem formulados através de uma vasta multiplicidade de olhares e perspectivas teórico-metodológicas diferentes e, em alguns casos, até divergentes entre si. No presente trabalho a perspectiva teórica adotada será a da Teoria das Representações Sociais, de linha francesa, formulado por Serge Moscovici na década de 60. Sobre a qual iremos nos ater com minúcia a seguir.

Representações Sociais: Pressupostos Teóricos

Muitos são os sentidos atribuídos aos termos *representação* e *representações sociais* no meio acadêmico. Foco de análise de diferentes arenas do saber, essas expressões aparecem em uma vasta gama de pesquisas no âmbito das ciências humanas e sociais. Devido à multiplicidade de perspectivas analíticas pelas quais são focadas, tais expressões podem - e são -, muitas vezes, carregadas de sentidos dúbios, contraditórios ou insuficientes. Ressaltando o aspecto lacunar em que são empregados os termos *representação* e *representações sociais*, Leite (2002, p. 124) aponta que eles aparecem de forma recorrente nas produções acadêmicas "[...] em sentidos um tanto diversos entre si, ou inexistente a preocupação em explicitar os significados com que são utilizadas, ou, ainda, tais significados referem-se de maneira genérica ao pensar sobre o real."

A noção de representações sociais que apresentamos nesse trabalho é baseada na teoria formulada pelo psicólogo social francês Serge Moscovici (1961), a qual emerge como uma crítica ao "excessivo individualismo da psicologia social americana". É Moscovici quem introduz no campo de estudos da psicologia social - de origem européia - uma perspectiva psico-sociológica renovadora, a qual considerava insuficiente a tradição norte americana, que se ocupava basicamente de processos psicológicos individuais, superficialmente influenciados pela interação entre indivíduos. Esta perspectiva da psicologia social americana era lacunar, não abarcava as "relações informais, cotidianas da vida humana em um nível mais propriamente social ou coletivo". (ALLPORT apud SÁ, 1995, p. 20).

Inicialmente, Moscovici tem como aporte para a elaboração conceitual de sua teoria a noção de *representações coletivas*, extraída da tradição sociológica durkheimiana. Perspectiva completamente oposta, segundo a qual qualquer pretensão de compreender e explicar a realidade social pelo viés da psicologia constituir-se-ia um equívoco extremo. Contudo, é na tentativa de posicionar a psicologia social na interface da sociologia e da psicologia que este teórico lança mão do conceito elaborado por Durkheim - sem deixar de reconhecer suas limitações dada a sua propriedade essencialmente "sociologista"¹. E é através do reconhecimento da indubitável insuficiência desta perspectiva durkheimiana para a apreensão dos

novos e diversos fenômenos representacionais que emergiam no âmbito das sociedades contemporâneas, que Moscovici elabora um conceito novo: o das Representações Sociais. (SÁ, 1995). A abordagem analítica desses fenômenos emergentes nas sociedades contemporâneas pelo viés durkheimiano de representações coletivas seria lacunar pelo fato de que o conceito foi elaborado para a análise de uma sociedade em que o contexto social se configurava dentro de quadros de estabilidade. E a preposição conceitual formulada por Moscovici objetivava abarcar a "[...] especificidade dos fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, caracterizadas por: fluidez das trocas e comunicações; desenvolvimento da ciência; pluralidade e mobilidade sociais" (JODELET, 2001).

Essa renovação analítica em que Moscovici se lança está alicerçada na busca pela compreensão dos processos através dos quais os indivíduos ao interagirem em determinado contexto social constroem 'teorias' sobre objetos sociais que os circundam, através das quais orientam suas ações, assimilam e interpretam os diferentes aspectos constituintes de suas realidades. (JODELET, 2001, ABRIC, 1998 e SÁ, 1995). Toda realidade é uma *representação* do sujeito (ou do grupo) que ao se apropriar de elementos do real, a reconstrói em um sistema cognitivo próprio, integrando-a num sistema de valores determinado pelo contexto sócio-histórico e ideológico na qual se insere (ABRIC, 1998, p. 27). Assim podemos considerar que as representações sociais produzidas pelos sujeitos, como diz Jodelet (2001, p. 22):

"[...] envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a elas estão ligados".

Dito isto, podemos partir para uma conceitualização mais objetiva e direta das Representações Sociais, consensualmente aceita entre os principais estudiosos das representações sociais, segundo os quais elas são (JODELET, 2001, p. 22):

"[...] forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. (...) as representações sociais — enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros — orientam e organizam as condutas e comunicações sociais."

Jodelet aponta com clareza a importância que as representações sociais exercem na vida cotidiana, a qual consiste no fato de que as elaboramos impelidos pela necessidade de aqui gerir

¹ Sobre as divergências entre as representações coletivas e representações sociais apontadas por Moscovici ver: Celso Pereira de Sá, 1995.

nossas condutas, de dominar e interpretar os diferentes aspectos da realidade que emergem cotidianamente diante de nós, requerendo, muitas vezes, uma tomada de posição. (JODELET 1995, p. 17). Aqui aludimos ao caráter funcional das representações Sociais. Segundo Abric (1998), elas podem ser definidas como uma "visão funcional do mundo", através da qual o indivíduo, ou grupo social ao qual pertence, dá sentido as suas condutas e 'filtra' a realidade de acordo com seus próprios padrões referenciais, permitindo, assim, que eles se localizem dentro da realidade representada. Consideramos que essa teoria vem ao encontro da necessidade que os cientistas sociais têm de apreender a realidade social enquanto construção simbólica de sujeitos, a qual se dá de forma dialética e é atravessada por múltiplos processos sociais, culturais, econômicos e políticos. Permitindo visualizar como a inserção social desses sujeitos – que define, em grande medida as representações que estes elaboram acerca das coisas, pessoas ou acontecimentos cotidianos - contribui para a emergência e manutenção de certos padrões de comportamento, valores, modos de ser, pensar e agir, e de preconceitos presentes no imaginário social.

Representações Sociais e Mídia

É a partir do início das sociedades modernas que os meios de comunicação de massa passam a atuar de forma efetiva nas vivências cotidianas dos sujeitos, contribuindo assim, de forma marcante no processo de construção das representações destes sobre o mundo em que se inserem. O abissal desenvolvimento, expansão e abrangência que tais meios alcançaram ao longo de um curto período de tempo, fizeram com que, na contemporaneidade, a busca pela compreensão da realidade social passe - quase que obrigatoriamente - pela discussão do papel que os meios de comunicação exercem sobre esta realidade. De acordo com Guareschi (2000, p. 43):

"Um dos traços fundamentais deste mundo contemporâneo é exatamente o inesgotável fluxo de conteúdos simbólicos, disponibilizados pelos meios de comunicação a um número cada vez maior de pessoas e que, de certa maneira, conformam a realidade, as relações sociais e a subjetividade individual."

Segundo Thompson, antes do advento da modernidade o conteúdo simbólico que conformava a visão de mundo dos indivíduos era transmitida através da interação face a face. A partir do momento em que os meios de comunicação passam a ser integrantes ativos do cotidiano da sociedade, são os conteúdos veiculados pelos diferentes mecanismos midiáticos que começam a agir como mediadores dessa relação. Thompson (1998, p. 77) acrescenta:

"[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de ação e interação e novos tipos de relacionamentos sociais [...]. Ele faz surgir uma complexa reorganização de padrões de interação humana através do espaço e do tempo. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a interação se dissocia do ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não compartilhem do mesmo ambiente espaço-temporal. O uso dos meios de comunicação proporciona assim novas formas de interação que se estendem no espaço (e talvez no tempo), e que oferecem um leque de características que as diferenciam das interações face a face."

Partindo do pressuposto de Moscovici (1978), segundo o qual, toda representação é construída na interação dos sujeitos entre si e entre estes e os objetos que surgem como socialmente relevantes no cenário partilhado entre eles, não é possível compreender o processo de construção das representações sociais nas sociedades contemporâneas sem considerar a mediação exercida pela mídia como um elemento de extrema essencialidade em tal processo.

Se, como aponta Abric (1998), as representações sociais construídas pelos sujeitos podem ser consideradas como uma visão funcional de mundo, através da qual eles dão sentido às suas condutas, legitimam-nas e regem sua relação com os outros e com o meio em que se inserem, dada a constante e contundente presença dos meios de comunicação na vida cotidiana, podemos inferir que esse papel de mediação – sobre o qual nos fala Thompson - condiciona, em grande medida, a maneira de enxergar o mundo por parte dos indivíduos. Assim, os conteúdos textuais e imagéticos que a mídia veicula, ao perpassarem o processo de construção de uma visão de mundo partilhada, exercem forte influência sobre as condutas, práticas e maneiras destes se relacionarem entre si e com os demais elementos constituintes do mundo que os cerca. Por isso, compreender a dinâmica das interações sociais e os determinantes das práticas sociais, como nos sugere Abric (1998), implica identificar esta visão de mundo, através da qual, os indivíduos agem e tomam posições diante das questões que se colocam cotidianamente diante deles. E, sendo tal visão densamente atravessada pela mídia, os estudos empreendidos nesse campo podem nos revelar muito acerca das representações sociais elaboradas pelos indivíduos dentro do contexto sócio-cultural e econômico em que se inserem. Com base nestas considerações, o nosso olhar no presente trabalho se volta para a mídia em conformidade com a perspectiva de Jovchelovitch (2000), ao afirmar que os meios de comunicação de massa, são elementos constitutivos da vida social essenciais no processo de criação, transmissão e cristalização do universo simbólico de uma sociedade onde se façam presentes. Ao

permitirem o fluxo intenso de troca de informações, eles alteram cotidianamente os modos de interação entre os indivíduos, e não só perpetuam padrões, preconceitos e valores de dada sociedade, como também os transformam. Esses meios criam e recriam padrões de consumo não apenas de bens materiais, mas também de bens simbólicos, interferindo assim, de forma incisiva no processo de construção das identidades e das representações sociais dos sujeitos (JOVCHELOVITCH, 2000). No mesmo sentido, nos afirma Jodelet (2001, p. 17):

"[...] as redes de comunicação informais ou da mídia intervêm em sua elaboração [da representação social], abrindo caminho a processos de influência e até mesmo de manipulação social — se trata de fatores determinantes na construção representativa."

Assim, entendemos que analisar os discursos veiculados pela mídia pode nos levar a apreensão do universo das representações sociais que se materializa através dos textos e imagens que ela coloca em circulação no cotidiano da sociedade.

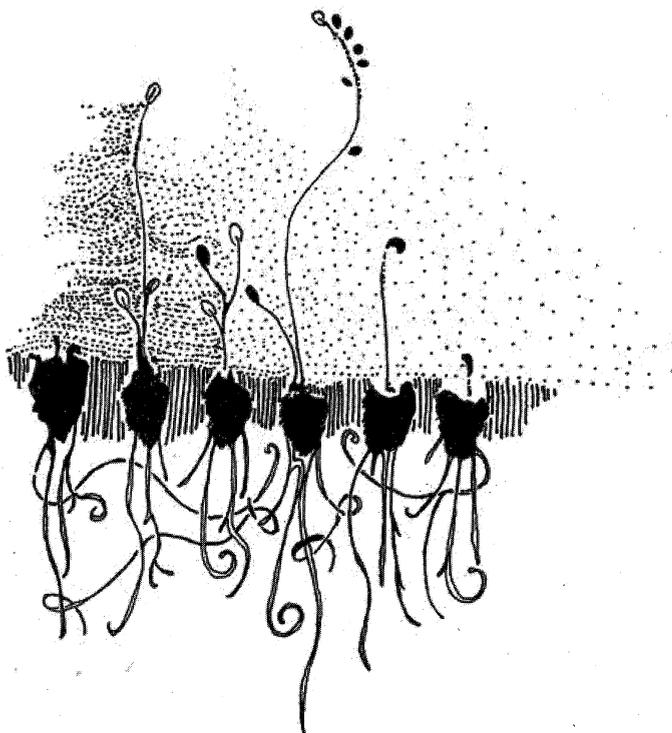
A Publicidade

Como parte constitutiva do complexo universo dos meios de comunicação de massa, a publicidade é detentora de um discurso próprio, através do qual objetiva abarcar um contingente quanto maior de consumidores para os produtos que anuncia. Contudo, seu papel não se limita a dar visibilidade a determinados produtos e fomentar sua venda no mercado consumidor e seu discurso não se baseia apenas na mera lógica racionalizante da utilidade do produto. A publicidade, hoje, persuade via discurso da identificação. Como assina-la Kellner (2001, p. 322):

"[...] os indivíduos aprendem a identificar-se com valores, modelos e comportamentos sociais através da propaganda, que é, portanto, um importante instrumento de socialização ao mesmo tempo em que determina a demanda do consumidor."

Partindo do pressuposto de que as representações sociais circulam nos discursos cotidianos (JODELET, 2001) consideramos que os discursos da mídia não só se apropriam das representações já constituídas no âmbito da interação social, perpetuando ou reforçando-as, como também, operam no processo de sua elaboração, criando e veiculando novos elementos que poderão ser incorporados no universo social de onde emergem as representações. Este discurso materializa em seus múltiplos aparatos textuais e imagéticos as representações sociais constituídas por determinados grupos, em dado contexto sócio-cultural, assim, os modos de ser, pensar e agir dos indivíduos que são direcionados pelas representações que eles fazem – e partilham – do mundo são perpassadas pelas narrativas engendradas por esse discurso.

Segundo Palácios (2004, p. 12) "a publicidade contemporânea traz, em sua superfície lingüística e em sua dimensão simbólica, as *marcas do espírito* da época em que vivemos e ativamente contribui para a sua configuração e legitimação". Então, se a publicidade tem a capacidade de fazer ecoar em seu discurso as marcas do espírito do contexto em que está inserida temporal e espacialmente, ela também representa as maneiras pela qual se configuram nesse mesmo espaço-tempo as diferentes relações sociais que o sustentam. Servindo, assim, à manutenção da estrutura econômico-político-social e cultural vigente na contemporaneidade. O discurso publicitário como afirma Gastaldo (2005, p. 60),



"não é [...] uma mera crônica de costumes contemporânea. Ele está carregado de conteúdo ideológico e, na medida em que defende publicamente um interesse privado, defende também uma ideologia da permanência da estrutura hierárquica da sociedade e do modo de reprodução capitalista que esse interesse representa."

Entretanto, aqui cabe ressaltar que entre os diferentes setores da mídia e a sociedade estabelece-se uma relação que pode ser definida como bi-direcional. E sobre isso Canclini (2006, p. 60) ressalta que no âmbito dos estudos empreendidos sobre comunicação:

"[...] deixou-se também de conceber os vínculos entre aqueles que emitem a mensagem e aqueles que as recebem como relações, unicamente, de dominação. A comunicação não é eficaz se não inclui também interações de colaboração e transação entre uns e outros."

A partir daqui vamos pontuar alguns aspectos da publicidade que nos permitam compreender de que maneira ela se estrutura para atingir seus objetivos, para assim compreendermos também como ela se constitui esse importante elemento de produção e reprodução de representações sociais. A publicidade funciona como instância mediadora entre dois domínios do circuito econômico: o da produção e o do consumo. Ela cria identidade para determinado produto, o que o singulariza entre os demais e, assim, o coloca no plano do simbólico, no âmbito das relações humanas e sociais, que ultrapassam as relações de produção, onde tais produtos são seriados e impessoais (ROCHA, 1990). Desta forma, consideramos que atribuir uma identidade a um produto é um dos primeiros passos para se definir características de identificação do público alvo que deverá consumi-lo.

Logo, o discurso publicitário é engendrado em consonância com as perspectivas do possível mercado consumidor que deseja alcançar. Por isso, o discurso da publicidade se estrutura a partir das lógicas que engendram o consumo. Para uma melhor compreensão dessa articulação, vamos definir o que é consumo. Para Canclini (1999), o consumo "é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos" e possui uma *racionalidade econômica* – a qual se refere ao domínio de produção e à expansão do capital; uma *racionalidade sociopolítica interativa* – que se refere ao campo de interação entre aqueles que produzem e anunciam os produtos e aqueles que os consomem; e uma *racionalidade simbólica e estética* – que se refere à lógica de construção de signos que operam uma 'diferenciação' entre grupos de consumidores.

Segundo Castro (2000), a publicidade opera por meio de lógicas próprias, sustentada por um

conjunto próprio de racionalidades, as quais se aproximam das racionalidades que operam na esfera do consumo, como as apontadas por Canclini. Com base nesse pressuposto, a autora considera que a publicidade poderia ser classificada através de diferentes lógicas de consumo: a publicidade sustentada no consumo racional; a publicidade sustentada no consumo emocional; a publicidade sustentada no valor simbólico do consumo; e a publicidade fundada no valor integrativo do consumo. De maneira sucinta explicitarei tal classificação proposta pela autora. Para ela a publicidade baseada na lógica do consumo racional constrói seu discurso com base em descrições objetivas do produto, enfatizando aspectos como a qualidade, a utilidade, preço e condições de pagamento. Ou seja, caracteriza-se pela objetividade das informações acerca do produto. A publicidade que se sustenta na lógica do consumo emocional busca mobilizar a subjetividade do consumidor, por isso, procura atingir a sensibilidade destes através de recursos poéticos, dramáticos, lúdicos, cômicos, etc. Já a publicidade que aposta no valor simbólico do consumo procura associar a aquisição do produto que anuncia à estilos de vida específicos. Geralmente, o discurso sobre tal produto promulga a possibilidade de ascensão social. E há aquela publicidade que explora o valor integrativo do consumo, esta tem como premissa fazer com que indivíduos acreditem na possibilidade de serem reconhecidos em determinado grupo mediante a aquisição do produto anunciado. Consideramos tal classificação válida para a compreensão de como a publicidade constrói seu discurso em articulação com as lógicas do consumo. Contudo, acreditamos que, em grande parte dos anúncios publicitários, o discurso presente é construído através de um entrelaçamento dessas lógicas, as quais se interpenetram, tornando difícil o estabelecimento de fronteiras rígidas entre elas para análise de sua estrutura. Pois, se o próprio ato de consumir efetivado por um mesmo indivíduo pode ser atravessado por motivações de ordens diversas (pragmática, emocional, simbólica, etc.), a própria construção narrativa de um mesmo anúncio publicitário pode conter a articulação dessas diferentes lógicas. Pelo reconhecimento dessa intrincada relação entre publicidade e consumo, julgamos importante ressaltar que, assim como Canclini (1999, p. 59), "[...] vemos os processos de consumo como algo mais complexo do que uma relação entre meios manipuladores e dóceis audiências."

A Publicidade Engendrando Modelos de Existência

Considerando as representações sociais como construções simbólicas acerca do real, através das quais gerimos nossas condutas perante aquilo que vivenciamos cotidianamente, é através delas que, em grande medida, constituímos nossos modos de ser e estar no mundo. Logo, nos referimos a modos de existência. Falar em *modos*

de existência é falar sobre como os indivíduos vivenciam o cotidiano, se posicionam e interagem no e com o mundo. Aqui entra um componente importante dos meios de comunicação, que é a sua capacidade de produzir modelos “de racionalidade, de legitimidade, de justiça, de beleza, de cientificidade”, etc., (COIMBRA, 2001), através dos quais reforçam e/ou engendram os *modos de existir* - ser, pensar, agir - considerados socialmente desejáveis num dado contexto político, cultural e histórico. O que Coimbra nos diz sobre os “modos de existência” nos remete ao conceito elaborado por Fischer de “dispositivo pedagógico da mídia”, através do qual os indivíduos aprendem como ser/estar no mundo. Segundo esta autora (FISCHER, 2002, p. 153):

“(...) os aprendizados sobre modos de existência, sobre modos de comportar-se, sobre modos de constituir a si mesmo — para os diferentes grupos sociais, (...) - se fazem com a contribuição inegável dos meios de comunicação. Estes não constituiriam apenas uma das fontes básicas de informação e lazer: trata-se bem mais de um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações — relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiências, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante.”

Nessa mesma direção, Kellner considera que os mecanismos de comunicação e entretenimento da mídia são fornecedores de uma “pedagogia cultural” que permeia e estrutura o cenário cultural das sociedades contemporâneas. A pedagogia cultural a qual ele se refere contribui para “nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e desejar - e o que não.” (KELLNER, 2001, p. 10). Como este autor afirma, os diversos meios de comunicação - rádio, TV, cinema, revistas, jornais, etc. - se constituem fornecedores de “modelos sociais”. Ou seja, através do conteúdo de suas programações (novelas, seriados, campanhas publicitárias, etc.) eles oferecem modelos daquilo que significa

ser ‘homem ou mulher’, ‘bem-sucedido ou fracassado’, ‘atual ou ultrapassado’, ‘moral ou imoral’, ‘bom ou ruim’, colocando parâmetros de definição de identidades étnicas, raciais e de gênero. Sobre isso nos diz Kellner (2001, p. 09):

“[a mídia] fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’. Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral.”

E a publicidade figura entre esses elementos fornecedores de modelos sociais de existência. Assim, mais do que os produtos anunciados, ela vende estilos de vida, padrões de comportamento, visões de mundo ao “criar uma associação entre produtos oferecidos e certas características socialmente desejáveis e significativas, a fim de produzir a impressão de que é possível vir a ser certo tipo de pessoa (...) comprando aquele produto” (Kellner, 2001, p. 318). Logo, ela não se ocupa apenas de criar mecanismos através dos quais possa fomentar a aquisição dos produtos que anuncia no mercado consumidor - o que se liga à *publicidade sustentada pela lógica racional* do consumo descrita no tópico anterior. Para ela, tão importante quanto vender seus produtos, é vender os modos de existência que se associam a eles.

Apoiados nos pressupostos de que as representações sociais também são expressas através de “discursos que se materializam em textos imagéticos, iconográficos, impressos, orais, gestuais, etc.” (SWAIN apud PIRES, 2006, p. 01) e de que “todas as propagandas são textos sociais que respondem a desenvolvimentos fundamentais do período em que elas aparecem” (KELLNER, 2001, p. 319), reafirmamos nossa perspectiva embasada na idéia de que os diversos mecanismos midiáticos, entre eles a publicidade, carregam representações sociais que se fazem presentes nos dizeres cotidianos, construídos histórica e culturalmente e estes não só as reproduzem e reforçam, como também atuam na re-configuração das mesmas. Assim, a mídia constitui-se um campo fértil para aqueles que se dispõem a compreender a realidade social a partir das representações sociais que de seu vasto repertório de textos e imagens emergem na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, Jean Claude. (1998), "A abordagem estrutural das Representações Sociais". In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.) *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia, Editora AB, p.27-37.
- ADORNO, Theodor W & HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do Esclarecimento. Fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- CANCLINI, Nestor Garcia. (1999), *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4.ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- CASTRO, Maria Lilia de. (2003), "Publicidade sob as lógicas do consumo". In: *I Congresso Internacional da Associação de Estudos Semióticos*, Araraquara.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. (2001), "Mídia e Produção de Modos de Existência". *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol.17, n.1, p. 01 – 04.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. (2002), "O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV". *Educação & Pesquisa*, São Paulo.
- GUARESCHI, Pedrinho A. (2000), *Os construtores da Informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra. (1994), *Textos em Representações Sociais*. 3. ed., Petrópolis, Vozes.
- JODELET, Denise. (2001), "Representações sociais: um domínio em expansão". In: _____. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 18- 44.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. (2000), *Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. RJ, Vozes.
- LEITE, Izildo Corrêa. (2002), "A teoria das representações Sociais e sua contribuição pra análise dos dados primários". In: _____. *Desconhecimento, piedade e distância: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza*. Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Cap. 2. 123-38.
- MOSCOVICI, Serge. (2003), *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis, Vozes.
- PALÁCIOS, Annamaria da Rocha Jatobá. (2004), *As marcas na pele, as marcas no texto: Sentidos de tempo, juventude e saúde na publicidade de cosméticos em revistas femininas durante a década de 90*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia.
- ORTIZ, Renato. (1999), *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 5a ed.
- PIRES, Monique Vidal. (2006), "Gênero no Texto Visual: a (re)produção de significados nas imagens técnicas (fotografia, televisão e cinema)". Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. UnB – Universidade de Brasília
- ROCHA, Everardo. (1985), *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- _____. (1995) *A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo*. Rio de Janeiro, Editora Mauad.
- SÁ, Celso Pereira de. (1995), "Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria". In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- TASCHNER, Gisela Black, (1982), "A Indústria Cultural Revisitada". *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 7, p. 107-118.

Raça, Etnia, Estética e Política – Por uma compreensão não maniqueísta dos antagonismos midiáticos

Nilmar Barcelos

Bacharel em Comunicação Social/
Uni-BH.

Palavras-chave:
Mídia, Mobilidade social, Etnia, Cultura brasileira.

Key Words:
Media, Social mobility, Ethnic, Brazilian culture..

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir alguns dos aspectos relativos à emergência dos negros na mídia brasileira e como esses vêm sendo representados nestas publicações. Para isso, o ponto de partida é a análise da edição especial de dez anos da revista Raça Brasil, a primeira publicação brasileira voltada estritamente para os fenotipicamente pretos.

ABSTRACT: The article analyzes some of the aspects that concern the African-american community represented in the Brazilian media, and also how these "African-Americans" are represented on these publications. And it starts out by the analysis of the ten years special edition of the magazine Raça Brasil (Brazil Race), the first Brazilian magazine strictly made for the black peoples community.

Considerações iniciais: movimento em negro

O objetivo do presente artigo é discutir alguns dos aspectos relativos à emergência dos ditos negros na mídia brasileira e como estes vêm sendo representados nestas publicações. Para isso, o ponto de partida é a análise da edição especial de dez anos da revista Raça Brasil, a primeira publicação brasileira voltada estritamente para os fenotipicamente pretos. A emergência do negro¹ na mídia brasileira, datada do início da década de 1990, embora tímida, é, em parte, fruto da luta do movimento negro aqui presente desde o final da década de 1970. As denúncias feitas por esse movimento - que apontavam para a inexistência de uma democracia racial e para o fato de que os negros eram discriminados por sua cor e não apenas por sua condição social - vêm ganhando certa repercussão na sociedade brasileira e nos meios de comunicação.

João Batista de Jesus Félix (1996) explica que exemplos como as minisséries sobre a *Escrava*

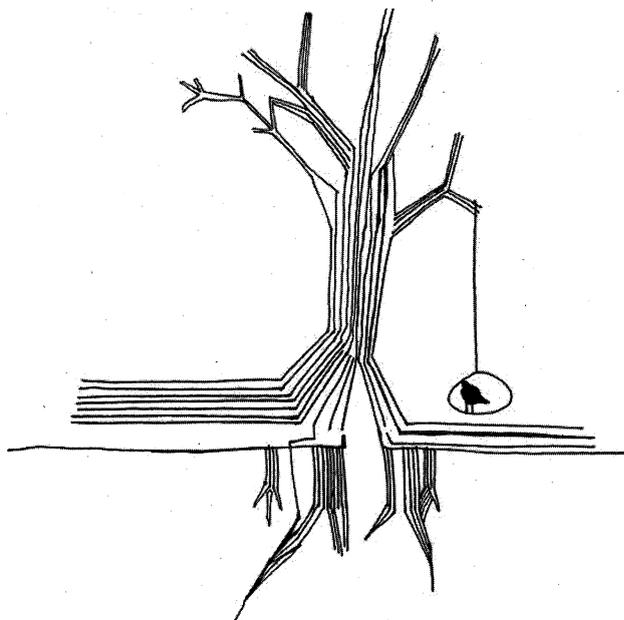
Anastácia e a posterior *Mãe-de-santo* - na rede de TV Manchete -, as discussões sobre a condição dos negros no Brasil - na TV Cultura - e a inserção de uma família de classe média negra em uma novela do chamado horário nobre da maior rede de televisão do país - a Rede Globo - nos revelam que, embora a situação cotidiana desses não tenha sido atingida diretamente, o debate acerca das etnias, e, especificamente, do racismo, foi ampliado e visto de forma mais crítica pelos meios de comunicação.

Para Livio Sansone (2000), após a abolição da escravidão no Brasil e inseridos na modernidade do Novo Mundo, os negros se viram pressionados a criar uma nova e inteligível cultura para si, bem como uma "África" própria, em um curto espaço de tempo. Assim, através de um processo de mercantilização, alguns objetos ligados aos costumes, ao corpo e ao comportamento, foram escolhidos na busca da constituição dessa nova cultura negra. O consumo, nesse contexto, passa a funcionar como um marcador étnico, bem como uma forma de oposição à opressão, uma vez que tais eram privados desse - o que constituía mais um aspecto da sua exclusão.

No Brasil, o que deu início à ampliação do horizonte dos negros, no que diz respeito à sua inserção no quadro de consumo mundial, deu-se com o término da ditadura militar, em meados da década de 1980, quando 70% da população rural se muda para os meios urbanos. Mas a família negra, ou grupo negro, que alcança esse patamar de consumidores ostensivos, nas palavras do próprio autor,

"[...] se sente desconfortável com as construções tradicionais da identidade negra como um fenômeno da classe baixa e com a caracterização dos negros como indivíduos incapazes de consumir símbolo de status ou que o fazem de maneira grosseira por causa de sua 'falta de modos' (SONSONE, 2000, p.97).

¹ A utilização da palavra negro ou preto terá como finalidade primeira remeter-se aos fenotipicamente escuros e com determinados traços físicos, como cabelos crespos, lábios grossos, entre outros (já que grande parte dos estudos voltados ao tema não dão conta, metodologicamente, do que pode ou não ser classificado como estritamente negro, partindo, em linhas gerais, de um subjetivismo relacional), independentemente do fato desses se julgarem ou não portadores de outras identidades - seja negro, mulato, mestiço, pardo, branco, entre outras.



Ângela Figueiredo (2004) explica que os negros com poder aquisitivo elevado no Brasil são vistos como pessoas fora do lugar sociologicamente construído para eles. Fora dos espaços do trabalho e da família, quando querem usufruir de sua condição social elevada e consumir bens e serviços considerados luxuosos, seriam tratados com extrema desconfiança. "Ora, basta haver alguma confusão ou mal-entendido para que sua posição econômica e social seja irrelevante e a sua condição racial seja destacada (...)" (FIGUEIREDO, 2004, p.207). A autora explica que, desde 1930, as pesquisas são unânimes em afirmar que a mobilidade e ascensão social dos ditos negros sempre ocorreram através de dependências e apadrinhamentos ligados a homens "brancos". "A ascensão social dos escuros como indivíduos é freqüente e fácil de verificar. Como grupo, no entanto, as pessoas de cor vêm ascendendo mais dificultosamente", aponta Tales de Azevedo (*apud* FIGUEIREDO, 2004, p.207).

Peter Fry (2002) afirma que, atualmente, devido ao surgimento de uma classe média negra, esses vêm ganhando maior visibilidade e inserção na publicidade. O autor afirma que a maioria dos produtos voltados para as pessoas de cor são geralmente ligados às questões fenotípicas, a fim de produzir beleza, criando a identidade negra pelo viés da "aparência". A dita democracia dos bens de consumo é propagada na publicidade, na qual o negro também se enxerga como um consumidor comum, embora, muitas vezes, na prática, não existam condições econômicas para que efetivamente consuma.

Raça Brasil: uma experiência étnica² na revista brasileira

Somente no ano de 1996, no "vilipendiado mercado" brasileiro, do qual nos fala Peter Fry (2002), os negros ganham uma publicação própria, através da revista Raça Brasil. A evidência midiática, no que diz respeito à experiência étnica na mídia brasileira, surge de um movimento observado tanto por Fry como por outros pesquisadores do tema, como Sílvia Rial (1999), Ângela Figueiredo (2004), Muniz Sodré (1999) e Livio Sansone (2000), que apontam a existência de uma mobilidade social dos negros e a sua posterior emergência na mídia.

Como parte dessa pesquisa, buscaremos analisar e compreender o mundo de Raça Brasil, lançada pela editora Símbolo e que se mantém viva após sua primeira edição. O objeto empírico escolhido foi a edição especial histórica de comemoração dos dez anos da mesma, publicada no mês de setembro do ano de 2006 e que consiste, em certa medida, em um documento que resume a trajetória desta publicação até os dias atuais.

Claros e escuros: estética da inclusão ou assimilação da hegemonia?

Seguindo as pistas deixadas por Peter Fry (2002), mergulharemos inicialmente no mundo de

significados relativos aos anunciantes da revista Raça Brasil e na construção identitária presente nesses discursos, principalmente pelo viés da estética e produção de beleza, uma vez que, segundo o autor, essas podem ser ferramentas políticas importantes na modificação da dita dominação cultural branca e na luta contra o racismo.

O produto publicitário em si é um mero alibi para as significações latentes contidas nele. Embora se possa resistir aos imperativos publicitários (o apelo direto ou ordem supostamente imposta pelo mercado a fim de que os indivíduos consumam dado produto), nos tornamos sensíveis ao seu indicativo (mensagem clandestina, sutil, incluída de forma sorrateira em dada peça publicitária). É o que Packard (*apud* BAUDRILLARD, 2000) classificou como *persuasão clandestina*, ou seja, a adesão do sujeito ao consenso social - no nosso caso de análise, a referência de beleza estética associada a um padrão ocidental ou anglo-saxônico - e não à simplista compulsão por compras e condicionamento das pessoas. Conso-me-se com referência no outro, mesmo buscando ter posse de um produto que supostamente diferencie um indivíduo dos demais.

A idéia inicial de vender a "imagem de um negro diferente", proposta por um dos dirigentes da Raça Brasil, Aroldo Macedo (*apud* FRY, 2002), é facilmente notada nos anúncios publicitários da revista. Foram contabilizadas cerca de 17 propagandas sobre produtos de beleza e salões afro, num total de 33 peças publicitárias. Dos dez anúncios, nos quais havia a presença de negros, sete eram sobre salões que desenvolviam algum tipo de trabalho étnico/afro, ou seja, era inviável a inserção de outro tipo de modelo que não esse. Dos três anúncios restantes, todos se tratavam de produtos para dar brilho ou alisar cabelos, o que Muniz Sodré (*apud* FRY, 2002) chama de "lógica liberal-assimilacionista", ou seja, a que dissemina uma estética do padrão de beleza ocidental - ligada aos fenotipicamente claros, com nariz afilado, cabelos lisos e brilhantes - em detrimento da estética dos fenotipicamente escuros, com traços grossos, etc.

Numa peça publicitária da *Garnier Fructis*³, surgem algumas complicações no que diz respeito à representação dos pretos. A peça, que ocupa duas páginas, traz um casal de negros sorrindo. O homem tem a cabeça raspada e puxa uma parte do longo cabelo da mulher, alisado e extremamente brilhante. No topo da página, os dizeres "Rolou uma química? Com cabelos 100% mais resistentes pode rolar muito mais". O trecho "pode rolar muito mais" traz uma conotação implicitamente sexual. Seria um resquício da velha ligação do mulato a um afloramento sexual inato ou mais um caso geral de apelo sexual na publicidade? O produto em voga é o *Quimi-Resist*, a "1ª linha para cabelos quimicamente tratados". A modelo, associada à estética dos cabelos lisos, agora tem um produto especial para atender a outro apelo mercadológico: cabelos saudáveis devem ser brilhantes, mesmo os naturalmente mais secos e opacos, como é o caso dos de origem africana.

² O termo etnia será empregado, à princípio, na tentativa de auto-definir negros como um grupo que se vê e se mostra como portador de tal identidade (seja através do uso de vestimentas específicas, da forma de exposição corporal ou através do discurso).

³ Marca de produtos capilares.

Nos dizeres da própria peça publicitária: "Seus cabelos vão brilhar com toda a força".

Por um lado, é extremamente importante o fato do negro, como cidadão e consumidor, poder escolher, dentre as diversas estéticas, a que mais lhe agrada. Faz parte daquilo que Canclini (*apud* RAVIER, 2001) chama de espaço de negociações entre a posição tomada pelo indivíduo e o que a moda lhe propõe. O único complicador é saber até que ponto esta escolha não é pautada por um imperativo estético hegemônico, o ocidental, no qual o negro tem, como espelho de referência, o homem branco e seu padrão de beleza. Notamos esse fato na propaganda de produtos capilares da marca *Maxima*. "Deseja que o seu cabelo crespo esteja sempre bonito e saudável? Trate no salão regularmente e em casa diariamente". Talvez esse título não tivesse nada demais, salvo o fato de a modelo da propaganda ser uma preta de cabelos alisados - passando a idéia referencial de que cabelo crespo bonito e saudável é cabelo crespo alisado.

Mas um ponto importante a ser ressaltado é o papel social e, indiretamente, político que esses salões de beleza afro podem desenvolver, gerando solidariedade entre os negros e fortalecendo suas identidades. Peter Fry (2002) afirma que, além de Roberto Melo e Aroldo Macedo, que vêm na produção de beleza uma forma de reforçar a auto-estima dos ditos negros, cabeleireiras auto-afirmadas negras crêem piamente na idéia de que a estética pode ser uma saída para inverter o papel de dominação exercido pela "cultura branca". Em contraponto, a idéia de "consciência racial" e "naturalização" no cuidado do cabelo "afro", muitas vezes tem absorvido outros valores de referência estética propostos pela mídia e seu padrão de beleza ocidental, como a busca de fórmulas e cremes para deixar o cabelo de origem africana brilhando. Como bem constata Jocélio Teles dos Santos (2000), "ironicamente, a ênfase na inovação do cabelo do negro está justamente em um sentido de continuidade com essas imagens, e não na completa ausência ou rejeição delas" (p.9).

Fora os anúncios de produtos de beleza e salões afro, foram contabilizadas 16 peças publicitárias, sendo que o negro está presente em metade delas. Duas propagandas, em especial, chamam nossa atenção - uma vez que seguem o modelo que Fry (2002) classifica como *contra-intuitivo*. A primeira delas é uma peça publicitária do banco *Bradesco*. Traz no título a frase "O banco completo não seria completo sem essas peças". Nela, o personagem principal - ocupando, sozinho, uma página da revista - é uma criança negra, sorridente, que segura com as duas mãos uma grande peça de quebra-cabeças marcada com os dizeres "Responsabilidade socioambiental". Embaixo, a sua identificação: Vitor Hugo Tomaz Guilherme, aluno da *Fundação Bradesco*. Mais oito peças de quebra-cabeça menores acompanham a publicidade, em uma página ao lado, e trazem outros personagens associados a cada uma delas. Na peça de quebra-cabeças *Fundação Bradesco*, temos inserida a foto de uma criança do

sexo feminino, estudante, branca e as seguintes informações: em 50 anos, 620 mil alunos formados em todo o Brasil. Em outra peça, na sessão *Finasa Esportes*, temos inserida a foto de uma jogadora de basquete branca com os seguintes dizeres: 3 mil meninas beneficiadas anualmente por meio do esporte. Em outra dessas peças de quebra-cabeças, intitulada *Pé Quente Bradesco Ayrton Senna*, vem a foto de uma criança branca, de cabelos lisos e claros, do sexo feminino, abraçada com outra criança, preta, do sexo masculino, e os seguintes dizeres: 1 milhão de crianças assistidas através do *Instituto Ayrton Senna*.

O interessante nessa peça publicitária é o fato de que as diversas etnias representadas na página ao lado descentraliza, em certa medida, a ligação que possa haver na foto principal entre o ser negro e o estar em uma classe social baixa. Uma criança branca também é representada como aluna da *Fundação Bradesco* e, no *Instituto Ayrton Senna*, brancos e pretos estão representados como integrantes do mesmo. A representação ali construída não é a de um negro de classe social baixa, mas de mais um estudante da tal fundação. Outra coisa importante é o fato de que, na peça de quebra-cabeças *Finasa Esportes*, não é a foto de um preto que está inserida, evitando a reprodução racista costumeira, que o colocaria como detentor inato de atributos físicos e habilidade genética para os esportes. A novidade dessa peça publicitária está justamente no fato de o negro ser representado como portador de intelecto e não de mero atributo físico.

A segunda peça é da agência de moda *HDA Models*. Já de início, a peça aborda a questão da ausência de visibilidade midiática em relação aos ditos negros através do título "*HDA Models*, mostra o que o mundo não vê". Em seguida, um painel revela a diversidade estética de seis modelos da agência. Todas as mulheres usam os cabelos soltos, num estilo natural, *black power*. No caso dos homens, um tinha o corte de cabelo mais baixo, outro um *black power* e o terceiro possuía tranças "afro". Embora em alguns casos seja "(...) mais caro parecer 'étnico' que assimilado, ter um cabelo 'rasta' que um cabelo alisado" (SANSONE, 2000, p.101), é interessante abordar que apenas um dos modelos usa recursos "étnicos", no caso as tranças rastafari, sendo que o padrão de beleza que a agência busca criar foge em muito ao da estética hegemônica ocidental, valorizando a estética negra como forma de beleza. É uma tentativa de revelar ao outro uma imagem que se tem de si próprio ou até mesmo a imagem que gostaria de ter de si para si mesmo e para o outro (RAVIER, 2001).

Poucas exceções na corriqueira narrativa da cor

Após essa breve incursão pelo mundo publicitário da revista *Raça Brasil*, buscaremos compreender os meandros do seu universo jornalístico e de que forma a questão identitária do negro contemporâneo vem sendo nele construída e representada.

O casal de modelos negros Nill Fiúza e Patrícia de Jesus - com seus longos cabelos alisados - compõem a capa da revista - uma reprodução simbólica da primeira edição, de 1996. Já no editorial da revista, a diretora geral Liliane Santos afirma seu espanto ao ver, dentre tantos produtos de uma banca de jornal, cinco publicações de editoras de renome voltadas estritamente para os ditos negros, isso dez anos após a primeira publicação de Raça Brasil. "Há dez anos, se falássemos sobre isso seríamos taxados de sonhadores", afirma a diretora, que se diz feliz por saber que foi a Raça Brasil a precursora de tal emergência negra nas revistas brasileiras.

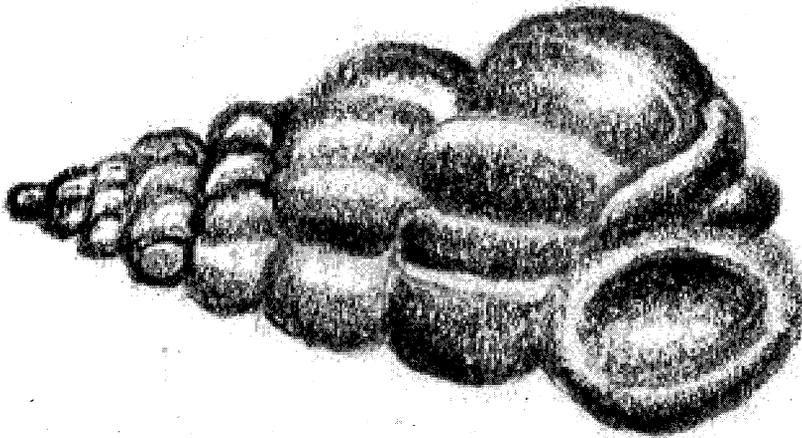
A reportagem especial "10 anos de muita raça" nos traz indicativos importantes sobre a origem histórica dessa emergência negra na mídia, relatando seu surgimento inicial nos idos de 1915, quando, segundo a matéria, a primeira geração de negros descendentes de escravos lutava na cidade de São Paulo a fim de produzir os primeiros jornais voltados para negros. A jornalista e pesquisadora Sandra Almada afirma que, desde o jornal *O menelick* (editado em 1915), passando pelo *O Xauter*, *O Getulino*, *A Princesa do Norte*, até chegar a *O Clarim da Alvorada* (editado em 1963), todos buscavam retratar acontecimentos sociais e as "lutas negras". Almada ressalta o fato de a revista *Raça Brasil*, após tantos anos, ter conseguido dar uma visibilidade mais abrangente - 250 mil exemplares mensais - aos principais acontecimentos da dita negritude brasileira.

A abordagem dessa reportagem especial nos

revela diversos dados sobre a grande dificuldade dos negros, no que diz respeito a inserção no mercado de trabalho, especialmente nos cargos de chefia; na educação, abordando a suposta importância das ações afirmativas; na política, mostrando como o número de parlamentares negros é extremamente menor que o de brancos; e na cultura, dando importância ao surgimento de movimentos importantes como o *funk*, o *hip-hop* e o cinema negro.

Contudo, de modo geral, a maior parte desta análise empírica nos revela que são poucas as matérias que fogem aos estereótipos raciais e/ou conseguem tratar de forma menos superficial os dilemas étnicos do negro no Brasil. As exceções interessantes de serem destacadas são: a entrevista feita com a atriz e apresentadora de televisão Regina Case (que não é fenotipicamente escura), na qual se faz um esboço de debate sobre racismo; a breve matéria "A cor da cultura", de uma lauda, sobre o projeto de lei aprovado em 2003, que visa incluir a história da África no currículo escolar do ensino fundamental e médio das escolas públicas; e, por último, com o enfoque mais interessante das três exceções aqui destacadas, a matéria intitulada "Surfistas negros na crista da onda", que mostra a dificuldade desses atletas para conseguir patrocínio, pelo fato da associação já cristalizada entre a estética do surf e indivíduos brancos e de cabelos louros.

Alguns complicadores surgem quando o assunto nos remete à questão de como o negro vem sendo representado nas campanhas publici-



4 Do site http://www.terra.com.br/istoedinheiro/250/entrevista/entrevista_2.htm, acessado em 16 de maio de 2007.

tárias, na moda, etc. Nessa mesma reportagem "10 anos de muita raça", que ocupa oito páginas da revista, Sandra Almada mostra a relação entre a mobilidade social negra e a aparição - tímida - desse setor fenotipicamente escuro na cultura da imagem. A problemática é explicitada no discurso feito pelo presidente da agência África, o famoso publicitário baiano Nizan Guanaes, num pequeno espaço da reportagem intitulado "Preto é chique". Nele, Guanaes afirma que a presença do negro na publicidade mudou muito, justificando com esse argumento o fato de ter dado o nome de África a sua agência:

"[...] as modelos negras cada vez fazem mais sucesso. Os homens mais desejados são negros. A essência da raça reflete-se em todas as culturas. Onde há negro pelo mundo há mais alegria e musicalidade. Essa influência reflete-se na propaganda. O negro está nos comerciais mais sofisticados do planeta [...]" (GUANAES, 2006, p.27).

Aliás, em entrevista⁴ a Isto É On-line, no ano de 2002, Nizan Guanaes já afirmava que, além do nome de sua agência ter a cara do Brasil, África nos remetia também a algo muito presente na publicidade: a magia e o feitiço.

Ao falar de "essência da raça" e associar o negro à alegria e musicalidade, o publicitário traz no bojo do seu discurso uma série de elementos supostamente racialistas, afirmando que os pretos possuem, inevitavelmente, determinados valores genéticos específicos, principalmente os ligados à musicalidade e ao corpo (como o batoque e a ginga). Tal fato pode ser comprovado em uma campanha institucional⁵ feita pela agência do próprio Guanaes para a Vale do Rio Doce. Nessa campanha, veiculada em 2006 (ano da Copa do Mundo na Alemanha), o músico Carlinhos Brown, que já havia protagonizado uma propaganda da empresa Honda, na qual aparecia batucando em um capacete de moto e cantando, aparece tocando tambor e cantando aspectos relacionados ao "orgulho de ser brasileiro". A utilização desses estereótipos raciais na publicidade já havia sido observada pela antropóloga Carmem Sílvia Rial (1999)⁶. Segundo ela, perdurava o velho estereótipo do "ser negro", que só podia protagonizar propagandas cantando ou dançando, como se suas qualidades se resumissem a isso.

Outro fato apontado por Nizan Guanaes, na reportagem especial "10 anos de muita raça", é o sucesso cada vez maior das modelos negras, similar ao enfoque também dado pela editoria de moda da revista Raça, em uma matéria intitulada "África". Trata-se, na realidade, de um ensaio fotográfico no qual os modelos Nill Fiúza e Patrícia de Jesus aparecem usando roupas e acessórios em posições sensuais, como informa o breve texto inicial. "A sensualidade, as estampas e as cores do continente africano invadem as ruas, lojas e passarelas. Repletas de recortes, as peças de roupa são leves, fluidas

e confortáveis". Nela, a lógica da magia, apontada por Guanaes, é extremamente explorada, como explica o próprio texto que acompanha o ensaio fotográfico. "Não dá para negar a força estética da África. Os rituais, além dos significados místicos, têm plasticidade (...) A cor da raça e do deserto e as estampas dos safáris povoam a imaginação (...)".

Podemos notar certa ligação entre o conceito de raça e magia, sensualidade e beleza natural atrelados aos modelos negros. Jocélio Teles dos Santos (2000) explica que, no discurso dos produtores de moda, predomina o senso comum do negro como um ser exótico. A maioria dos fotógrafos e donos de agência de moda afirmam que diversas modelos pretas são encaminhadas para o mercado internacional por dois motivos especiais: no Brasil, essas são discriminadas, e, no exterior, especialmente na Europa, são valorizadas por sua "ginga especial" e seu "charme". O texto inicial desse ensaio fotográfico termina com os dizeres "Use sem moderação". Mas, como as roupas e acessórios usados são relativamente caros, restringindo-se ao consumo da classe média, foi criado um espaço na matéria com roupas similares e bem mais baratas, gerando um misto de democracia e exclusão do consumo.

Mas a matéria que mais chamou atenção é a intitulada "A sedução é negra". Já no título, idéias de determinismos raciais, como as que identificam o negro como possuidor de uma sexualidade exuberante inata e dotado de um poder de encantamento, são propagadas de forma nada dissimulada. A primeira ilustração da matéria, de uma página inteira, é a foto do peito e barriga torneados de um homem preto, completamente suado e sendo acariciado por duas mãos femininas e fenotipicamente mais claras. A matéria apresenta uma pesquisa com 17 mulheres e 17 homens para saber qual seria o "tempero" relativo à "raça negra". Como metodologia, a jornalista Gabriela Sampaio explica que deixou que os entrevistados apontassem mais de um quesito, alegando que, "afinal de contas, não há dedos suficientes para contar todos os encantos da raça". São intrigantes algumas conclusões dos entrevistados, que parecem o reflexo nítido de teorias deterministas do século XIX. Por exemplo, a técnica em telecomunicações Maurine Santos, de 22 anos, afirma que "(...) não é bem questão de ser X ou Y, mas de um conjunto sensual. Coisa de DNA mesmo. É da cultura, que nos dá um jeito alegre e livre".

Algumas matérias desta edição histórica da revista Raça Brasil foram dedicadas ao tema da mobilidade social dos ditos negros, ou ao que Ângela Figueiredo (2004) chama de "a experiência dos negros na classe média brasileira". A primeira dessas matérias é intitulada "Boas maneiras.com", que trata de uma série de regras de etiqueta para qualquer pessoa que esteja inserida e compartilhando das novas tecnologias da modernidade, como a internet e o celular, não se restringindo necessariamente aos negros. Outra que trabalha esse tema é a intitulada "O sonho da casa própria", informando sobre a suposta fa-

⁵ Do site <http://www.portaldapropaganda.com/vitrine/tpportal/2006/05/0003>, acessado em 16 de maio de 2007.

⁶ Ver RIAL, Carmem Sílvia. Japonês está para a tv assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil.

cilidade de se conseguir crédito e financiamento para a aquisição da casa própria. Embora trazendo fotos de pessoas fenotipicamente pretas na ilustração da matéria, essa, como na anterior, não se restringe ao mundo dos negros.

A matéria intitulada "Sucesso" vai ao cerne da questão do negro e sua ascensão na classe média. Nela, após breve introdução ao tema, com um rápido histórico do jogador de golfe norte-americano, preto e bem sucedido, Tiger Woods, temos uma espécie de manual prático dos "10 passos para chegar ao topo". Entre outras coisas, a matéria mostra, banal e pedagogicamente, ao leitor negro que o fato de sua ascensão social é mero fruto do sonho, dedicação pessoal, ambição, planejamento, atitudes positivas, equilíbrio, etc. Não leva em conta, portanto, as estruturas e os sutis mecanismos históricos que relegaram os pretos à margem do consumo e das oportunidades em geral.

Ângela Figueiredo (2004) explica que, em geral, as pesquisas afirmam que a mobilidade e a ascensão social dos negros estão ligadas a algum vínculo de apadrinhamento ou ao casamento com pessoas brancas, desmistificando essa "fábula dos 10 passos para o sucesso" propagada pela revista. Como exemplarmente afirma Sérgio Costa (2002, p.46), "as adscrições raciais atuam como prática social", assim como o clientelismo ou o familismo, "que molda as oportunidades individuais, além e acima dos méritos pessoais". Em uma mini-entrevista no corpo dessa mesma matéria, um bem sucedido empresário auto-afirmado negro diz que o preconceito no Brasil é social e não racial - fato também desmistificado por Figueiredo (2004), que, com certa veemência, explica que fora o ambiente familiar e profissional, ou seja, quando os pretos saem para o mundo do consumo de bens, tudo é pretexto para que a questão racial apareça na forma dos insultos, da desconfiança e da segregação.

Conclusão

Embora a revista Raça Brasil seja o maior ícone midiático desta emergência negra na mídia brasileira, existem diversos complicadores no que diz respeito à centralidade e aos efeitos desta publicação. O uso abusivo e muitas vezes acrítico da cultura da imagem, em detrimento de uma abordagem mais contextualizada em relação à complexa história das relações sociais do negro no Brasil, tem reproduzido e eternizado diversos estereótipos racistas, ao invés de buscar proporcionar, mesmo que somente pelo viés da estética, um debate realmente efetivo sobre a discriminação e a posterior desconstrução da estética hegemônica ocidental: pele clara, nariz afilado, cabelos alisados, entre outras coisas (SANSONE, 2000).

Quando a mídia atrela e restringe a existência de determinados valores morais a pessoas com cor de pele e traços físicos específicos ou quando propaga a possibilidade de escolha de múltiplas estéticas, mas indica, nas entrelinhas, um pa-

drão de beleza hegemônico a ser seguido, ela se apresenta como o discurso do senso-comum. Se impede, assim, de constituir uma importante ferramenta geradora de auto-estima para os oprimidos e de transformação social para os historicamente excluídos, compreendendo aqui a inserção de todos os grupos subalternizados.

Os negros da classe média preferem crer que são alvo de mero preconceito social e não de cor, como constatou Ângela Figueiredo (2002). A lógica editorial da revista Raça Brasil parece seguir essa mesma tendência acrítica, na medida em que é idealizada pela (e representa a) menor parte do setor fenotipicamente escuro da população brasileira, ou seja, os negros que emergiram socialmente. Resultado disso é que, em uma revista voltada estritamente para pretos, estes ainda são minoria nas publicidades e ganham tratamento superficial em assuntos importantes como o racismo, a inserção do negro na educação e no mercado de trabalho. É um espelho da classe média negra para si mesma, expressando a forma como esse grupo se vê e se mostra.

Todavia, os efeitos dessa revista no público são interessantes na medida em que constatam tal superficialidade no tratamento de notícias relativas à questão do negro no Brasil. Na sessão de cartas, o professor de educação física André Renato Gomes reclama que, embora tenha ocorrido algumas melhorias, a revista "(...) precisa se focar um pouco mais na camada da população negra pobre [que representa esmagadora maioria dos negros], com assuntos mais relevantes à sua realidade (...)". A leitora Silvia Helena de Britto Zeferino também faz ressalvas: "(...) Fui assinante durante dois anos e desisti quando recebi um exemplar cheio de futilidades. Me fez questionar se o negro brasileiro é tão alienado assim. Longe de levantar bandeiras mas, uma mistura seria ideal, principalmente com um espaço para falar de assuntos polêmicos (...)".

Não existe um caráter político explícito nas publicações da Raça Brasil, embora a questão da estética entre como um fator positivo na medida em que pode ser um agente importante no aumento da auto-estima dos ditos negros, como bem exemplifica a leitora Tatiane de Amorim Ferreira, também na sessão de cartas da revista: "Gostaria de elogiá-los pela competência com a qual fazem a revista. Por causa dela, sinto orgulho de ser negra, da minha cultura e da minha beleza (...)". Assim, embora, muitas vezes, caia na reprodução de estereótipos, paradoxalmente a revista Raça Brasil contribui de forma positiva na representação do negro, na medida em que mostra a existência palpável de uma classe média formada por pessoas fenotipicamente escuras, tirando-a do posto de mera estatística da exclusão.

É necessário, dialogando com Sérgio Costa (2002), a criação de condições político-institucionais nas quais o pleno exercício da cidadania não dependa de nenhum tipo de questão fenotípica. Sendo assim, o mais interessante seria uma revista que trabalhasse o valor da diversidade tanto nas informações textuais como nas imagéticas, sempre se

vigiando em relação à possível reprodução de estereótipos que possa ocorrer, já que uma gama destes está fortemente arraigada em nosso imaginário ocidental, além da existência de políticas conjuntas que viabilizem oportunidades de igualdade para todos. Mas, em grande parte de suas matérias, as-

sim como nas peças publicitárias que veicula, ao tentar falar de negritude, Raça Brasil mantém, através de abordagens superficiais e da reprodução de diversos estereótipos, uma narrativa da cor ainda associada a duvidosas e antagônicas representações sobre o negro brasileiro.

Submetido em julho 2007
Aprovado em Novembro 2008

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, Jean. (2000), "Significação da publicidade". In: LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo, Paz e Terra.
- CHIAPPINI, Ligia. (2001), "Multiculturalismo e identidade nacional". Texto apresentado no 1º Encontro Fronteiras Culturais. Transcrito na *Revista Cult*, Nº 46. São Paulo. Do site http://www.celpsyro.org.br/multi_identNacional.htm, acessado no dia 21 de março de 2007.
- COSTA, Sérgio. (2002), "A construção sociológica da raça no Brasil". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, Nº1, págs. 35-61. Rio de Janeiro. Do site <http://www.scielo.br/pdf/aaa/v24n1/a03v24n1.pdf>, acessado no dia 19 de março de 2007.
- FÉLIX, João Batista de Jesus. (1996), "Pequeno histórico do movimento negro contemporâneo". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa (orgs.). *Negras Imagens*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo – Edusp.
- FIGUEIREDO, Ângela. (2004), "Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira". In: *Cadernos Pagu* (23), julho-dezembro, págs. 199-228. Do site <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n23/n23a07.pdf>, acessado no dia 10 de março de 2007.
- FRY, Peter. (2002), "Estética e Política: relações entre 'raça', publicidade e produção de beleza no Brasil". In: GOLDENBERG, Mirian (org). *Nu e Vestido. Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro, Record.
- GIL, Gilberto. (2005), "Diversidade cultural, identidade e resistência". In: *Revista Palmares*, Ano 1, Nº 1, agosto. Do site <http://www.palmares.gov.br>, acessado no dia 01 de março de 2007.
- ORTIZ, Renato. (1994), *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. Brasiliense, São Paulo.
- RAVIER, Valéria. (2001), "A dimensão política do consumo". In: *Revista da ESPM*, Vol. 8, Nº 1, págs. 36-42, jan/fev.
- REIS, Letícia Vidor de Sousa. (1996), "Negro em 'terra de branco': a reinvenção da identidade". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa (orgs.). *Negras Imagens*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo – Edusp.
- RIAL, Carmem Sílvia. (1999), "Japonês está para a tv assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil". In: ECKERT, Cornelia; MONTE-MÓR, Patrícia (orgs.). *Imagens em foco*. Novas perspectivas em antropologia. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.
- SANSONE, Livio. (2000), "Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil". In: FAUSTO, Carlos (editor). *Mana: estudos de antropologia social*. Vol. 6, Nº 1. Rio de Janeiro: Contra Capa, abril.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. (2000), "O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos". In: *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, Nº 38. Do site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546-X2000000200003&lng=en&nrm=iso, acessado no dia 02 de fevereiro de 2007.
- SANTOS, Joel Rufino dos. (2005), "Culturas negras, civilização brasileira". In: *Revista Palmares*, Ano 1, Nº 1, agosto. Do site <http://www.palmares.gov.br>, acessado em 02 de março de 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1996), "Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravidão no Brasil". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa (orgs.). *Negras Imagens*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo – Edusp.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1993), *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Alberto da Costa. (1994), "O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX". In: *Estudos Avançados*. Do site http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000200003&script=sci_arttext&lng=pt, acessado no dia 13 de março de 2007.

MAGAZINES

Raça Brasil (2006). São Paulo: Editora Símbolo, ano 10, nº. 102, setembro.

SITES

Portal Terra. http://www.terra.com.br/istoedinheiro/250/entrevista/entrevista_2.htm. Acessado em 16 de maio de 2007.

Portal da Propaganda. <http://www.portaldapropaganda.com/vitrine/tvportal/2006/05/0003>. Acessado em 16 de maio de 2007.

Movimentos sociais e a Ong BrOffice.org, um estudo de caso*

Ricardo Augusto Poppi Martinl

Graduando em
Ciência Política/UnB

Tiago de Oliveira Amaral

Graduando em
Ciência Política/UnB

Palavras-chave:
código aberto; teoria dos movimentos sociais; ODF; ONG BrOffice.org.

Key Words:
open source; theory of social movements; ODF; NGO BrOffice.org.

RESUMO: O seguinte artigo tem como objetivo analisar o posicionamento e ação da ONG BrOffice.org na escolha do formato para a padronização de documentos eletrônicos dentro ABNT. Dessa forma, primeiramente, analisaremos a ONG segundo a tipologia de movimentos sociais proposta por Touraine e, a seguir, levantaremos as hipóteses de enquadramento (*framing*) e identidade como explicativas da forma como se dá a organização, recrutamento de apoio da sociedade e a ação coletiva da BrOffice.org.

ABSTRACT: The following article aims to analyse the position and action of the NGO BrOffice.org during the choice of format for the standardization of electronic documents within ABNT. Thus, first, we review the NGO according to the typology of social movements proposed by Touraine, and then we propose the hypothesis of framing and identity as an explanation for the organization, recruiting support from society and collective action by the BrOffice.org.

1. Introdução

A arrancada tecnológica e a crescente digitalização das informações na sociedade contemporânea fizeram com que surgissem novos debates ligados ao desenvolvimento dessas tecnologias e como elas interferem na vida dos cidadãos. Governos, empresas e uma substancial parte dos cidadãos já utilizam diariamente o microcomputador e a internet para produzir e trocar conhecimento com seus pares. Aplicações como correio eletrônico, blogs, sistemas de mensageria ("chats") e outras, há muito – e para muitos – já substituíram os meios convencionais baseados em papel, para a realização da comunicação e produção do conhecimento.

Um desses novos debates é ligado ao padrão para armazenamento de documentos eletrônicos. Ao contrário do que possa parecer, um documento eletrônico quando visto na tela, guarda pouca semelhança com um documento em formato papel. Esse último não depende de nenhuma interface entre o leitor e a informação grafada na superfície do papel, enquanto o formato eletrônico possui natureza distinta. Primeiramente, a informação para ser produzida e armazenada, irá requerer uma ferramenta, um programa, que possibilitará que o usuário digite seu texto e grave-o para a posteridade. Esse processo de gravação consiste numa forma de codificação do texto, convertendo-o do formato "humano" para o formato de "máquina" (binário), antes de ser gravado na memória do computador. A informação no formato binário não é legível para os seres humanos, daí a necessidade de um programa, que através de regras e formatos pré-definidos faz a conversão. A importância de debater a maneira como é feita essa conversão é colocar em questão a capacidade do autor do documento de poder acessar as informações que ele próprio criou. Em outras palavras, se essas regras são fechadas e o programa que gerou esses arquivos deixa de suportar o formato (ou se o próprio programa

for descontinuado), as informações estariam automaticamente perdidas.

Uma das bandeiras da ONG BrOffice.org é a luta para a padronização do formato de gravação dos documentos eletrônicos, incluindo textos, planilhas, apresentações e arquivos de base de dados. Embora o principal objetivo da ONG seja o suporte da versão brasileira do programa para escritórios OpenOffice.org – desenvolvido e mantido por uma comunidade de *software* livre – ela despense bastante energia em alertar os governos e a sociedade civil que o formato utilizado por uma das suítes de escritório¹ mais populares – a Microsoft Office – utiliza um processo de gravação de documentos baseado em regras fechadas e que são propriedade da empresa desenvolvedora. Tanto para os governos e empresas quanto para os usuários domésticos, esse debate tem fundamental importância, pois coloca em dúvida o próprio direito do usuário de ter acesso às informações que criou.

Nas próximas páginas falaremos sobre a estrutura, a organização e os processos pelos quais a ONG BrOffice.org desenvolve suas atividades. Apresentaremos diversas hipóteses, primeiramente classificando a ONG numa tipologia de movimento societal específica, traçada pelo sociólogo francês Alain Touraine. Posteriormente, trabalharemos com as hipóteses do enquadramento e da identidade como fundamentais para a organização, o recrutamento de apoio da sociedade e a própria ação coletiva, sublimando um dos principais problemas "olsonianos" que envolvem a ação e provisão de bens dentro de grupos: o dilema do carona ("free-rider").

2. O processo do Open Source e o OpenOffice.org

Um computador, assim como qualquer máquina, desempenha suas funções através do processamento de entradas – *inputs* – e emissão de saídas – *outputs* – e os programas de computa-

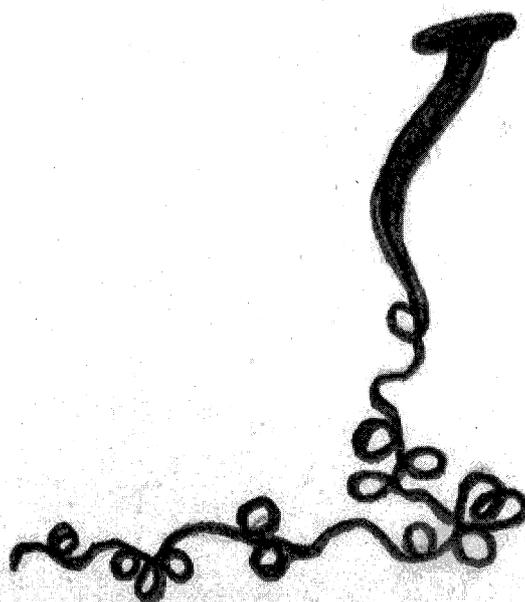
¹ Suite de escritório é um pacote de programas para produtividade geral que normalmente inclui editor de texto, planilha eletrônica, software de apresentações e programa de administração de banco de dados.

dor consistem nas regras que orientam o tratamento desses fluxos. Para serem entendidos pelo computador, os programas são gravados e executados em linguagem binária, ilegível para os seres humanos. Porém, quando esses programas são criados, os programadores os fazem utilizando linguagens mais próximas da humana², as linguagens de programação, gerando códigos cuja extensão podem ultrapassar a casa dos milhões de linhas. O programa, quando está nesse formato (linguagem de programação) é chamado de "código fonte", constituindo a fórmula mágica das empresas de software, tendo sua divulgação controlada e protegida por leis de direitos autorais. Dessa forma, quando o usuário recebe o programa no formato binário, ele poderá utilizá-lo, mas não conseguirá visualizar as linhas de código em linguagem de programação, ou seja, as instruções que estão sendo executadas no seu computador. Esse modelo de produção e comercialização funciona bem, pois as empresas de software proprietário garantem que ninguém irá se beneficiar gratuitamente do investimento na criação do produto, mantendo os incentivos para continuar produzindo e inovando, enquanto os usuários são atendidos naquilo que precisam, ou seja, na pura e simples utilização do programa.

A partir da década de 90, outro paradigma de produção de *software* começou a ganhar popularidade: O processo do "Open Source" (ou Código Aberto). A origem desse processo está ligada às origens da comunidade *hacker*, que data do início dos anos 70, quando foi criado o UNIX, um sistema operacional desenvolvido e aprimorado através da colaboração de programadores profissionais e estudantes universitários, que compartilhavam o código fonte de diversas maneiras, inclusive trocando disquetes por correio (WEBER, 2004). Intrinsecamente ligado à expansão da grande rede – a internet –, esse paradigma supõe que o código fonte do programa é livre e deve estar disponível para o maior número de pessoas, pois assim todos terão acesso para

contribuir no seu desenvolvimento. Dentro desse processo, os programas são construídos através de trabalho voluntário, distribuído geograficamente – a nível internacional – e sob um esquema de propriedade intelectual baseada no direito e na responsabilidade de distribuir e não de excluir (WEBER, 2004). Dentro desse processo, o *software* não precisa necessariamente ser grátis (não comercial), mas tem que ser livre, já que a informação, ou seja, o código fonte, deve ser distribuído junto com o programa. Essa é a principal característica que diferencia o *software* livre do *software* proprietário: o primeiro tem que ser distribuído com o código fonte enquanto o segundo não. O *software* livre será comercial se a sua cópia for vendida, a exemplo do que ocorre com algumas distribuições Linux, como a Red Hat Enterprise Linux, que vende o produto, acompanhado do código fonte, dentro de um pacote de atendimento e suporte diferenciado. Embora existam softwares proprietários não comerciais (*softwares freeware* ou alguns anti-vírus como o *Avast!*) a grande maioria costuma ser:

Em julho de 2000, uma grande empresa do mercado de tecnologia, a Sun Microsystems, anuncia a decisão de tornar público o código fonte de sua suite de escritório StarOffice (oriunda da aquisição da empresa StarDivision no ano anterior) e de criar a comunidade OpenOffice.org, entregando explicitamente ao processo do *Open Source* a continuidade do desenvolvimento desse programa³. Essa medida permitiu o ingresso de milhares de novos colaboradores ao desenvolvimento do OpenOffice.org, possibilitando um crescimento vertiginoso na sua robustez, quantidade de funções, além de traduções para dezenas de idiomas. Em dados de dezembro de 2006, o OpenOffice.org já contava com mais de 200.000 (duzentos mil) colaboradores cadastrados, uma base instalada estimada em mais 40 milhões de usuários, com o código fonte passando das 10 milhões de linhas além de já estar disponível para mais de 53 línguas e com novos projetos de tra-



² As linguagens de máquina, mais próximas do código binário, são conhecidas como linguagens de baixo nível, enquanto as linguagens de programação, utilizadas para escrever os programas e mais próximas da linguagem humana, são conhecidas como linguagens de alto nível.

³ Um ponto interessante a ser pesquisado, porém que foge um pouco do objetivo deste artigo, o enquadramento ou não da Ong BrOffice.org dentro dos conceitos de movimentos sociais, é a relação entre estas corporações que disponibilizam o código fonte de seus programas com os usuários e colaboradores. De que forma se dá essa relação e como os colaboradores, ou mesmo as empresas, são incentivados a investir tempo e dinheiro nos programas.

dução se estruturando a cada dia (SALOMON & SANTOS, 2006). É importante lembrar que dentro desses números – nos quais está contida a BrOffice.org – também estão incluídos uma boa parte dos usuários, que também podem ser considerados membros da comunidade, no sentido que contribuem para a divulgação do programa além de comunicar possíveis falhas aos membros programadores.

3. A ONG BrOffice.org e o ODF

No Brasil, devido a problemas com a marca (outra empresa já havia registrado a marca "Open Office" em 1998), o projeto foi obrigado a adotar outro nome, o BrOffice.org. A despeito disso, se trata exatamente do mesmo programa OpenOffice.org, tendo sido apenas traduzido para o português do Brasil. Com o intuito de organizar as atividades da comunidade OpenOffice.org no Brasil, em 25 de janeiro de 2006 é criada oficialmente a ONG BrOffice.org, constituindo a primeira das comunidades de língua nacional do OpenOffice.org a se organizar juridicamente (SALOMON & SANTOS, 2006). A ONG BrOffice.org é, portanto, uma instituição sem fins lucrativos cujos principais objetivos são fazer desenvolvimento de código – dentro do processo do *Open Source* –, manutenção do projeto OpenOffice.org nacional (BrOffice.org), combate à exclusão digital e mobilização da sociedade civil para defesa de padrões abertos (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007)⁴.

O processo de padronização para documentos eletrônicos já está em processo bem adiantado. Primeiramente, em 1993, surge a OASIS, uma organização internacional sem fins lucrativos criada para promover o desenvolvimento, a convergência e a adoção de padrões para negócios eletrônicos. A importância dessa organização está na necessidade de se garantir, via um órgão independente, o cumprimento dos requisitos mínimos para que um padrão seja considerado aberto, conforme especificado pelo relatório da Comissão Valoris⁵: "[...] que o formato seja completamente descrito em documentos acessíveis publicamente, que a descrição seja distribuída livremente e que o formato do documento possa ser implementado em programas sem restrições, livre de royalties e sem empecilhos legais." (SALOMON & SANTOS, 2006). De acordo com seu objetivo, a OASIS, que hoje conta hoje com mais de 5.000 membros, representando organizações e indivíduos em mais de 100 países (SALOMON, 2006), vem desde 2002 avaliando e incrementando o formato do OpenOffice.org (que já era baseado num outro formato aberto, o XML) gerando desse processo a especificação ODF (*Open Document Format*). Submetido ao órgão internacional de padronização, a ISO (*International Standard Association*) e depois de aproximadamente um ano de análise, finalmente, em 1º de Maio de 2006, o ODF tornou-se um padrão internacional (ISO/26300). Além de adotado pelo OpenOffice.org, o ODF também é utilizado por pelo menos mais outros 30 programas, garantindo a interoperabilidade

dos documentos criados nesses aplicativos (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007). A ligação do OpenOffice.org – e conseqüentemente da BrOffice.org – com o ODF é bem profunda: além de o formato ser oriundo da suíte OpenOffice.org, ele também está ligado aos valores de liberdade de informação, já que o principal apelo para esse tipo de padronização é justamente a maior garantia de acesso ao conteúdo dos documentos, protegendo o usuário da perda dos dados.

4. Metodologia de pesquisa

A pesquisa foi realizada através de seis entrevistas a membros da ONG e da comunidade BrOffice.org, além da participação em dois eventos em Brasília, um ligado ao universo do *Software Livre* (Festival de *Software Livre* – DF) e outro ligado exclusivamente à BrOffice.org (II Encontro Nacional BrOffice.org). Do total de entrevistas, três foram presenciais (gravadas e posteriormente transcritas) e outras três foram realizadas através de programas de mensageria ("chats"), utilizando os sistemas MSN e o IRC⁶. As entrevistas realizadas através de sistema de mensageria têm o inconveniente de demorar um pouco mais, mas trazem a facilidade de não precisar de transcrição. Por outro lado consideramos bastante vantajoso o fato de que os membros das comunidades de *Software Livre* sentem-se mais a vontade nesses sistemas, já que sua participação diária nos projetos, seja nas reuniões, seja nas discussões em geral, é realizada através da utilização dessas ferramentas de comunicação via internet.

Uma característica que pôde ser notada em quase todos os membros que tivemos contato foi a receptividade. Nas entrevistas presenciais, um membro foi apresentando o outro, nos integrando ao grupo e se colocando à disposição para a realização das entrevistas, embora estivessem visivelmente ocupados com o desenvolvimento do evento e de suas respectivas palestras. Na primeira entrevista realizada por sistema de mensageria, o tempo se prolongou muito mais que o programado, e o entrevistado pareceu não se importar, dizendo que iria sair para almoçar só mais tarde e que poderíamos continuar a entrevista sem problemas.

O material coletado nas entrevistas servirá para sugerirmos algumas hipóteses baseadas nos estudos e na literatura de movimentos sociais, além de algum material adicional. O desenvolvimento das hipóteses será sempre acompanhado de um dado correspondente localizado nas entrevistas ou nas informações coletadas nas publicações da própria comunidade. O intuito dessa relação não é oferecer provas conclusivas das hipóteses, mas identificar suas origens.

5. Hipóteses sobre a comunidade e o tipo de movimento

A comunidade OpenOffice.org e a ONG BrOffice.org se coloca na defesa de valores universais. O ideal de liberdade aparece na defesa do direito

4 Pedimos desculpas por não nos referirmos individualmente aos entrevistados, explicitando a qual pertence cada fala.

5 A Comissão Valoris foi delegada pela União Européia para definir qual o conjunto mínimo de requisitos que um padrão deve ter para ser considerado aberto, publicando seu relatório em 2003. A íntegra do relatório pode ser acessada no endereço: <http://ec.europa.eu/idabc/servlets/Doc?id=17982> O aspecto citado no artigo de Salomon & Santos está na página 57 do relatório.

6 O IRC é um protocolo de comunicação, muito comumente utilizado pela comunidade Hacker. Mais informações podem ser obtidas em http://pt.wikipedia.org/wiki/Internet_Relay_Chat

que o usuário possui de, ao gravar seus documentos em ODF, poder escolher a ferramenta que quiser e ainda ter a garantia de que é realmente dono do conhecimento que gerou, no sentido que terá acesso irrestrito a ele tanto hoje quanto daqui a 10 anos. Existe um consenso entre os membros da comunidade que é fortemente compartilhado com os valores do restante da nossa sociedade: quanto mais liberdade de escolha melhor, pois o usuário não fica restrito ao cronograma de desenvolvimento de apenas uma empresa de *software*. Isso aparece, de alguma forma, em várias entrevistas. "Não me interessa qual o *Software*, e sim que eu possa abrir os documentos que eu recebo. Quantas vezes você não recebeu um email e não conseguiu abrir o anexo?" (Entrevista presencial: Brasília, 05/10/2007). Nesse outro trecho o entrevistado faz uma analogia com o mercado de automóveis:

"A questão de usar um formato, é uma empresa que fabrica um carro movido a querosene, mas o posto que vende o querosene é dela. Você não tem como abastecer em outro posto. Eu particularmente prefiro os carros à gasolina, porque eu tenho vários fornecedores de automóvel e eu tenho mais variado ainda o número de empresas que fornecem o combustível. Eu tenho a livre concorrência, etc." (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007).

Nesse próximo trecho fica marcada a questão do tempo e o risco da obsolescência dos dados: "e dentro da informática dados não podem ficar obsoletos nem virar sucata deve se prezar por formatos abertos que permitam pesquisa e migração dos dados, sempre" (Entrevista por mensagem: Brasília, 23/11/2007). Mesmo quando o entrevistado não articulou bem as razões pelas quais defende esses ideais, eles foram citados quando perguntado sobre os motivos que levariam um usuário a utilizar o BrOffice.org: "facilidade de uso, por ser *software* livre e liberdade!" (Entrevista por mensagem: Brasília, 16/11/2007).

A definição de uma comunidade de programadores como movimento social pode causar certo estranhamento. O conceito de movimento social nas sociedades pós-industriais, comumente chamadas de sociedades da informação ou da comunicação, foi debatido pelo sociólogo francês Alain Touraine em seu artigo "Na Fronteira dos Movimentos Sociais" (TOURAINÉ, 2006). Touraine questiona se, devido ao fato de nas sociedades pós-industriais os movimentos terem assumido caráter global e deixarem de se opor a "categorias sociais no interior de um conjunto político ou territorial bem determinado" (TOURAINÉ, 2006, p. 18), podem ainda ser chamados de movimentos sociais. Touraine acha que sim. Resumidamente, sua conclusão vem do fato de que esses movimentos ainda tratam de "conquistar ou reconquistar um espaço social" (TOURAINÉ, 2006, p. 24) além do que "seus adversários procuram apoiar seus

interesses e seus objetivos sobre mecanismos sociais e instituições que servem de instrumento à reconstrução do espaço social." (TOURAINÉ, 2006, p. 27). Dessa forma, entendemos que a ONG BrOffice.org está claramente inscrita nesse processo de conquista de um espaço social enquanto defende valores que encontram oposição de algumas empresas de *software* proprietário, principalmente a Microsoft, que aparece em todas as entrevistas.

Ainda dentro da sociologia de Touraine, podemos aprofundar a análise da BrOffice.org baseando-nos em sua tipologia, publicada num trabalho mais antigo (TOURAINÉ, 1997). Touraine considerou que *movimentos* que apelam para o sujeito e para valores universalistas, que assumem um caráter horizontal – como os movimentos de minorias ou religiosos – e que, principalmente, não entram em conflito com um adversário, são antes de tudo movimentos *culturais*. De outra maneira, um movimento cujos atores identificam-se com os direitos do sujeito – no que ele chamou de *vertente utópica* – e se concentra na luta contra um adversário social – na sua *vertente ideológica* – pode ser considerado um *movimento societal* (TOURAINÉ, 1997, p. 120). Acrescentamos também que a diferenciação de um *movimento societal* para uma "reivindicação ou conduta de crise" (TOURAINÉ, 1997, p. 121) é que os primeiros definem claramente seu adversário. Com os dados coletados, sugere-se claramente a hipótese de entender a BrOffice.org como um movimento societal, cuja *vertente utópica* está na defesa da liberdade do usuário de escolher entre diversas ferramentas e de ter a garantia do acesso à suas informações. Na *vertente ideológica*, está a luta contra as empresas de *software* proprietário – principalmente às ações da "[...] Microsoft (e das outras empresas e pessoas interessadas em enriquecer com padrões proprietários de documentos)" (Entrevista por mensagem: Brasília, 07/11/2007) – que, além disso "[...] não quer desenvolvimento de comunidade" (Entrevista por mensagem: Brasília, 16/11/2007) e cujo "[...] dinheiro compra os melhores advogados e as melhores campanhas de marketing anti-ODF do mundo" (Entrevista por mensagem: Brasília, 07/11/2007). Esse reconhecimento comum do adversário pode ter grandes influências na organização, ajudando a tornar mais concreto e visível o espaço social em disputa. Veja como, nesse trecho, aparece a idéia de conflito entre o adversário e a sociedade civil:

"Foi uma briga de foice no escuro. Se você acompanhar através do site GrokLaw⁷ os relatos das reuniões nacionais para definição do voto, você vai ver o que a Microsoft fez. É de cair o queixo. Feio, o negócio foi feio lá fora. Aqui nós conseguimos uma mobilização da sociedade civil muito boa, tanto a BrOffice.org quanto as outras ONGs ligadas a software livre e movimentos sociais mandaram representantes para a ABNT" (Entrevista presencial: Brasília, 05/10/2007).

⁷ GrokLaw é um portal que oferece artigos sobre aspectos jurídicos das comunidades de software livre: <http://www.groklaw.net/index.php>

Finalmente, como último aspecto importante para ser destacado da sociologia de Touraine, está o perigo que os movimentos sociais correm de perder sua vertente ideológica e decair para *antimovimentos sociais*, quando passariam a ser dominados por um poder político que buscaria universalizar identidades particulares (TOURAINÉ, 1997). No caso da BrOffice.org, como todo o código é licenciado em nome da Sun Microsystems⁸, esse perigo estaria ligado à possibilidade dessa empresa tornar fechado o código fonte do programa ao mesmo tempo em que o ODF deixasse de ser um padrão amplamente suportado por outros programas. Essa situação hipotética levaria os usuários a ficarem presos no formato e ter que pagar o novo preço da ferramenta para poder acessar os documentos que já possuem. As objeções à possibilidade de ocorrência desse cenário fundam-se primeiramente do fato de o ODF já ser "um padrão ISO e até o final do ano se tornará uma NBR (ABNT)" (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007), protegendo dessa forma suas especificações e mantendo-as disponíveis para outros desenvolvedores. Quanto ao risco do código vir a ser fechado,

"Não há perigos, pois a licença LGPL⁹ não permite que este software se torne fechado. Ela permite que a Sun [e outras empresas], por exemplo, periodicamente faça um corte no código do OpenOffice, empacote isso com uma série de extensões e modificações que ela faz e venda como um software chamado StarOffice [...] No geral o que acontece: Eles vão colocar isso como vantagem competitiva, fica uns seis meses a um ano fechado, e depois entregam o código para a comunidade. Portanto, na pior das hipóteses nós temos um 'delay' de seis meses há um ano para essas funcionalidades que essas empresas acham fantásticas" (Entrevista presencial: Brasília, 05/10/2007).

6. Hipóteses sobre enquadramento, identidade e ação coletiva

Uma abordagem importante da ação coletiva é realizada em torno da idéia de que organizações trabalham com – e batalham por – diferentes interpretações do mundo social. Apresentando-se como crítica àquela ligada apenas aos recursos materiais, essa abordagem entende que os atores sociais agem no contexto de limites estruturais que estão relacionados com seus recursos culturais. A interpretação dos atores de sua situação, seus preconceitos, suas presunções sobre a vida social e os princípios que a guiam, sobre o que vale a pena e o que não vale, são todos capazes de restringir sua capacidade de agir e o leque de opções disponíveis. Ao mesmo tempo, eles tentam – e muitas vezes conseguem – modificar as estruturas culturais onde estão inseridos (POR-

TA & DIANI, 2006, p. 66-67). Essa capacidade de realizar enquadramentos na interpretação da realidade disponível apareceu de forma marcante no estudo da BrOffice.org. Para a grande maioria dos usuários de computadores não é visível que quando ele utiliza o sistema proprietário da Microsoft Office ele está gravando seus dados num formato binário cujas regras de interpretação não são de sua propriedade. Dessa forma, uma estratégia visível da organização, quando se empenha na defesa do ODF, é conscientizar os usuários do perigo que estão correndo e implicitamente sugerir que façam a migração para um sistema que trabalhe com padrões abertos. Essa hipótese fica bem visível nessa declaração de um dos entrevistados:

"A questão de usar o ODF é uma questão de estratégia tecnológica como conversamos no início, todas as vantagens de se usar o ODF são os motivos de se utilizar o BrOffice. Estão intrinsecamente ligados. Quando se fala em ODF dificilmente você vai falar de outro produto que não seja o BrOffice, quando se fala em BrOffice, dificilmente você não vai falar em ODF. Não existe uma militância separada. Tanto que o BrOffice é um dos primeiros associados Brasileiros do ODF Alliance" (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007).

A questão da conscientização da sociedade civil – do usuário – apareceu muito nas entrevistas, reforçando a hipótese do enquadramento. A idéia de falta de entendimento dos usuários aparece nesse trecho:

"Na realidade as pessoas não estão preocupadas com o formato que vai ficar o arquivo delas. Ela quer saber que a informação dela está preservada. Se ela aparecer ali na tela, tá ótimo. A resistência é mudar da ferramenta Microsoft Office. [...] Então se eu disser para este usuário que este ambiente vai ser trocado, ele entra em pânico porque ele acha que não vai conseguir fazer nada no novo ambiente. Mexer no status-quo do ser humano é muito complicado" (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007).

Nessa mesma linha, em outro momento da pesquisa, a popularização do Microsoft Office (um fenômeno tipicamente cultural) – e não qualquer medida direta que a Microsoft possa estar tomando – aparece como o principal obstáculo à adoção do ODF (Entrevista por mensagem: Brasília, 23/11/2007). Ainda, numa outra entrevista, quando explicava sobre o papel da ONG na divulgação do ODF, um membro expõe a idéia de que se as pessoas entendessem o ODF, não teriam como não aderir: "levar ao conhecimento das pessoas o que é o ODF de uma forma compreensível porque, quem entende de fato o que é ODF não

⁸ Essa hipótese deriva do fato de que para contribuir com código ao projeto OpenOffice.org o programador é obrigado a assinar um documento chamado JCA (Joint Copyright Assignment form), que especifica que o direito autoral do seu trabalho é compartilhado com a Sun Microsystems. Mais detalhes: <http://contributing.openoffice.org/programming.html#jca>

⁹ "A partir do momento que o código é publicado sob a licença LGPL não é possível 'escondê-lo'. Uma vez LGPL, para sempre LGPL. A Sun não só não planeia regressar a um modelo de desenvolvimento fechado, como também, todas as alterações produzidas pela Sun terão de ser publicadas também sob a licença LGPL. Assim, a Sun nunca poderá fechar o código. A licença LGPL garante que o código-fonte do OpenOffice.org pertence à comunidade". Fonte: http://pt.openoffice.org/about/faq_ger.htm#4 Mais informações no texto da licença: http://www.openoffice.org/licenses/lgpl_license.html

pode ser contrário (a menos que haja interesses envolvidos)” (Entrevista por mensageria: Brasília, 07/11/2007).

Outra maneira de enquadrar as razões para o uso do BrOffice.org apareceu numa das entrevistas. Quando perguntado porque os usuários deveriam utilizar o BrOffice.org o entrevistado incluiu o combate à pirataria, pois se tratando de um *software* gratuito que pode ser facilmente baixado da internet, as pessoas e empresas não precisariam mais utilizar um programa pirata caso não queiram investir grandes somas nesse tipo de ferramenta:

“Entrevistador: Resumidamente, porque um usuário doméstico deveria utilizar o BrOffice?”

Entrevistado: porque evita o problema da pirataria bem como auxilia a popularizar tecnologias abertas.

Entrevistador: E, na sua opinião, porque uma empresa deveria migrar para o BrOffice?”

Entrevistado: novamente a questão da pirataria, custo mais baixo” (Entrevista por mensageria: Brasília, 23/11/2007).

As diferentes respostas apresentadas pelos entrevistados sugerem que a hipótese do enquadramento faz muito sentido nesse estudo. As razões apresentadas pelos membros, para que uma pessoa passe a ser usuário da comunidade (ou passe a agir de forma mais ativa) sugerem estar buscando coincidir com os diversos enquadramentos já existentes na sociedade. Em outras palavras, alguns usarão o BrOffice.org porque é livre – e grátis (Entrevista presencial: Brasília, 16/10/2007) -, outros por causa do padrão ISO do ODF e outros ainda porque não querem se submeter à pirataria.

A aquisição de novos valores não é suficiente para que haja ação coletiva. A decisão de agir coletivamente depende também da forma de avaliar as oportunidades e obstáculos para a ocorrência da própria ação. Os valores devem estar associados a objetivos e estratégias apropriadas de conduta, ou seja, a motivação para agir está mais ligada aos elementos cognitivos da cultura do que a valores gerais (PORTA & DIANI, 2006, p. 72). A simpatia pelos ideais de liberdade do código fonte não é suficiente para que uma pessoa, de forma voluntária, dedique seu tempo ao desenvolvimento de uma comunidade que produz uma ferramenta que qualquer um pode baixar na internet¹⁰. Um agravante ainda, no caso da BrOffice.org, é que quanto mais o membro se destaca, mais responsabilidades e mais custos ele assume, chegando até a contribuir financeiramente, quando se torna associado da ONG: “Muito pelo contrário, a gente tira do bolso para manter a ONG” (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007). Um membro da ONG falando sobre os ganhos de se associar citou: “só o que ganhamos são responsabilidades (e despesas)” (Entrevista por mensageria: Brasília, 07/11/2007). De outra forma, o

alinhamento dos *frames* (PORTA & DIANI, 2006, p. 72) através da percepção de que é necessário preservar os dados utilizando padrões abertos ou o risco de se tornar um criminoso (caso optasse pela pirataria) pode fazer com que os custos de agir e se associar fiquem relativamente menores que os benefícios.

Uma importante hipótese no estudo da ONG BrOffice.org é a da identidade e seu relacionamento com a ação coletiva. Essa hipótese é complementar a do enquadramento, no sentido de tentar solucionar os problemas “olsonianos” de nossa análise, ou seja, aqueles ligados aos motivos pelos quais as pessoas participariam da BrOffice.org (se podem usufruir dos bens gratuitamente pela rede). Segundo a teoria de Olson¹¹, num grupo grande como esse, somente soluções oriundas das estruturas (“incentivos seletivos”), via benefícios positivos ou punições, fariam com que o bem fosse produzido (OLSON, 1999, p. 63).

O conceito de Identidade deve ser entendido como o processo pelo qual os atores sociais se reconhecem mutuamente – e são reconhecidos por outros atores – como parte de agrupamentos maiores e desenvolvem ligações emocionais por eles (PORTA & DIANI, 2006, p. 91). Ver a identidade como um processo social, supõe também que ela é construída durante a realização da ação coletiva, na interação dos atores, na atribuição de sentidos específicos aos seus atos e aos sistemas de relações sociais que estão inseridos (PORTA & DIANI, 2006, p. 92). Nas entrevistas fica visível o quanto a prática de participação aparece como um fator de reconhecimento. Isso aparece em: “A partir de um determinado momento, você passa a ter um conhecimento do funcionamento global daquela comunidade aí naturalmente vem um convite [para participar da ONG]” (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007) e também em: “entrar na ONG significa que o seu trabalho foi reconhecido, esse é o grande benefício” (Entrevista por mensageria: Brasília, 07/11/2007). Notável também é a questão de como, à medida que as práticas vão se tornando compartilhadas, as motivações para participar aumentam, reforçando a idéia de que a ação coletiva não pode ocorrer se não houver a presença de um “nós”, caracterizado por atos comuns e solidariedade específica (PORTA & DIANI, 2006, p. 94):

“infelizmente o quadro do GUBro¹² era de muitas pessoas sem muita experiência com trabalho em comunidade. As poucas diretrizes que haviam não eram cumpridas, o que deixava as coisas desorganizadas embora as coisas que precisassem ser feitas fossem feitas, o eram de forma desorganizada e isso foi me cansando até o ponto de eu querer desistir. Mas a Natalia [namorada] estava lá para me animar e hoje as coisas estão muito melhores. O GUBro cresceu, todos temos mais experiência, estamos ficando cada vez melhor organizados” (Entrevista por mensageria:

¹⁰ A grosso modo, uma comunidade com 200 mil colaboradores cujo software produzido por ela tem aproximadamente 40 milhões de usuários teria 39,8 milhões de caronas!

¹¹ Como latentes os grandes grupos onde a não atuação de algum membro dificilmente seria percebida pelos outros membros além dos custos não poderem ser arcados na sua totalidade por apenas um membro (OLSON, 1999:62-63)

Brasília, 07/11/2007).

A idéia de identidade também permite perceber, no seu processo de construção, a formação de uma imagem externa, relacionada tanto aos membros quanto à própria comunidade. Essa imagem externa é importante e suas características devem ser observadas pelo grupo, sob o risco de vir a ser considerado pelo restante da sociedade, como apenas um movimento marginal (PORTA & DIANI, 2006, p. 106). Na experiência de um dos membros, a associação à sua imagem da idéia de ser uma pessoa mais colaborativa, contribuiu para que ele conseguisse seu emprego atual: "me viram com um perfil mais colaborativo e de equipe, o que me ajudou a chegar ao meu atual emprego" (Entrevista por mensageria: Brasília, 23/11/2007). Nesse mesmo indivíduo, sua participação é vista pelos familiares como "trabalho", o que consideramos importante por conferir o alto status do trabalho na nossa sociedade ao ato de participar da comunidade. Ainda na questão da percepção externa, um dos usuários do programa, fazendo algumas críticas à organização da comunidade, passou a idéia de uma comunidade que estaria deslocada dos usuários leigos:

"falta um trabalho de fazer cursos, e até ensinar essas pessoas [os leigos] para que elas divulguem o trabalho deles [dos membros da comunidade]. essas pessoas tiveram que se adaptar a suíte de escritório e não a suíte se adaptar às pessoas. eu acho que deveria ser muito o contrário, ela buscar mais o que o usuário quer, uma suíte mais acessível. eles devem repensar isso, repensar mais no usuário leigo" (Entrevista presencial: Brasília, 16/10/2007).

Finalizando o tratamento da hipótese da identidade, nas duas entrevistas em que foram feitas perguntas sobre a rede de amigos, obtivemos respostas que demonstraram que existe um vínculo de amizade e solidariedade entre os membros, que pode contribuir para a ação coletiva. Isso apareceu em: "Você tem algum amigo participando da comunidade? sim! vários!!!! Você já o conhecia antes de

ingressar? sim, alguns sim, outros não" (Entrevista por mensageria: Brasília, 16/11/2007) e também em: "Você tem algum amigo participando da comunidade? Você já o conhecia antes de ingressar? sim, vários. alguns conheci antes de eles mesmo entrarem para a comunidade" (Entrevista por mensageria: Brasília, 23/11/2007).

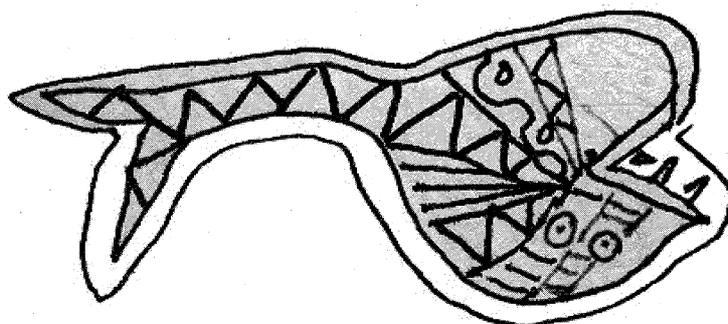
7. Conclusão

Este texto buscou entender a atuação de uma comunidade de *software* livre dentro do contexto das teorias dos movimentos sociais, traçando diversas hipóteses e interpretações oriundas da confrontação dos dados das entrevistas com a organização das diversas categorias teóricas.

Começamos por observar e justificar a denominação de movimento social para a ONG BrOffice, devido à sua ação no espaço social. Logo em seguida, propusemos classificá-la dentro da categoria de *movimento societal* proposta por Alain Touraine, apontando a *vertente utópica* e a *vertente ideológica* do movimento, exercitando inclusive qual seria a forma de um hipotético decaimento para *antimovimento social*. Finalmente, apontamos o problema "olsoniano" do carona e duas possíveis abordagens para sua superação. A primeira, através da hipótese do enquadramento, pela qual a luta pela colocação de diferentes padrões de interpretação do mundo social constitui um fator de mobilização. A segunda, na hipótese da identidade, entendendo que a idéia de pertencimento e a construção de pactos no relacionamento entre os atores constituem fonte importante para a ação coletiva.

Finalmente, essa análise suscita uma idéia que pode reverberar ainda mais profundamente em outros estudos, que é a de que existe um fenômeno econômico, social e político acontecendo no interior das comunidades de *software* livre cujas idiossincrasias constituem campo fértil para estudiosos das ciências da sociedade, sentimento que pode ser resumido pela seguinte citação de um dos entrevistados, quando soube da abordagem do nosso trabalho: "a gente tá precisando de gente assim principalmente pra trazer material legível pros não alienígenas..." (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007).

Submetido em setembro de 2007
Aprovado em Novembro de 2008



¹² Sigla para "Grupo de Usuários do BrOffice", e representa uma lista de discussões por meio da qual os membros se articulam para dividir tarefas para atingir objetivos como organizar palestras, promover eventos, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- OLSON, Mancur. (1999), *Lógica da ação coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais(a)*. São Paulo, Ed Univ. São Paulo. Pág. 17-34; 45-64.
- PORTA, Donatella Della; DIANI, Mario. (2006), "Collective Action and Identity". *Social Movements: An Introduction*. Oxford, Blackwell. Pág. 89-113.
- _____. (2006), "The Symbolic Dimension of Collective Action". *Social Movements: An Introduction*. Oxford, Blackwell. Pág 64-88.
- SALOMON, Roberto F.; SANTOS, Fabricio P. (2006), *Comunidade, Código e Colaboração - O Projeto OpenOffice.org*. Disponível em: http://trilux.org/img/ERI_00o.pdf. Acesso em 25 Nov 2007.
- SALOMON, Roberto F. "OpenDocument Format" (ISO26300). 2006. Disponível em: http://www.broffice.org/files/1_encontro_broffice.org_odf-salomon.pdf. Acesso em 26 Nov 2007.
- TOURAINE, Alain. (1997), *Podemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*. Rio de Janeiro, Vozes. Pág. 112-152.
- _____. (2006), "Na Fronteira dos Movimentos Sociais". *Sociedade e Estado*, 21, 1:17-28.
- WEBER, Steven. (2004), *The Success of Open Source*. Harvard University Press.

Comunidades Epistêmicas: agentes de mudança em uma so- ciedade globalizada*

Andrea Azevedo

Graduanda do
curso de Ciência
Política/ UFB

Palavras-chave:
comunidades epis-
têmicas, globali-
zação, sociedade
civil.

Key Words:
epistemic commu-
nities, globaliza-
tion, civil society.

RESUMO: Neste artigo, relaciona-se a discussão sobre as comunidades epistêmicas ao debate sobre a constituição de uma sociedade civil globalizada. O papel das comunidades epistêmicas, nesse sentido, é fundamental: é por meio dessas comunidades de especialistas que o conhecimento e as novas idéias são capazes de transitar entre as esferas de decisão, nacional e transnacionalmente. Assim, observando como os agentes políticos se utilizam de novos argumentos trazidos pela discussão sobre a globalização e a sociedade civil, desenvolve-se uma análise do processo de tomada de decisões públicas que leva em consideração não só os agentes políticos nacionais, mas também seus pares transnacionais.

ABSTRACT: This paper relates the discussion about the epistemic communities to the debate about the constitution of a so called global civil society. The role of the epistemic communities is central: it's through these communities of specialists that knowledge and new ideas can move between the decision spheres, national and transnationally. That way, watching how political agents uses new arguments brought by the discussion about globalization and civil society, we develop an analysis of the process of making public choices, which takes into account not only the national political agents, but also their transnational peers.

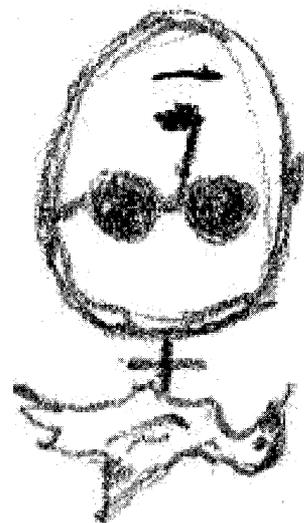
Introdução

Ao considerarmos qualquer trabalho com pretensões científicas, não podemos relevar a importância de uma análise detida sobre as circunstâncias sobre as quais está imerso o objeto de estudo. Descrever um objeto independentemente das circunstâncias sociais em que este se encontra, e em que seu observador está também inserido, significa negligenciar uma parte fundamental do fenômeno, sobretudo nas ciências sociais. A ciência não é a única forma do conhecimento humano, mas apenas uma das formas de conhecimento, e uma das implicações dessa afirmação é a de que não podemos desconsiderar o estudo da ciência – a epistemologia – em nossas análises da sociedade.

As teorias, base do conhecimento científico, podem ser entendidas como abstrações da realidade que se utilizam, comumente, de conjuntos de analogias enquanto representações simplificadas dessa realidade. Elas são instrumentos discursivos destinados a reunir, de forma lógica, sistemática, coerente e simplificada, o conhecimento acumulado acerca de um determinado aspecto do mundo da experiência, visando torná-la mais inteligível a partir, justamente, desses esforços de abstração (DIAS, 2003, p. 17).

Todavia, não podemos negar que a construção do conhecimento passa, também, pela construção do objeto, ou seja, do entendimento sobre a realidade que tem o sujeito, assumindo essa realidade como socialmente construída (BERGER&LUCKMANN, 1995). Partindo dessa premissa, podemos dizer que toda teoria carrega, em si, um traço subjetivo, que atuou na seleção, ordenação e explicação de uma dada experiência.

Assim, a inteligibilidade do objeto de estudos está relacionada de forma direta com as concepções sobre aquele mesmo objeto e sobre a forma mais adequada de realizar o empreendimento científico. A essa análise mais abstrata, que vai além do nível da abstração teórica e que leva em consideração o próprio estudo sobre a teoria, convencionou-se chamar metateoria. Definimos metateoria como "o aparato discursivo de integrantes de uma academia para se referirem e analisarem outro discurso acadêmico – o discurso teórico" (DIAS, 2003, p.23). É o objetivo desse estudo compreender a construção dos



*Este trabalho não seria possível sem o apoio das professoras Cátia Aida da Silva e Marisa von Bülow, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

pressupostos que dão base a uma dada teoria, ontológica e metodologicamente.

A análise sobre a construção do conhecimento passa pela discussão dos requisitos que estabelecem o *status* científico do conhecimento, definindo, assim, o que este realmente vem a ser e os elementos que, se observados propriamente, permitirão seu acúmulo, ou seja, pelo entendimento epistemológico que perpassa a questão. Nesse sentido, a preocupação também passa a ser metodológica, considerando a importância da relação entre o conjunto de regras racionais e procedimentos condizentes com os aspectos metateóricos e adequados a uma dada esfera do conhecimento.

A validade de uma teoria passa pelo consenso sobre um dado corpo de conhecimento, a partir de uma noção finita e temporária de verdade, progressiva e consensualmente estruturada. As comunidades epistêmicas, nesse sentido, têm o papel de definir uma dimensão da realidade a partir da qual os atores envolvidos no processo político guiarão suas decisões. Sua influência social e política transpassa, muitas vezes, interesses econômicos e sistêmicos.

As comunidades epistêmicas e a formação da agenda política

O papel das idéias na teoria política, sobretudo nos estudos sobre políticas públicas, oferece uma oportunidade de explicar mudanças de políticas que muitas vezes as teorias baseadas nos pressupostos da escolha racional por si não são capazes de justificar. A importância das idéias na determinação dos interesses, e a sua capacidade de se estabelecer em instituições e práticas políticas, em termos de rotinas administrativas, são duas características que por si mesmas são notáveis no processo político e que permitem tomar as idéias enquanto fatores de análise independentes no estudo da política.

Dentro dessa perspectiva, entendemos a ação política como uma forma de interação discursiva. Aqui, a disputa entre diversos discursos se dá em torno da capacidade de estabelecer uma dada ordem e sedimentá-la em práticas e em instituições. Podemos entender essa disputa como a busca pelo poder de se estabelecer enquanto forma predominante de entendimento do real, a partir da capacidade de se atribuir significados para as ações dentro da organização da vida social, de acordo com suas perspectivas e interesses, buscando, sempre, despolitizar os outros discursos concorrentes (RIBEIRO, 2000, pp.512).

Os interesses dominantes, a partir dessa perspectiva, são reflexos do monopólio da produção de conhecimento e enfrentam, muitas vezes, a reação de atores que buscam articular novas narrativas, imagens e símbolos, classificando conceitos e contestando aqueles dominantes durante os processos políticos. A inserção institucionalizada desses outros discursos está ligada diretamente a questão da democratização

dos espaços de decisão política. A superação do triângulo de ferro burocracia, grupos de interesses e grupos políticos pela noção de pentágono de ouro, formado então por burocracias, grupos políticos, grupos de interesses, mercados financeiros globais e atores não governamentais transnacionais são uma das grandes contribuições do estudo das comunidades epistêmicas em políticas públicas.

Não é possível estabelecer um fator predominante, quando tratamos da relação entre interesses e idéias. As idéias são capazes de moldar interesses, enquadrando o mundo empírico a partir de entendimentos pré-estabelecidos sobre a realidade, como a linguagem, e, sobretudo, como os discursos que perpassam a construção dessas idéias. A análise da importância das idéias em política está diretamente ligada à constante necessidade de especialização do Estado frente aos temas que lhe são apresentados hoje como dilemas sociais, onde o conhecimento especializado se torna crucial na tomada de decisões e ação política.

Assim, a discussão pública entre os formuladores de políticas – tomados, numa análise inicial, como os agentes governamentais – passa, necessariamente, por uma disputa argumentativa em que muito pesa a habilidade dos falantes e a qualidade, legitimidade e consistência das informações. Dessa maneira, os diferentes valores e formas de conhecimento podem definir as alianças num momento de decisão, tendo uma função primordialmente argumentativa no processo. A mudança de políticas, nesse sentido, passa necessariamente pela apresentação de novos argumentos, morais e científicos, que possam criar novas bases para a formulação de políticas públicas.

Fica claro, dessa maneira, que essa perspectiva de análise inclui novos atores no processo político, ampliando a visão sobre o problema da formulação de políticas e de tomada de decisões na esfera pública, trazendo novos fatores a serem analisados, a partir de novas perspectivas de entendimento dos problemas. O processo político passa a ser caracterizado como uma arena argumentativa, onde se definem normas que vão estruturar os arranjos das políticas.

Nesse sentido, cabe agora definirmos, em termos próprios, nosso objeto de estudo. As comunidades epistêmicas podem ser definidas como redes de profissionais que podem se desenvolver tanto em âmbito nacional quanto transnacionalmente, reconhecidos em seus meios por seu saber e competência em um dado campo do conhecimento, com autoridade notória sobre esse campo e sobre o conhecimento que seria relevante na formulação de políticas (HAAS, 1992).

Sua importância na esfera pública se dá pelo fato dos atores julgarem e aprenderem durante o processo de decisão, e também, durante esse mesmo processo, reconhecerem aliados e pontos fracos em suas ações. A ação das comunidades epistêmicas se encaixa nessa configuração política a medida que sua influência é capaz de trazer experiências e novas informações à esfera pública.

As comunidades epistêmicas podem ser vistas também como atores que atuam em redes. Na ação em redes – *policy networks* – as idéias sobre como se vê o problema e sobre como resolvê-lo mantém certos atores unidos e equilibra os conflitos internos na arena de decisão. Ao compartilhar valores e experiências sobre determinado tema, atores podem se mobilizar em torno da defesa de certas políticas e princípios de ação referentes àquela agenda.

Uma crítica relevante a essa definição pode ser feita sobre a configuração dessas redes. Destaca-se, aqui, principalmente, a ligação em torno de uma temática específica de um dado campo do conhecimento, o que, se analisarmos o quadro da crescente tecnologia da informação e difusão do conhecimento em níveis cada dia mais transnacionais, despreza, em certo sentido, a importância das experiências locais e de movimentos que não estão no *mainstream* daquele campo, mas que podem trazer contribuições importantes ao desenvolvimento de boas práticas de governança.

Essas comunidades, organizadas a partir de uma temática específica, que pode congrega profissionais de diversas áreas – não necessariamente cientistas – se caracterizam por compartilhar crenças e princípios¹, sobretudo causais², e também bases de validação do conhecimento, além de práticas e experiências comuns, como já foi dito, associados a problemas nos quais sua competência profissional e volume de conhecimento está engajada e reconhecida pela sociedade (HAAS, 1992, pp.3). Compartilham ainda uma base de conhecimento comum, onde, por sua vez, também ocorrem debates e discussões que levam ao refinamento de idéias e desenvolvimento de novos consensos.

A dinâmica de formação e importância da ação dessas comunidades epistêmicas estão diretamente ligadas a problemas de informação – incerteza, interpretação e institucionalização. Informação diz respeito a descrições de processos sociais e físicos – pelo estabelecimento de causas e conseqüências – que passam, necessariamente, como vimos, por processos de interpretação do responsável pela sua produção e legitimação. Sua força deriva diretamente dessa importante conexão entre descrição e interpretação, onde prevalecem, muitas vezes, considerações normativas, que no caso das comunidades epistêmicas, são importantes por diferenciar seus membros daqueles responsáveis pelo simples cálculo de interesses no processo de tomada de decisão.

À medida que aqueles que tomam decisões tanto em nível nacional quanto em nível transnacional solicitam informações e delegam responsabilidades a agentes que produzem conhecimento, estes atores estão reconhecendo e legitimando esses agentes em outros níveis, a medida que os fortalecem em credibilidade e lhes dão a possibilidade de inserir novos pontos na agenda de decisões ou dar novas luzes a temas estabelecidos. Todavia, também institucionalizam esses grupos e suas visões, enquadrando-os enquanto proble-

ma político, para além de sua carga normativa. As comunidades epistêmicas têm a capacidade, sobretudo, de reduzir incertezas a partir de conhecimento especializado, mas correm o risco de comprometer suas demandas ao institucionalizá-las, generalizando o problema.

Todavia, a articulação de políticas em torno de comunidades epistêmicas também não está livre de conflitos, tanto internos quanto externos. Os embates entre os argumentos acadêmicos e as rotinas institucionais, burocráticas, de controle centralizado, dificultam a atividade dessas redes, mesmo porque há, dentro das próprias burocracias, muitas vezes, grupos de especialistas que buscam defender suas posições³.

Podemos observar, frente a essa situação, uma contraposição entre dois diferentes princípios de racionalidade. As comunidades epistêmicas têm base em uma consideração de autoridade cognitiva, e, nesse sentido, tem uma percepção distinta, técnica, das situações, e além de ressaltar sua articulação normativa sobre os temas, pode também perpetuar práticas excludentes. Diferentemente, a percepção política que embasa a tomada de decisões de atores eminentemente políticos, como, por exemplo, as burocracias, está focada sobretudo nas questões sociais e de alocação dos recursos que lhes são disponibilizados em uma dada situação, enfrentando dilemas essencialmente políticos (HAAS, 1992, p.3).

Nesse quadro, é crucial a importância das comunidades epistêmicas em minorar as incertezas que permeiam a tomada de decisão, frente à crescente complexidade e aos novos desafios que se apresentam no processo político. Esse tipo de problema de informação, como já foi dito, explicita um conflito notório entre as instituições políticas e as comunidades epistêmicas, que fica claro principalmente em situações críticas, onde decisões devem ser tomadas com agilidade.

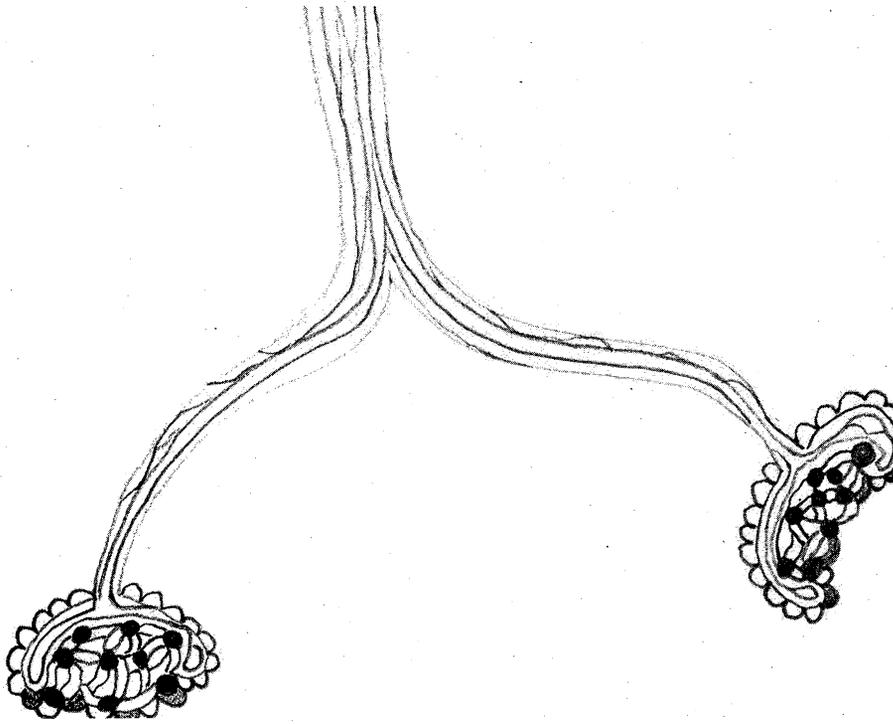
O conceito de incerteza é crucial para determinação das ações em crises, onde a ação política é prejudicada pela falta de preparação e onde sempre há o risco de se seguir uma prática rotineira, guiada por técnicas pré-determinadas, que pode se mostrar ineficaz. Assim, as comunidades epistêmicas surgem como opções, mostrando ser relevante a presença de conselheiros técnicos capazes de ensinar novos comportamentos nessas situações de crise, suprimindo as insuficiências das burocracias especializadas frente às novas demandas em vários estágios de decisão.

Podemos afirmar que as comunidades epistêmicas têm papel importante não apenas em minorar incertezas mas também em dar mais transparência às ações – baseadas em princípios causais, crenças e idéias – favorecendo a cooperação por meio do consenso. Todavia, ao mesmo tempo em que não se pode negar sua importância na superação do conservadorismo, trazendo à tona visões ignoradas pelas configurações políticas estabelecidas, também não podemos afirmar o quão efetivo esse consenso pode ser em termos de cooperação, visto que muito pouco ainda foi dito e pesquisado, empiricamente, sobre o tema.

1 Aqui encontramos a diferenciação entre comunidade científica e comunidades epistêmicas. Enquanto essas têm como uma das características fundamentais de seu funcionamento a defesa de crenças, princípios e projetos comuns, aquela não está necessariamente vinculada por laços normativos.

2 Crenças causais, entendidas aqui como o que se acredita ser a causa, no contexto dessas comunidades, do problema que as une. "They serve as the basis for elucidating the multiple linkage between possible policy actions and desired outcomes" (Haas, 1992, p.3).

3 Temos que considerar também que os membros da comunidade científica não estão livres dessa pressão política, principalmente no que tange à questão do fomento de pesquisa.



Comunidades epistêmicas como agentes de uma sociedade civil globalizada

Para Haas (1992), a influência das comunidades epistêmicas na coordenação de políticas está ligada, sobretudo, a sua capacidade de demonstrar, a partir de determinados princípios causais, a necessidade daquela decisão (HAAS, 1992, pp.30), ou seja, estabelecendo relações de *counterfactuals* - determinando as influências de um problema sobre outro, aparentemente sem ligação direta - dentro das temáticas defendidas. Deve-se atentar, também, para os interesses e procedimentos que perpassam as diferentes instituições - considerando sua história e sua formação, podemos dizer, levando em conta as relações de *path dependence* que lhes são próprias. Assim, uma comunidade epistêmica é capaz de tornar sua perspectiva tema central na agenda, atingindo agentes nacionais e transnacionais - onde a troca de informações, institucionalizadas ou não, é elemento crucial - por meio de canais de interação que são, hoje, cada dia mais numerosos.

De toda maneira, a questão da incerteza, que já tivemos a oportunidade de discutir, não está restrita às arenas decisórias e seus efeitos não se limitam a ela. O peso da influência da sociedade na difusão e legitimação do conhecimento é notório, e aqui podemos inserir importantes adendos a partir das teorias da sociedade civil e da teoria política contemporânea.

Podemos utilizar argumentos de dois importantes autores marxistas da teoria política contemporânea para trabalharmos a questão do potencial legitimador das comunidades epistêmicas. Antonio Gramsci (1976) e Claus Offe (1984) estruturam dois conceitos correspondentes, respectivamente, a hegemonia e a legitimação. A função legitimadora

do Estado de Offe (1984) e o conceito de hegemonia de Gramsci (1976) são correspondentes na medida em que o Estado não é simplesmente um instrumento da classe capitalista, mas está sujeito às pressões dos governados, seja na figura da sociedade civil de Gramsci (1976), seja na legitimação de Offe (1984).

Nos concentraremos, aqui, no conceito gramsciano de hegemonia, pioneiro, nas teorias marxistas, no estudo do papel da sociedade civil. O conceito se insere no corpo da teoria ampliada do Estado, tomado este enquanto resultado da interação entre dois instrumentos fundamentais: o estado, enquanto aparelho de coerção, e a sociedade civil, como conformadora do consenso. Quando falta o consenso, entra em cena o aparelho repressivo. O consenso ativo é característico da legitimidade, aceitação da dominação, em contraposição à dominação baseada no uso da força.

Gramsci (1976) trabalha a idéia de contra-hegemonia enquanto possibilidade de disputa e construção de novos consensos na batalha política pela sociedade civil - uma visão propriamente democrática - com seu fortalecimento visando tomar o instrumento coercitivo do Estado, abrindo caminho para uma alternativa democrática dentro da construção marxista, creditando a uma sociedade civil forte a possibilidade de articular esse levante contra-hegemônico.

Assim, podemos argumentar que a base do conhecimento especializado, que permeia toda a lógica de ação das comunidades epistêmicas, quando refletidas nas decisões estatais, cria um argumento legitimador, principalmente quando em confronto com o que tomamos como esfera pública - o espaço definido, na teoria habermasiana, para a formação de consenso. Todavia, podemos argumentar também que os consensos podem ser revertidos - e esse é também um dos principais desafios às comunidades epistêmicas.

Partindo da perspectiva das teorias da globalização e da ação das comunidades epistêmicas podemos perceber, inegavelmente, que integramos hoje uma sociedade permeada por conflitos e inter-relações que ultrapassam as fronteiras formais do estado nacional e mesmo das condicionantes de tempo e espaço sob as quais estávamos comumente submetidos em nossa vida cotidiana. A partir dessas mudanças, muitas questões foram argüidas tendo como base as mudanças de entendimento sobre essas novas condicionantes da ação social, em termos transnacionais. Considerando o fenômeno das comunidades epistêmicas, não podemos negar que, em grande parte, este se afirma enquanto movimento global. Todavia, não podemos considerá-lo sem as devidas críticas.

As argumentações teóricas sobre a globalização, em termos gerais, observam um notório enfraquecimento das fronteiras do Estado Nacional frente às novas demandas de uma sociedade inegavelmente diferente daquela sobre a qual as bases fundamentais dessa organização foram lançadas. Para alguns globalistas moderados como Manuel Castells (1996) e David Held & Andrew McGrew (2001), a consequência desse enfraquecimento é a perda de poder desse Estado. Dessa forma, é necessária uma reconfiguração da democracia para que essa possa atender as demandas de uma nova organização nacional, que precisa responder, ao mesmo tempo, às questões levantadas pela ordem transnacional e pelas lutas de autonomia local. É nessa linha globalista que se fortalece a idéia da sociedade civil global, assim como o fortalecimento, também, das instituições tanto do direito internacional quanto de outros mecanismos reguladores nas relações internacionais.

Considerando essa corrente globalista, as perspectivas teóricas mais recentes sobre a sociedade civil, como a sociedade em redes de Manuel Castells (1996) e as redes transnacionais de Keck & Sicking (1998) em termos gerais, utilizam um mesmo argumento fundamental: o enfraquecimento das fronteiras do Estado Nacional e, conseqüentemente, a perda de poder desse Estado frente às novas demandas de uma sociedade inegavelmente transnacionalmente organizada. Fundamental nesse processo, a formação de uma sociedade civil para além desses limites, globalizada, é vista tanto como agente desse enfraquecimento quanto como resultado dele.

Dentro desse escopo, são duramente criticadas essas perspectivas globalistas que tomam a sociedade civil como baluarte da democracia e do espaço público livre e não-hierarquizado, depositando nela as esperanças de uma configuração mais justa da vida nesses novos parâmetros de sociedade. Essas perspectivas otimistas são também impróprias para uma análise coerente do desenvolvimento da sociedade civil em termos transnacionais, e também para as novas perspectivas sobre o estado nesse contexto de mudança de paradigma referentes aos projetos de construção das relações sociais.

Sob essa orientação, podemos lançar luzes sobre um problema típico dessas abordagens, po-

demus dizer, simplificadas da sociedade civil global: a perspectiva localista sobre as quais muitas dessas análises se articulam, perdendo, assim, o lastro cultural global que seria capaz de ancorar suas manifestações, segundo a perspectiva habermasiana de sociedade civil global como esfera pública global. Dentro da análise habermasiana da sociedade civil, essa dimensão cultural é base necessária para a formação da opinião pública.

Uma análise sobre comunidades epistêmicas pode ser feita a partir do conceito do jogo de dois níveis, de Robert Putnam (1988). Dentro de uma linha de pensamento globalista moderada, o autor analisa as relações entre os diferentes níveis de influência e de ação estratégica - nível local e nível transnacional - afirmando que as decisões e liberações feitas em um dos níveis podem afetar diretamente o outro. Todavia, Putnam (1988) assume que uma perigosa armadilha metodológica está atrelada a essa perspectiva: a dificuldade em determinar as reais forças de influência entre esses níveis - ou seja, estabelecer o chamado *counterfactual* entre os grupos de interesse domésticos e a formação da posição internacional de um determinado país, ou vice-versa.

Podemos pensar sobre as mesmas bases e fazer o mesmo questionamento a respeito das comunidades epistêmicas. As discussões em âmbito transnacional são estruturadas na esfera pública nacional de uma forma distinta. Podemos dizer que o enquadramento dessas informações a ser estabelecido em nível nacional responde às articulações e interesses que não estão ligados necessariamente à esferas de discussão pretensamente globais, tanto se considerarmos as relações com o estado e quanto aquelas estabelecidas com a sociedade civil local (COSTA, 2003).

A influência das comunidades de especialistas não pode ser confirmada diretamente por uma mudança no curso de ação em termos de tomada de decisão, e, ao mesmo tempo, não se pode negar que, ao assumir certos parâmetros cientificamente embasados, assumindo também justificativas difundidas por esses grupos, os atores da arena política estão referendando, mesmo que indiretamente, a ação das comunidades epistêmicas, que ganham em credibilidade. As pressões que as comunidades epistêmicas podem exercer, mesmo sobre outros especialistas, pode ser útil, sobretudo, na abertura dos sistemas nacionais, quando se trata de temas internacionalizados, e na entrada de novos temas na agenda política transnacional.

Ainda sobre esse tema, podemos considerar a importância das comunidades epistêmicas na difusão de informações, como já afirmamos no início de nossa análise. Credibilidade, sobretudo quando se trata de temas a serem discutidos em arenas transnacionais e sobre os quais é necessário respaldo em âmbito nacional é uma variável sobre a qual as comunidades epistêmicas podem exercer um importante papel, por meio da formação de consensos, como redes políticas que são capazes de envolver Estado e sociedade, estruturando sistemas de representação de interesses

e normas capazes de aglutinar agentes (CARVALHO, 2003).

É fundamental, para o entendimento do que é considerado como "sociedade civil global", a compreensão do conceito de esfera pública habermasiana. Jürgen Habermas (1989), autor alemão, herdeiro e crítico da escola de Frankfurt, a partir de sua concepção de democracia deliberativa, abre um novo espaço onde o papel da sociedade civil pode ser revisitado.

A esfera pública é o espaço da deliberação que surge entre a esfera privada e o Estado, espaço este caracterizado pela possibilidade de discussão e crítica sobre as decisões políticas por parte dos indivíduos privados, com base em outro importante conceito habermasiano, o agir comunicativo. A sociedade civil, nesse contexto, tem um espaço de ação fundamental na configuração da esfera pública, abrindo novas possibilidades deliberativas e críticas às ações estatais. Essa separação, segundo Avritzer (2000, p.63), "constitui a separação entre a capacidade reflexiva dos indivíduos e a esfera da realização dos interesses materiais desses mesmos indivíduos", ou seja, a separação entre o que é cultural e o mundo material – o que, seguindo a linha dos frankfurtianos, configura a base da crítica habermasiana à mercantilização da cultura e burocratização da política, ou seja, a decadência da esfera pública, pela falta do elemento reflexivo.

Todavia, a construção habermasiana também não está livre de críticas, e a mais contundente delas se encontra na teoria da sociedade civil, sobretudo no que diz respeito aos estudos sobre mídia. A mídia, parte fundamental na difusão cultural, é alvo das principais críticas habermasianas, porque se sujeita, muitas vezes, mas não sempre, aos imperativos da mercantilização da cultura. Para a teoria crítica, a mídia não limita os espaços de interação e reflexão, e, afirma-se, com o desenvolvimento da sociedade civil e da utilização desses espaços por ela, sobretudo em âmbito global, pode até expandir esses processos interativos, onde "as associações voluntárias desempenham o papel de redes de formação de novas identidades e solidariedades comunicativas capazes de tematizar novos temas, agregar novos atores e tornar contenciosas questões anteriormente relegadas à esfera privada" (AVRITZER, 2000, p.67).

Podemos, dentro tanto da concepção habermasiana quanto a partir de sua crítica, ressaltar o importante papel que as comunidades epistêmicas representam na construção dos argumentos globalistas. As comunidades epistêmicas têm um alcance transnacional cada dia maior, com a ampliação dos canais de acesso à informação e pela própria idéia de difusão do conhecimento. Identificamos seu potencial de facilitar consensos dentro de determinadas temáticas transnacionais ao disponibilizar informações e estabelecer ligações entre fenômenos, e, ao mesmo tempo, reconhecemos nela importantes focos de reflexão, a partir do momento em que essas informações são questionadas, seja dentro da própria comunida-

de, ou por outros grupos que trabalham a mesma temática.

Uma nova questão surge a partir de uma observação importante: as comunidades epistêmicas trabalham, sobretudo, por temáticas. Assim, como podemos afirmar o surgimento de uma sociedade civil global, e de uma esfera pública plenamente globalizada? Aqui, abrimos duas possibilidades de análise sobre este problema: considerar as comunidades epistêmicas enquanto atores não de uma sociedade civil globalizada, mas de subsistemas globais, que se articulam em torno de temas específicos; ou analisá-las enquanto redes temáticas.

A opção pela análise em redes se mostra mais interessante pela própria lógica de ação das comunidades epistêmicas. Na visão de autores como Manuel Castells (1996) uma visão da sociedade em redes representa uma forma de organização social estabelecida em nível global, onde os espaços de fluxos tomam o lugar dos espaços de lugares, conformando, assim, a estrutura social como um conjunto de nós interconectados. Essa concepção lança bases para um novo entendimento sobre a afirmação de identidades numa nova estrutura social, globalizada. Segundo Castells (1996, p.22), a identidade é entendida como "o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado".

Outro importante conceito é o de redes transnacionais de defesa, organizações transnacionais de ação estratégica, horizontalizadas e baseadas na informação, como nos afirmam Keck e Sikkink (1998). As redes transnacionais de defesa, grupos de ativistas unidos em prol de idéias e valores comuns, são definidas como: "forms of organization characterized by voluntary, reciprocal, and horizontal patterns of communication and exchange"* (KECK & SIKKINK, 1998, p.8), articulando-se sobre novos usos dos sistemas de comunicação, de estratégias políticas e de meios não convencionais de mobilizar informação e indivíduos. Buscando enquadrar temas sobre a perspectiva de discursos comuns, determinando objetivos e construindo significados, essas redes são capazes de engendrar novas idéias, normas e discursos dentro do debate político, além de trazer também novas fontes informacionais para esses meios, a partir de suas densas estruturas comunicativas.

Conclusão

Associando os argumentos lançados sobre redes de defesa e os conceitos de sociedade em rede podemos levantar um mesmo questionamento sobre a horizontalidade nas relações estabelecidas em redes nesses dois sistemas de análise. A questão do poder entre esses espaços de fluxos – a hierarquização dessas relações, que influenciariam diretamente também a formação

*NdE: "Formas de organização caracterizadas por padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e troca"

da identidade, em termos de constrangimentos e possibilidade de manipulação das visões sobre determinados temas, ou seja, de disputas sobre a preponderância de um dado conjunto de idéias, é, muitas vezes, deixada de lado nessas análises do processo de produção de políticas públicas.

Enquanto Castells (1996) assume o credo da inovação tecnológica, globalizando o acesso a uma multiplicidade de possibilidades, não questiona as estruturas de poder existentes internamente a essa nova ordem – estruturas essas que podem exercer o mesmo tipo de controle e estabelecer restrições de acesso dentro dessa sociedade em rede. Em termos de comunidades epistêmicas, certamente é inegável que os avanços tecnológicos possibilitaram a ampliação dos canais de acesso e de troca de informações, mas também não podemos esquecer que, como já afirmamos, as pressões e restrições na produção e mesmo na difusão desse conhecimento existem, de maneira direta ou indireta, nacional ou transnacionalmente.

Keck e Sikkink (1998) deixam de lado esse importante ponto ao assumir que as interações são também elas produtos construídos com base em idéias, princípios e interesses pré-configurados, dentro da lógica de determinados grupos, delimitando, assim, possibilidades de diálogo e de discussão, limitando, também, o conflito. Essa crítica nos leva a reafirmar a importância das comunidades epistêmicas no estudo da ação da sociedade civil transnacionalizada, mesmo que apenas em termos de redes de defesa, de temática restrita. A definição dos problemas, princípios e interesses envolvidos em uma rede de interações entre agentes passa diretamente pela questão de quais idéias estão por trás desse conjunto de interações, ligando e afastando esses nós, com força e capacidade de ampliar essas redes e lhes garantir legitimidade.

Contando um número relativamente pequeno de membros, e como vimos, tendo como principal função a ampliação dos horizontes de conhecimento nas decisões públicas, as comunidades epistêmicas não estão livres da necessidade de divulgação e de popularização desse conhecimento. Quando os princípios e idéias defendidos por uma comunidade se institucionalizam, essa necessidade se torna premente, visto que as decisões políticas carecem de legitimidade e são postas, constantemente, à prova no debate público. Assim, contrapõem-se as idéias do senso-comum ao conhecimento científico propriamente dito, e aqui temos um conflito que pode ter como elemento central um importante agente que, podemos dizer, pode agir como intermediário entre essas duas partes: a mídia.

Os meios de comunicação de massa, nesse sentido, são agentes fundamentais para a disse-

minação de informações e para a consolidação de determinadas perspectivas sobre muitos problemas políticos ligados diretamente às temáticas que dependem, fundamentalmente, do conhecimento técnico. Eles são capazes de delimitar agendas, e se não podemos afirmar que têm força suficiente de construir consensos sobre determinados temas, é clara sua capacidade de mobilização pela superexposição de certas premissas.

Nesse sentido, não se pode considerar que o campo midiático é um mero elemento de difusão de discursos políticos ou meio pelo qual os mais diversos grupos expressam, de forma livre e irrestrita, suas opiniões sobre qualquer assunto. As assimetrias dentro do próprio campo da mídia existem e devem ser consideradas quando analisamos a influência da mídia sobre qualquer evento social. Justamente essa condição de assimetria é um dos elementos que torna o estudo da interação entre o campo midiático e o campo político interessante: ao revelar a clara desigualdade na distribuição do poder de dispor dos recursos que possibilitam enquadrar um tema ou discussão segundo um determinado princípio de organização, como argumenta Goffman (1995), a análise da interação entre a mídia e a política se torna uma questão de luta por reconhecimento de uma forma de representação do mundo social sobre as outras.

E a reprodução de determinados padrões culturais, sobretudo quando relacionados a padrões econômicos, impede que a diversidade cultural de uma determinada sociedade se expresse de forma completa, restringindo, assim, a voz de outros grupos na disputa por reconhecimento de suas representações do mundo social. A relação entre o campo econômico e o campo da mídia, nesse contexto, não deve ser desconsiderada na definição dos objetivos e características do campo midiático, sobretudo no que se refere a sua autonomia. A mídia é capaz de "formular preocupações públicas" (Miguel, 2002, p.10) com base na visibilidade que dá a certos temas, e também de delimitar as possibilidades de representação desses temas, ao reconhecer ou refutar determinados aspectos de uma discussão, mas não é capaz de, simplesmente, definir a dinâmica do campo político ou se submeter totalmente ao campo econômico. Como já dito, é possível que esses dois campos se influenciem mutuamente, mas espaços de autonomia estão marcadamente delimitados em ambos os lados. O problema, aqui, é simbólico, e trata da importância da pluralidade de vozes tanto nas discussões quanto no processo de deliberações públicas a partir da forma como os debates são enquadrados pela mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- AVRITZER, Leonardo. (2000), "Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia". Em: AVRITZER, Leonardo. DOMINGUES, José Maurício, (org.). *Teoria Social e Modernidade no Brasil*, Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- AVRITZER, Leonardo. (2002), "Em busca de um padrão de cidadania mundial". *Lua Nova*, 55-56: 29 - 55.
- BAUMAN, Zigmund. (1998), *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. (1995), *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora Unesp.
- BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. (1995), *A construção social da realidade*. 12. ed. Petrópolis: Vozes.
- CARVALHO, Maria Izabel. (2003), "Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da posição brasileira para Seattle". *Contexto Internacional*, 25, 2, julho/dezembro: 363 - 401.
- CASTELLS, Manuel. (1996), *O poder da identidade*, São Paulo: Paz e Terra.
- COHEN, Jean. (2003), "Sociedade civil e globalização: repensando categorias". *Dados*, Rio de Janeiro, 46, 3: 419 - 459.
- COSTA, Sérgio. (2003), "Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 53, outubro: 19 - 32.
- DIAS, Frederico Seixas. (2003), *As teorias e o papel das idéias nas relações internacionais*. Tese de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.
- GOFFMAN, Erwin (1995), *As representações do eu na vida cotidiana*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- GRAMSCI, Antonio. (1976), *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HAAS, Peter. (1992), "Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination", *International Organizations*, 6, 1, Cambridge University Press: 1 - 35.
- HABERMAS, Jürgen. (1989), *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HELD, David & MCGREW, Andrew. (2001), *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- KECK, Margaret E. & SIKKINK, Kathryn. (1998), *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- JOHN, Peter. (1998), *Analysing Public Policy*. London: Continuum.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2002), "Os meios de comunicação e a prática política". Em: *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, 55-56.
- OFFE, Claus. (1984), *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PUTMAN, Robert. (1998), "Diplomacy and domestic politics: the logic of the two level games". *International Organizations*, 42, 3: 427 - 460.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2000), "Política Cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual".
- ALVAREZ, Sonia et. al *Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 465 - 502.

Andrea Azevedo é graduanda do nono semestre do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília. Áreas de interesse: teoria política, políticas públicas, mídia e política, globalização. E-mail: andrea_apinho@yahoo.com.br

O curso paralelo de Ciências Sociais da UFMG

Victor Luiz Alves Mourão

Graduado em Ciências Sociais / UFMG

Palavras-chave: Ensino de Ciências Sociais; Sociologia Mineira; Organização infantil

Key Words: Social Sciences Studies; Minas Gerais's; Social Sciences Studies; Minas Gerais's; Student's Organization

RESUMO: O artigo em questão tenta fazer uma breve recapitulação histórica de alguns eventos que, argumenta-se, foram fundamentais para o desenvolvimento do curso de ciências sociais na UFMG. Volta-se em especial para uma experiência de organização de um curso paralelo (ao oficial) organizado pelos estudantes em um momento de intensa disputa pelos princípios científicos e profissionais ordenadores do curso em questão. A partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu tenta-se, ainda, prover uma interpretação para os eventos relacionados ao curso paralelo.

ABSTRACT: This article's goal is to provide an historical review of some events that were fundamental to the development of the social sciences course at the Universidade Federal de Minas Gerais. Special attention is paid to an experience of organization, by under-graduated students, of a parallel (extra-official) social sciences course in a moment of intense dispute over the scientific and professional ordering principles of the course in question. It also tries to provide an interpretation of these events from the point of view of Pierre Bourdieu's field theory.

A história das ciências sociais no Brasil tem sido tema de estudos recentes. Pesquisas diversas resgataram o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil permitindo uma reflexão proveitosa no sentido de entender o atual momento destas ciências em nosso país (Miceli 2001, 1995; Trindade 2005a, 2005b, 2006; Liedke Filho 2003, 2005). Este artigo visa a enriquecer tais estudos e debates ao tratar do chamado curso paralelo de ciências sociais, uma experiência ocorrida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG) no final da década de 60. Estudantes insatisfeitos com o que consideravam ser a fraca organização do curso mobilizaram-se não somente para reivindicar sua melhoria, mas também estabelecendo um curso "paralelo" ao oficial. Tal iniciativa teve curta duração, mas seu impacto certamente foi duradouro na concepção curricular que passou a prevalecer no curso de ciências sociais da UFMG. Este breve ensaio visa a resgatar algumas idéias e práticas desta experiência utilizando-se de fontes documentais e orais, que permitem entender o contexto e as motivações que a inspiraram.

O texto desenvolve-se de maneira mais ou menos cronológica, de forma a apresentar alguns dos elementos que estavam presentes na configuração e que são historicamente situáveis. Tenta em seguida dar conta de algumas características centrais do curso paralelo e do seu impacto no desenvolvimento posterior das ciências sociais na UFMG e no Brasil. Intenta-se ainda, a partir da teoria dos campos, uma interpretação dos acontecimentos relatados aqui.

Este breve estudo não visa a ser compreensivo nem final: ele se coloca como um modo de resgate do que Bourdieu chamou de "inconsciente de uma disciplina" (BOURDIEU, 1983, p.64), ou seja, sua história, compreendendo as condições sociais

da produção das idéias e do conhecimento científico. A promoção de uma discussão e do debate produtivo sobre o papel das ciências sociais hoje e do que faremos dela no futuro deve basear-se, no meu entender, neste tipo de conhecimento.

As Ciências Sociais no Brasil

A história das ciências sociais no Brasil tem dois marcos principais de fundação no Brasil. Um deles é o período dos pensadores sociais, que tem início por volta da década de 1880 e vai até a década de 1930. Este período, como o próprio nome diz, é caracterizado pela existência de pensadores diletantes, não especializados, que começam a pensar a realidade, brasileira ou não, utilizando-se do termo "social" e outros relacionados. Tal caracterização de diletantismo é retrospectiva, como não poderia deixar de ser: trata-se do modo como os cientistas sociais, ou seja, os profissionais da ciência social, passaram a se referir aos grandes pensadores que construíam interpretações de grande alcance sobre a realidade social, sem grandes preocupações com método. Este traço distingue essa época dos pensadores do momento posterior marcado pelo esforço de profissionalização da carreira de cientista social¹. É nesse período dos pensadores sociais que nasce um discurso voltado para o social, intrinsecamente ligado a projetos de modernização, desenvolvimento e até mesmo de eugeniação do Brasil. A criação dos cursos de ciências sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na USP (1934) e na antiga Universidade do Distrito Federal (então Distrito de Guanabara, 1935) marca o início do período da sociologia científica. Missões estrangeiras, especialmente francesas, americanas e alemãs, vieram ao Brasil para ensinar e divulgar os padrões científicos de produção sociológica de seus países e possibilitar a implementação de uma produção sociológica em território brasileiro. Os

¹ Como bem lembra Oliveira (1991, p.53), nas décadas de 30 a 50 falava-se em "profissionalização", mas posteriormente esta mesma época tornou-se conhecida como a fase de "institucionalização" das ciências sociais no Brasil.

pesquisadores estrangeiros tinham assistentes brasileiros que assumiam as atividades acadêmicas quando aqueles regressavam a seus países. Este período teve seu auge com a Escola Sociológica Paulista, grupo que se desenvolveu ao redor do professor Florestan Fernandes.

Assim, as formações acadêmicas em ciências sociais, após passarem por este período de fundação e institucionalização inicial, entram na fase de consolidação, momento este que se marcará pelo desenvolvimento de associações científicas e pela crescente competição entre as disciplinas, o que veio a enfraquecer a hegemonia da sociologia como disciplina dominante, apoiada no prestígio da mencionada Escola Sociológica Paulista (Trindade, 2004a, p.320). Os acontecimentos políticos não alteraram essa dinâmica; ao contrário do que se passaria em outros países latino-americanos, esse período brasileiro de reorganização institucional-política não estagnou o desenvolvimento das ciências sociais no país, que experimentaram uma expansão em suas atividades, vinculadas à criação de associações científicas e órgãos de fomento à pesquisa. (TRINDADE, 2005, p. 97 et seq.) Elas, muito ao contrário, expandiram-se e se consolidaram sob o regime militar². A década de 70 foi momento de criação e desenvolvimento de muitas associações científicas, cabendo especial menção para a ANPOCS, criada em 1977.

Há uma crescente internacionalização da atividade acadêmica das ciências sociais no período, especialmente com o envio de profissionais e recém-graduados para realizarem cursos de pós-graduação no exterior por meio do apoio de políticas governamentais administradas por uma rede de agências de fomento. Esta diretiva política tinha dois objetivos: o da expansão dos cursos da área e a institucionalização da pesquisa científica em todos os campos de conhecimento, incluindo as ciências sociais (TRINDADE, 2005). É nesse momento que vários alunos do curso de Sociologia e Política da FACE/UFMG têm a oportunidade de estudar na FLACSO/Chile. São estes mesmos alunos (como Fábio Wanderley Reis, Si-

mon Schwartzman e Antônio Octávio Cintra) que irão integrar o futuro Departamento de Ciência Política da UFMG e que possibilitarão a criação do mestrado em ciência política pela mesma instituição. Treinados em metodologia científica, voltarão ao Brasil com o ímpeto de rigor na pesquisa voltada para o conhecimento da realidade brasileira. Suas orientações científicas geraram conflitos teóricos e epistemológicos com o grupo da Escola Sociológica Paulista.

A criação do mestrado de ciência política é vista como o começo do momento de consolidação de nova orientação nas ciências sociais no Brasil, agora associadas à atividade acadêmica internacional. Ressalta-se a importância das agências internacionais de fomento à pesquisa, como a Fundação Ford. Cresce a competição entre as disciplinas componentes das ciências sociais, ligada ao embate metodológico entre os paulistas da escola sociológica e os professores treinados da FLACSO.

De mineiros e paulistas

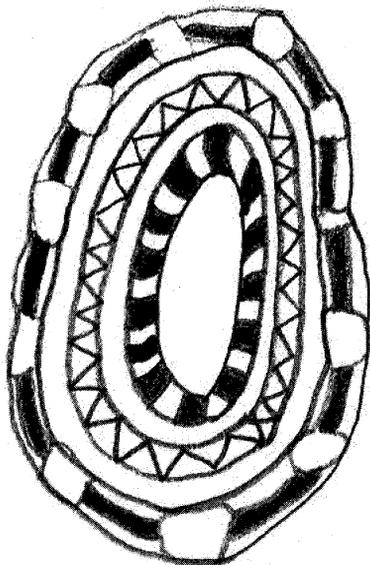
Nesse momento, um debate relativamente intenso sobre os princípios de legitimação do conhecimento científico sociológico e os modos de se pesquisar os fenômenos sociais que irão ter ligação direta com os acontecimentos aqui em foco se desenvolve. Tal debate coloca em choque sociólogos ligados à Escola Sociológica Paulista, estabelecidos no cenário nacional, e os mineiros recém chegados da FLACSO. É especialmente em um número da Revista Brasileira de Ciências Sociais, em 1966, que este debate pode ser percebido, com artigos de Fábio Wanderley Reis e Antônio Octávio Cintra atacando vários dos estabelecidos paulistas. Na voz do primeiro, é nesta revista:

"onde aparecemos, Antônio Octávio e eu, como paladinos de uma ciência nova, divulgando a palavra dos mestres e trazem-

² Podemos citar os seguintes cursos de pós-graduação e instituições que foram criados durante esse período:

- 1965 Mestrado em Sociologia Rural (IEPE/UFMG)
- 1966 Departamento e Mestrado em Ciência Política (UFMG)
- 1966 Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES/UFPE)
- 1968 Mestrado em Ciências Sociais (UFBA)
- 1968 Mestrado em Antropologia Social Museu Nacional
- 1969 Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBA)
- 1969 IUPERJ
- 1969 CEBRAP
- 1970 Mestrado em Sociologia UnB
- 1971 Mestrado e Doutorado em Sociologia USP
- 1971 Mestrado em Antropologia Social e Sociologia UNICAMP
- 1973 Mestrado em Sociologia IUPERJ
- 1973 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV-RJ)
- 1973 Mestrado em Ciências Sociais PUC/SP
- 1974 Mestrado e Doutorado em Ciência Política USP
- 1977 Doutorado em Antropologia Social Museu Nacional
- 1977 Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)
- 1979 Doutorado em Ciência Política e Sociologia IUPERJ

Fonte: Trindade, 2005a



do a boa nova para aquele Brasil torto e dialético... Lá está, por exemplo, abrindo o número, um artigo de Antônio Octávio, 'Sociologia e Ciência', em que ele procura expor de modo sistemático e didático os princípios de uma Sociologia científica — da Sociologia como ciência 'fática', de acordo com a designação que lhe dava numa versão anterior do mesmo artigo. E lá estava também um artigo meu, com o título de 'A Propósito de Ciência e Dialética', em que eu comprava briga com todo o estado de São Paulo (José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Francisco Weffort...), procurando mostrar como as inconsistências de uma abordagem dialética supostamente peculiar, tal como defendida por Giannotti em artigo de crítica a um livro de Celso Furtado que aparecera havia pouco, se associava com precariedades até mesmo desfrutáveis no trabalho empírico e nas orientações dos demais. Naturalmente, os paulistas citados eram todos jovens nessa ocasião (embora menos do que nós), mas sem dúvida já eram parte do establishment, e uma parte ascendente, que já passava à frente dos seus mestres, como Florestan Fernandes, em termos de prestígio e visibilidade" (REIS, 2004, p.24).

O debate que se desdobra busca discutir o pressuposto fundamental da abordagem marxista, a noção de totalidade. No nível científico, diversas noções tais quais interesse objetivo de classe, falsa consciência de classe, alienação, lógica do processo histórico, parecem, segundo a perspectiva do grupo em confronto, paralisar a investigação sociológica. Foge-se desse modo aos preceitos de construção do conhecimento científico, baseado nos critérios de auto-correção do conhecimento pela experiência controlada e comunicável, resvalando assim em argumentos de autoridades, dogmas, etc. As proposições não são testadas, logo as previsões não podem ser refutadas. Há uma "negação da experiência como forma mais legítima para construção do conhecimento" (ARRUDA, 2001, p.357).

A influência do debate foi marcante no cenário nacional, e ajudou a contrabalançar a hegemonia da sociologia paulista e a possibilitar a afirmação da ciência política enquanto ciência institucionalizada a partir do final de década de 60. Segundo Reis:

"Acho que, sem dúvida, tivemos algum impacto relevante, ajudando a que se reproduzisse certa reorientação do ensino de ciências sociais no país, ainda que dificilmente se pudesse dizer que a versão doméstica e modesta da 'querela do método' de que participamos tenha sido vencida de vez pela posição que nós representávamos, ou que a gente tenha conseguido estabelecer uma ortodoxia marcada pela

preocupação com certo rigor, com o tratamento sistemático de dados etc. - e sobretudo com uma dimensão que me parece muito importante do ponto de vista do nosso tema de hoje, isto é, o acoplamento entre a referência a algum tipo de material empírico e a reflexão que não abdica de ser teórica, ou teoricamente orientada" (REIS, 2004, p. 24).

É neste contexto de disputa científica que ocorre a experiência do curso paralelo de ciências sociais na UFMG. É um movimento de alunos de graduação, que, embora não afetando a pós-graduação em ciência políticas, tem, como veremos, ligações com estudantes deste mestrado. Mas, antes disso, algumas palavras sobre a formação das ciências sociais em Minas Gerais.

As Ciências Sociais em Minas Gerais³

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi fundada em 1939 e reunida à Universidade de Minas Gerais, posteriormente Universidade Federal de Minas Gerais, em 1948. Tal faculdade tinha uma orientação dupla: por um lado, cabia-lhe formar profissionais voltados para a produção de conhecimento, para "fazer ciência", ou seja, uma orientação voltada para a pesquisa; por outro lado, cabia-lhe formar professores para o magistério secundário (LABOISSIÈRE, s/d).

O curso de ciências sociais ligado a esta faculdade foi criado em 1941, com pouca repercussão e apenas quatro alunos, desaparecendo em 1945 e retomando atividades em 1947 (ARRUDA, 2001, p.290). Entre 1943 e 1953 formou apenas oito pessoas, tendo neste último ano 13 pessoas matriculadas e mais três aprovadas no concurso de habilitação (Anuário da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, 1953). Há poucos estudos e informação sobre este curso, mas parece que era bastante orientado para a antropologia e para a formação de docentes do Colégio Universitário que tinha a sociologia como disciplina obrigatória (ARRUDA, 2001, p.290).

Na Faculdade de Ciências Econômicas, por sua vez, havia o curso de Sociologia e Política. A criação da FACE foi um projeto ligado ao empresário mineiro e a associações de classe e visava a fornecer quadros administrativos para o setor público e privado, especialmente para o primeiro. O objetivo era superar a estagnação econômica mineira e promover a modernização do estado. A figura central do processo de criação da faculdade foi Yvon Leite de Magalhães Pinto, que emprestou seu nome ao antigo prédio da FACE na rua Curitiba, e que foi o principal articulador, junto aos empresários, no sentido de viabilizar econômica e politicamente o projeto da FACE. "Tal fato [apoio dos empresários] atesta a preocupação em formar quadros profissionais que, no futuro, pudessem respaldar a modernização da economia mineira e tentar retirá-la do marasmo

³ O que chamo aqui, e ao longo do texto, de ciências sociais mineiras ou ciências sociais em Minas Gerais, referir-se-á às ciências sociais vinculadas à UFMG, e não exatamente às ciências sociais produzidas em território mineiro.

no qual se encontrava e teimava em persistir" (ARRUDA, 2001, p.298).

O curso de Sociologia e Política teve um caráter pioneiro, pois foi criado para atender a uma demanda referida à qualificação profissional de recursos humanos que não existia na época – era uma antecipação às necessidades futuras, baseado em um projeto de desenvolvimento regional inovador ligado à criação da FACE e à formação de quadros futuros dos setores produtivos e burocráticos mineiros (ARRUDA, 2001, p.300-1). Tal pioneirismo ajuda a explicar, ao menos em parte, a questão do êxodo de cientistas sociais mineiros para os grandes centros, já em um momento posterior. Há um

"descompasso do modelo [do curso de Sociologia Política] frente à realidade concreta. Isto é, a iniciativa [de criação do curso] configura-se grandiosa para o ainda acanhado ambiente de Minas. No futuro, membros desse grupo viriam a exercer sua vida profissional fora de seu estado, à exceção de Fábio Wanderley Reis, Antônio Octávio Cintra, Laura da Veiga e José Murilo de Carvalho, este último durante o período inicial de carreira" (ARRUDA, 2001, p.321).

Este curso foi bem mais influente e obteve uma clientela maior se comparado ao seu semelhante da FAFI. Ele tinha um "caráter extremamente orientado" (ARRUDA, 2001, p.297), também focalizado no treinamento de quadros administrativos para o setor público e privado. Sua estrutura curricular foi vinculada à do curso de Administração Pública, ministrado na mesma escola, sendo bastante comum que os formandos de um se diplomassem também no outro. Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001, p.307):

"Se compararmos o currículo de sociologia e política e administração pública, percebemos que as diferenças, no conjunto, resultam da atribuição de um peso menor à Sociologia frente ao Direito e à Administração, e a substituição de Antropologia e Etnologia por Contabilidade. No geral, os currículos são assemelhados, o que permitia aos alunos cursarem poucas optativas e graduarem-se em ambos os cursos. E de fato, essa era a regra. Nesse sentido, a faculdade formava um cientista social muito mais próximo das questões do Direito e dos princípios constitucionais do Estado, do que propriamente um profissional das Ciências Sociais".

Para além das discussões do que seria propriamente um profissional das ciências sociais na época, é fato que a orientação, tanto do curso quanto da faculdade, era a de formar pessoas adequadas para serem absorvidas na adminis-

tração e modernização de órgãos públicos e do setor empresarial mineiro. Outro fato associado a este curso e que merece menção é o sistema de bolsa de estudos em horário integral que premiava os melhores alunos, visando a um sistema de auto-reprodução do corpo docente que não era especializado até então (ARRUDA, 2001, p.304). Essa inovação permitiu formar uma grande parte dos professores que comporiam o conjunto de recursos humanos do mestrado de Ciência Política em 1966 e que protagonizariam a já mencionada e famosa disputa ideológica e metodológica com os sociólogos da USP. Entre 1956 e 1966, o curso formou 172 pessoas, sendo 109 homens e 63 mulheres. Cursos com histórias diferentes, com orientações diferentes, mas que, por uma proibição da duplicação de cursos posta em vigor na UFMG, medida que antecipava a reforma universitária de 1968, foram unidos em 1967⁴.

O curso paralelo

Com a fusão dos cursos, a estrutura curricular ficou aquém do desejável no entendimento dos estudantes de ciências sociais.

"O objetivo da racionalização didática e administrativa [da fusão dos cursos] frustrou-se pela precariedade de recursos e de propósitos do novo Departamento de Ciências Sociais. [...] O curso de ciências sociais da FAFICH começou mal em termos muito claros. O curso carecia de seriedade [...]" (PAIXÃO, 1991, p.203).

Motivado pela insatisfação dos alunos com relação a diversos aspectos do curso que eram vistos como ultrapassados ou pouco atualizados, o curso paralelo de ciências sociais se desenvolveu ao longo do ano de 1968, ou seja, no ano seguinte ao da fusão dos dois antigos cursos existentes na UFMG. Neste sentido, seu objetivo principal era a modernização do currículo, com uma reestruturação curricular que visava à melhoria de seu padrão científico e acadêmico:

"[...] a origem do curso paralelo foi uma grande insatisfação dos alunos do curso, com o curso. Ele [...] era uma experiência de integração dos dois cursos anteriores. Tinha algumas deficiências; vamos dizer que ele tinha um aspecto normal, era uma transição, mas acho que tinha certa garra dos alunos para dar uma modernizada forte no curso"⁵.

Assim, lideranças estudantis ligadas ao Centro de Estudos de Ciências Sociais (atual Centro Acadêmico de Ciências Sociais - CACS) organizaram um curso alternativo ao oficial, convidando professores selecionados (incluindo alunos do mestrado de Ciência Política) para que dessem aula de acordo com o padrão curricular considerado desejável.

⁴ Durante a gestão de Aluisio Pimenta (1964-7), foi elaborada uma proposta de reforma universitária que se iniciou em 1965 e foi se consolidar em 1968, já com a reforma universitária nacional.

⁵ Entrevista com Otávio Dulci à Flávio Carvalhaes e Flora Gonçalves.

Esvaziou-se completamente o curso oficial - apenas uma pessoa nele se matriculou⁶.

Como dito, a reestruturação curricular foi um dos pontos principais da mudança proposta pelo curso paralelo. Antes, as disciplinas tinham nomes vagos e seu conteúdo era preenchido de acordo com as intenções do professor que ministrava cada disciplina. Na proposta paralela, por exemplo, foram introduzidas as disciplinas de matemática e demografia, esta última no lugar da geografia⁷. Além disso, havia uma orientação para a discussão metodológica em voga na época, uma preocupação com a lógica da investigação científica de acordo com as idéias de Karl Popper. Ou seja, havia uma idéia de inovação na estrutura curricular, de um rigor científico mais apurado, referido ao conhecimento da realidade brasileira. Segundo Paixão esta foi a "primeira experiência de elaboração racional do currículo no curso" (PAIXÃO, 1991, p.204). Buscava-se uma maior interdependência de disciplinas com conteúdos formalmente definidos, ao invés de rótulos vazios, característicos do currículo anterior.

Além dos professores que os alunos consideravam adequados a ministrar as disciplinas do novo currículo, foram convidados professores que nem mesmo tinham ligação com a universidade. A disciplina de matemática, por exemplo, foi ministrada por Frederico Magalhães Gomes, enquanto a da demografia foi dada por Paulo Paiva, que depois se tornaria presidente do BDMG, que havia feito uma especialização pouco tempo antes do curso paralelo.

Este curso foi assim um modo pelo qual líderes do movimento estudantil puderam reagir contra uma situação insatisfatória do recém formado curso de ciências sociais, forçando a reforma curricular de modo a tornar a formação do cientista social mais próxima dos desafios do desenvolvimento social, econômico e político que se colocavam à época. O movimento estudantil já estava em relativo declínio, em virtude do controle político externo, mas conseguiu ainda impulsionar essa mudança na concepção do curso de ciências sociais, o que contribuiu para a melhoria de seu padrão científico, de seu currículo e do seu corpo docente.

O resultado desta experiência

Encerrado o curso paralelo, começaram as discussões sobre a reforma curricular na congregação da FAFICH. A falta de informações sobre detalhes deste processo é grande. Mas, houve um acordo que permitiu que os alunos aproveitassem o ano acadêmico paralelo e se formassem com estes créditos contabilizados no registro. Os relatos de participantes desta experiência apontam para certa boa vontade da congregação com relação às atividades do curso paralelo. Mas, havia também tensões, pois parte dos professores da FAFICH do curso de ciências sociais foram "alijados" de seus postos pelo curso paralelo. Essa situação criava um problema delicado para a direção da faculdade,

mas isto não impediu a aceitação e oficialização das disciplinas do curso paralelo ou seu registro para os alunos "rebelados".

Porém, posteriormente houve um período de retração resultante do endurecimento da ditadura militar. "A escalada autoritária varreu a efervescência coletiva, e durante dois ou três anos o curso de ciências sociais da UFMG voltou ao que era antes" (PAIXÃO, 2001, p.204). Alguns alunos foram forçados a adquirir créditos para outras disciplinas que não aquelas seguidas por eles mesmos no curso paralelo. "Infelizmente, isso que foi uma revolução bem sucedida [o curso paralelo], foi, no entanto, abortada depois pelos plenos poderes que o AI-5 deu a certos administradores universitários, que então voltaram atrás em tudo, desqualificaram o curso paralelo, os alunos tiveram que refazer as disciplinas já feitas, etc."⁸ Tal situação afetou alunos que começaram o curso naquele ano de 1968 ou outros que começaram anteriormente, mas que não o concluíram no tempo normal. O fato de boa parte das lideranças estudantis associadas ao curso paralelo já estarem formadas facilitou o endurecimento e o não-cumprimento dos acordos relativos ao curso paralelo por parte da nova direção da faculdade.

Uma parte dos formados em ciências sociais que haviam participado do curso paralelo foi aprovada em concursos docentes para o Departamento de Sociologia e Antropologia. Nessa nova posição, promoveram uma reforma curricular que realizou as concepções da estruturação curricular do curso paralelo. Trata-se da reforma curricular de 1974, que manteve o espírito do currículo do curso paralelo, reunindo rigor científico e conhecimento da realidade. Segundo Paixão, a ênfase recaía:

"sobre métodos quantitativos de pesquisa, problemas brasileiros e debates teóricos que percebíamos como cruciais do ponto de vista da constituição da ciência social empírica. [...] O 'espírito' do 'curso paralelo' é reinterpretado: a vivência do 'sufoco' autoritário (ou a eliminação repressiva dos canais especializados de socialização política) inviabilizava a crença otimista na possibilidade de compatibilização de objetivos revolucionários e métodos de ciência empírica. A universidade torna-se o locus da resistência ideológica à perspectiva tecnocrática da dominação autoritária — daí a convergência, na reforma curricular de 1974, dos elementos racionais e cognitivos (referidos à 'realidade brasileira') do 'curso paralelo' e da crítica marxista (ou neomarxista) à ciência como ideologia.

A reforma de 1974, no plano da teoria sociológica, combinava análise temática (ação social, estratificação e mudança) e estudo dos clássicos (Marx, Weber, Durkheim); no plano metodológico, investia fundo na crítica epistemológica ao positivismo e na exploração de mé-

⁶ Idem. "A faculdade abriu as matrículas, ninguém matriculou não, só um aluno matriculou lá [...] Todos os alunos do curso se matricularam no curso que o Centro de Estudos [...] ofereceu."

⁷ A matemática havia sido incorporada ao curso de sociologia e política no ano de 1963, momento que coincide com a volta dos primeiros estudantes a irem para a FLACSO. Arruda, 2001, p.310

⁸ Ronaldo Noronha em entrevista concedida ao autor em Nov/2006.

todos dialéticos de explicação; ampliava o espaço curricular do estudo antropológico, econômico, político e sociológico da realidade brasileira e abria espaço para algumas 'sociologias especiais' — urbana, organizacional e educacional" (PAIXÃO, 1991, p.203-4).

A inovação representada pela criação do ciclo básico em ciências humanas, implantada em 1975, também foi uma oportunidade de expansão de alguns princípios associados ao curso paralelo, sendo um espaço de resistência ao autoritarismo do sistema político, procurando efetivar práticas não-autoritárias de produção do saber. Permite-se aos estudantes a participação ativa na definição de objetivos, ementas, conteúdos do curso, e até mesmo da (auto) avaliação dos mesmos, na tentativa de combater o autoritarismo das notas tradicionalmente vistas como prerrogativa exclusiva do professor. (PAIXÃO, 1991, p.205)

Associado ao movimento estudantil como um todo, creio que outro importante indicativo do impacto do curso paralelo refere-se à concepção da relação professor-aluno. Como já foi indicado no depoimento de Otávio Dulci, que foi um aluno do curso paralelo, havia uma relação mais respeitosa entre aluno e professor na congregação⁹. Há ainda uma notícia de jornal da época que mostra o grau de prestígio que os alunos da FAFICH alcançaram no primeiro semestre de 1969: o clube dos professores passou a aceitar alunos que estivessem cursando algum curso da FAFICH, não importando em qual ano estivessem matriculados, baseando-se na premissa de que todos eles se tornariam, eventualmente, professores e, assim, com o direito de se tornarem membros da associação¹⁰.

Sociologia dos Sociólogos: uma tentativa de compreensão

Como este acontecimento pode ser entendido e interpretado na perspectiva da própria sociologia? A meu ver, o quadro conceitual construído por Pierre Bourdieu oferece elementos úteis para realizar este objetivo. Os conceitos de *habitus* e de campo são tão centrais na perspectiva desse autor quanto o são na análise aqui empreendida¹¹.

Algo que chama atenção no caso do curso paralelo é a tentativa deliberada de modernização do curso. Há toda uma oposição entre o antiquado e o moderno, entre rigor científico e falta de qualidade acadêmica que perpassa a discussão sobre os objetivos da formação do cientista social. A aproximação entre estudantes de graduação com estudantes do mestrado em ciência política, e destes com professores do departamento de ciência política é indicadora desta oposição entre duas gerações distintas de competências científicas existentes logo após a fusão dos dois antigos cursos. Não se luta contra determinados professores, mas contra determinadas concepções de ciência e de trabalho

docente, que eram, por sua vez, personificados em professores vistos como antiquados e inadequados no exercício de sua função.

A temporada de formação de alguns alunos graduados pelo curso de Sociologia e Política da FACE no Chile para se especializarem foi fundamental para a constituição de um *habitus* diferente tanto do que se tinha tanto na FACE quanto na FAFI, especialmente da segunda. A constituição de disposições voltadas para construir uma ciência rigorosa, preocupada com aspectos metodológicos e epistemológicos do saber, se fez por essa imersão experiencial no país andino, que viria, mais tarde, a se constituir como pólo atrator da intelectualidade sul-americana até o fim do regime democrático, em 1973. O retorno ao Brasil de um grupo inteiro de estudantes e pesquisadores com disposições e visões sobre a ciência que diferiam daquelas estabelecidas no campo científico sociológico viria a alterar o estado instituído das relações desse campo. A força desse grupo se mostra na criação do Departamento de Ciência Política e do mestrado na mesma área na UFMG, feito inédito no Brasil.

Os princípios científicos defendidos pelas pessoas que foram estudar na FLACSO no início dos anos 60 e que posteriormente integraram o DCP foram a base das idéias de estruturação curricular do curso paralelo, ponto central do processo de confrontação com o curso oficial. Havia uma maneira de se fazer ciência, aliança de rigor científico com conhecimento da realidade brasileira, passando por debates metodológicos então em voga, que se não era ignorada pelos professores "antiquados", ao menos não os afetava crucialmente. No momento da fusão dos antigos cursos, em que duas gerações diferentes de cientistas sociais, formados de maneira diversa e que tinham posições divergentes no campo sociológico foram forçados a conviver, criaram-se as condições para a explicitação da insatisfação dos estudantes com relação à estrutura curricular resultante desta fusão. Disciplinas como a matemática, presentes desde 1963 no currículo do curso de sociologia e consideradas fundamentais para se fazer ciência de modo rigoroso, haviam sido retiradas. No momento em que os estudantes puderam interferir no debate sobre a estrutura curricular, eles o fizeram, destituindo o pacto frouxo que permitiria a continuação de uma concepção de formação acadêmica e profissional que já criticavam antes mesmo da fusão dos dois cursos.

Assim, como indica Bourdieu ao analisar o conflito de maio de 1968, a oposição consistente que dividiu as faculdades neste momento não foi uma oposição entre classes de idade, mas sim de gerações universitárias que, ainda que possuindo a mesma idade, foram produzidas por modos de ser diferentes, que foram classificados pelos estudantes de então a partir da contraposição entre antiquados e modernos, científicos e inadequados¹².

Todos estes fatos apontam para um momento marcante de institucionalização das ciências sociais no Brasil, e para um relativo alto grau de au-

⁹ Entrevista de Otávio Dulci a Flávio Carvalhaes e Flora Gonçalves: "Eu acho que essas pessoas [Direção da FAFICH] estavam entendendo o que a gente queria. Eles não podiam naturalmente deixar a gente tomar conta do negócio, inteiramente, porque, os outros professores que nós tínhamos tirado fora eram contratados, tinham que ser respeitados, não é? Eles já estavam sofrendo a punição de serem rejeitados por nós, o diretor não podia abandoná-los. Eu compreendo isso. Agora, teve infundáveis reuniões na congregação a respeito desse caso. Os nossos líderes eram muito bons politicamente, muito respeitados na congregação, não era aquele bate-boca infantil entre professor e aluno não. Era uma coisa sofisticada. E no fim do ano a faculdade reconheceu todas as matrículas, quer dizer, nós passamos, eu passei para o terceiro ano com tudo valendo" (ênfase dos entrevistadores).

¹⁰ Última Hora - 15-03-1969. "Clube dos Professores Aceita Alunos". Todos os alunos da FAFICH, independente do ano em que estiverem cursando, poderiam se associar ao Clube dos Professores de MG.

¹¹ Entendo *habitus* como um sistema de disposições práticas de conduta e de esquemas de visão, percepção e classificação através dos quais os atores agem; sistema incorporado de acordo com a trajetória do indivíduo no universo social. Entendo campo como um microsistema social, com leis mais ou menos específicas em relação ao macrocosmo, estruturado a partir das relações de força entre agentes que ocupam certas posições no interior deste campo e que por meio de estratégias determinadas pela posição ocupada no campo visam a conservar ou a transformar as relações objetivas de poder constitutivas deste campo. Por falta de espaço, não explico mais detidamente o sentido desses conceitos na teoria sociológica bourdieusiana e seus empregos aqui segundo os intuítos no presente artigo.

¹² Abrindo uma breve reflexão sobre gerações acadêmicas diferentes, temos o caso da Faculdade de Direito, onde houve uma intensa oposição à reforma universitária de 1968, especialmente no quesito da extinção das cátedras, ao passo que um dos grupos aqui analisados, ligado ao DCP-UFMG, já tinha uma maior familiaridade com a questão departamental implantada por esta reforma.

tonomia do campo científico das ciências sociais. Apesar de ser envolto pelas questões políticas que envolviam a época, todo o debate se desenrolou em torno dos princípios apropriados de se fazer ciência, ou seja, de produzir conhecimento científico válido em uma disciplina que se erigiu pela busca de soluções para problemas sociais brasileiros, mas que até então tinha como perspectiva teórica hegemônica o marxismo da Escola Sociológica Paulista.

Conclusão

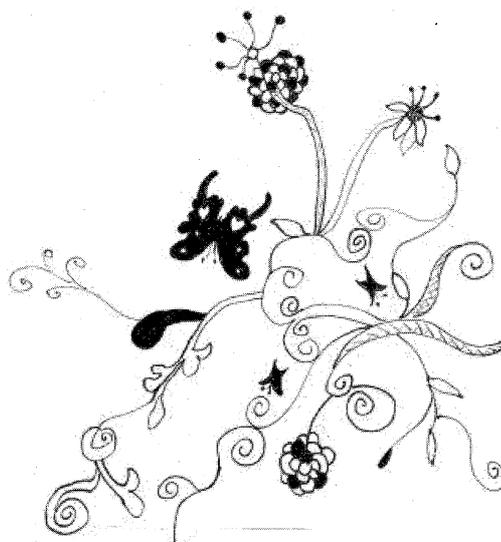
O curso paralelo de ciências sociais foi um experimento semi-institucional organizado por lideranças estudantis que subverteram várias das concepções, não somente do recém fundido curso de ciências sociais, mas também de seu meio acadêmico. A capacidade de administração e execução do curso por parte dos estudantes e sua orientação ao rigor científico e ao conhecimento da realidade brasileira são aspectos que surpreendem e marcam essa experiência.

Neste texto tentei mostrar como a experiência do curso paralelo de ciências sociais ocorrida na FAFICH-UFMG pode aprofundar nosso conhecimento sobre as ciências sociais no Brasil e sobre as condições sociais de produção da ciência social daquele momento. Partindo de uma breve exposição sobre o contexto que antecedeu e que condicionou o acontecimento, defendi a idéia de que os anos 60 estavam imbuídos – no debate sobre a sociedade, a universidade e as ciências sociais – dessa atitude de confrontação à ordem social vigente, e que os movimentos sociais, incluído aí os estudantis, faziam parte central deste movimento de contestação social. O embate metodológico que cientistas sociais mineiros e paulistas travaram na metade da década de 60 também foi brevemente avaliado no texto como

um momento fundamental de defesa de idéias e princípios que seriam reutilizados pelos estudantes no momento do curso paralelo. Em seguida, detive-me sobre a formação institucional das ciências sociais em Minas Gerais, mostrando como dois cursos (o curso de ciências sociais da FAFI e o de sociologia e política da FACE), com histórias e modos de ser completamente diferentes, foram reunidos na reforma universitária realizada durante a gestão do reitor Aloísio Pimenta, fato que colaborou na ruptura que instituiu o curso paralelo. Depois, ocupei-me da importância do curso paralelo no desenvolvimento posterior do curso oficial de ciências sociais da UFMG, mostrando como ele influenciou em diversos aspectos do curso no pós-68. Finalmente, tentei dar uma interpretação destes eventos à luz da teoria dos campos, mostrando como é central a importância dos diferentes *habitus* associados às duas faculdades no entendimento da problemática colocada pelo curso paralelo.

O conflito iniciado por volta de 66 entre paulistas e mineiros teve diferentes repercussões, sendo uma delas a experiência do curso paralelo em '68 na FAFICH. A centralidade de vários pontos defendidos pelos então recém-chegados da FLACSO é até hoje presente no curso de ciências sociais da UFMG, que possui quatro disciplinas metodológicas, além de uma disciplina de Estatística e outra de Demografia. Tal orientação reflete a posição que as ciências sociais mineiras ocupam no cenário brasileiro com relação à metodologia. Este texto teve como objetivo uma reflexão sobre a história das ciências sociais mineiras, tomando um episódio reputado central (o curso paralelo) para entender um pouco mais sobre nosso próprio curso de ciências sociais. Espero ter sido exitoso em meu intuito de contribuir um pouco mais para o conhecimento dessa história institucional que ainda estende seus efeitos sobre nossa própria formação.

Submetido em março de 2008
Aprovado em novembro de 2008



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. (1953), *Anuário da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais 1939-1953*. Belo Horizonte.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. (2001), "A Modernidade Possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais", in Miceli, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. 2ª edição. Ed. Sumaré, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre., CHAMPAGNE, P., LANDAIS, E. (2004), *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Ed. Unesp, São Paulo.
- _____. (1984), *Homo Academicus*. Les editions de Minuit, Paris.
- _____. (1983), "Por Uma Sociologia dos Sociólogos". In: Bourdieu, P. (1983) *Questões de Sociologia*. Marco Zero, Rio de Janeiro.
- BRAGA, Ronald. (2001), *As Reformas Universitárias no Brasil: uma análise crítica, histórico-prospectiva*. Ed. ULBRA, Canoas.
- FORJAZ, M. C. S. (1997), "A Emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12 n.35. São Paulo.
- LABOISSIÈRE, M. (s/d), "A criação da Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte na ótica de seus fundadores" mimeo.
- LIEDKE FILHO, E. D. (2003), "Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas". In: *Sociologias*. Ano 5, No 9. Porto Alegre.
- _____. (2005), "A Sociologia no Brasil: histórias, teorias e desafios". In: *Sociologias*. Ano 7, No 4. Porto Alegre.
- MICELI, Sergio. (org.) (2001), *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. 2ª edição. Ed. Sumaré, São Paulo.
- _____. (1995), *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.2. Ed. Sumaré, São Paulo.
- OLIVEIRA, L.L. (1991), "A Institucionalização do Ensino de Ciências Sociais". In: Bomeny, H. e Birman, P. (orgs.), *As Assim Chamadas Ciências Sociais: formação de cientista social no Brasil*. Relume Dumará, Rio de Janeiro.
- PAIXÃO, A. L. (1991), "Notas Sobre o Ensino de Ciências Sociais na UFMG ontem e hoje". In: Bomeny, H. e Birman, P.(orgs.) (1991) *As Assim Chamadas Ciências Sociais: formação de cientista social no Brasil*. Relume Dumara, Rio de Janeiro.
- TRINDADE, H. (2005a), "Social Sciences in Brazil in perspective: foundation, consolidation and diversification". In: *Social Science Information* (2005); no 44.
- _____. (2005b), "Les Sciences Sociales en Amerique Latine (1930-2003): présentation". In: *Social Science Information* (2005); no 44.
- _____. (org.) (2006), *As Ciências Sociais na América Latina em Perspectiva Comparada (1930-2005)*. Ed. UFRGS, Porto Alegre.

A utopia agrária e democrática de André Rebouças¹

Martha V. Santos Menezes

Recém-graduada em Ciências Sociais/ UFMG

Palavras-chave: Utopia; Estrutura agrária brasileira; Século XIX; Abolicionismo.

Key Words: Utopia; Brazilian agrarian structure; XIX century; abolitionism.

RESUMO: O presente artigo se propõe a analisar o pensamento do engenheiro abolicionista André Rebouças, nos termos de sua percepção sobre a sociedade brasileira em fins do oitocentos e da construção de um ideário atravessado pelo ímpeto de transformar essa realidade. Seja através da atividade de escrita, seja em sua ação no movimento abolicionista, Rebouças buscará chamar atenção para as possibilidades de edificação de uma Nação inclusiva, em que a cidadania e a liberdade fossem estendidas ao conjunto dos sujeitos que a compunham – condições que apenas seriam alcançadas, para o engenheiro, pela via da abolição da escravidão e de uma reforma no sistema de propriedade agrícola.

ABSTRACT: The present article purposes to analyse the thought of the engineer and abolitionist engineer André Rebouças, in the terms of his perception of the Brazilian society in the late XIX century, as well as his construction of a conjunct of ideas marked by the will to transform this reality. Be it through his written activity, or through his action in the abolitionist movement, Rebouças will bring attention to the possibilities of edification of an inclusive nation, in which citizenship and freedom would be extended to the group of individuals who compose it as a whole – conditions that, to the engineer, would be reached only by the way of the abolition of slavery and by a reform in the rural property system.

Introdução

No final do segundo reinado a sociedade brasileira passava por mudanças significativas em sua estrutura social e política. De um lado, assistia a um aumento de sua população urbana – que crescia, ainda que de forma incipiente, em torno de algumas de suas principais cidades, notadamente o Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, no interior do aparato institucional governamental, os partidos tradicionais – Conservador e Liberal – passavam por crises, rupturas e reestruturações; paralelamente e em conexão com essa crise, emergiam grupos e movimentos que passaram a reivindicar reformas e maior abertura do sistema político, cujos critérios de entrada acabavam por limitá-la à elite representada por aqueles partidos². Todos esses processos, essencialmente conectados entre si, acabaram por desencadear as transformações pelas quais passariam as instituições e direcionamentos da política governamental a partir do final da década de 1860 e, principalmente, de 1880. Os antigos consensos em torno das orientações e bases de edificação da nação se colocariam, agora, em disputa cada vez mais acirrada, no contexto mesmo em que o país procurava se consolidar enquanto Estado soberano e moderno. Aqueles grupos e movimentos passaram a questionar a legitimidade dos pilares tradicionais sobre os quais se erguia a sociedade, com reivindicações que, embora não fossem consenso entre os diversos movimentos e variassem de um para o outro, giravam essencialmente em torno da contestação de instituições como o escravismo, o catolicismo como religião oficial, ou a forma monárquica de governo.

Tendo como pano de fundo esse contexto, e partilhando dessa busca de ruptura em relação alguns desses parâmetros tradicionais, notada-

mente o regime de trabalho, o engenheiro André Rebouças erigiu uma interpretação sobre o país e de reestruturação da sociedade que implicavam em uma mudança profunda e radical. Concebendo um projeto de nação que tinha como alicerce a junção entre o fim do monopólio territorial, a abolição da escravidão e a construção de uma ordem efetivamente pública, baseada na associação entre indivíduos autônomos, Rebouças pretendia fundar no país uma sociabilidade pautada por sujeitos independentes, em contraposição à frágil cidadania garantida por um formalismo constitucional vazio de conteúdo. Pretendia, além disso, ampliar essa cidadania aos escravos – sujeitos até então despojados de direitos plenos –, de forma a garantir a liberdade a todos os membros da nação. Para isso, seria essencial dar a essa liberdade uma base material, questão na qual a pequena propriedade teria papel prioritário.

A Democracia Rural e as possibilidades de transformação da Nação

Para Rebouças, o monopólio fundiário era elemento obstrutor da prosperidade e do progresso nacional, na medida em que engendrava uma forma de dominação sobre a população (especialmente no interior do país) que a excluía de quaisquer possibilidades de acesso a cidadania e independência efetivas. Em seu projeto de reforma, o engenheiro antevia um corpo social fundado sobre princípios de ordenação diversos daqueles vigentes sob a direção de uma elite monopolizadora da terra e escravocrata, de maneira que esses novos elementos seriam capazes de transformar as próprias formas de relação dos sujeitos entre si. Essa nova forma de organização teria como fundamento essencial um modo alternativo de distribuição da posse da terra, em que esta era

¹ Esse artigo foi elaborado ao longo da pesquisa "Imaginação de Reforma Agrária, Imaginação de República" realizado no Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória, coordenado pela professora Heloisa Starling. Agradeço a Henrique Rodrigues Estrada pela orientação e pela leitura atenta de diversas versões desse texto. Agradeço também a André Drumont, Antonio Mitre e ao parecerista anônimo pelas sugestões e críticas.

² Para uma análise desses grupos e de suas vias de ação política e intelectual, bem como dos conflitos no interior dos partidos imperiais, ver Ângela Alonso, *Idéias em Movimento*. Na obra, a autora faz uma análise da chamada "geração de 1870", integrada por variados movimentos de contestação à tradição imperial, e que se constituíram em "uma das forças a derrogar as instituições saquaremas montadas nos anos 1840" (ALONSO, p. 336).

concebida como essência mesma da cidadania, ao atuar como base material para a liberdade dos homens. A *Democracia Rural* – nome forjado pelo engenheiro para nomear essa “outra” forma de sociedade – se constituía, portanto, em base de construção de sua própria idéia de Nação.

Esse projeto de Nação se contrapunha, assim, ao diagnóstico do estado de coisas em que se encontrava imerso o Império: para Rebouças, um país atrasado e de infra-estrutura deficitária, incapaz de comunicar adequadamente os diversos pontos do território e inábil em melhorar o bem-estar de uma população degradada pelo isolamento, pela carência de recursos e pela exploração da oligarquia territorial. Para o engenheiro, essa situação evidenciava a miopia da elite dirigente em relação aos problemas nacionais e a má administração de um governo que se sustentava sobre uma estrutura burocrática morosa e ineficiente, mas que insistia em ver no Estado uma espécie de demiurgo da economia nacional – deixando todas as obras necessárias a encargo do governo, ou retardando-as em meio ao emaranhado da burocracia oficial. Ademais, a má distribuição de terras e o regime escravista eram fatores de degradação não apenas para os estratos não-proprietários ou escravos, mas agiam sobre a sociedade como um todo, levando os grandes latifundiários a um parasitismo que repudiava o trabalho e condenando a massa dos indivíduos à falta de instrução e de justa retribuição pelo próprio labor.

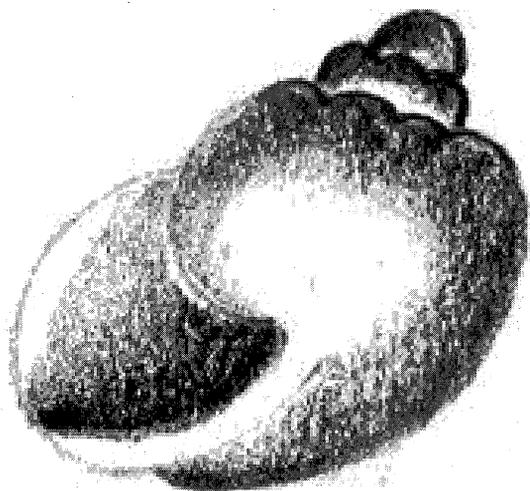
Para que o progresso e o desenvolvimento pudessem agir sobre o corpo social se fazia necessária, portando, a superação desse marasmo e do que ele chamava de governismos – o excesso de formalismo e de controle estatal sobre todas as esferas da vida nacional –, que atrofiavam os sujeitos e podavam a iniciativa individual:

“As instituições democráticas têm sua principal base na iniciativa individual e no espírito de associação; o monopólio governamental é exatamente o principal anta-

gonista desses dois grandes mestres dos povos para o gozo dos direitos e para o cumprimento dos deveres, conexos com as instituições livres. [...] Uma nacionalidade, que encarrega o governo de tudo, desde varrer as ruas até construir e custear as estradas de ferro, dá prova irrecusável de fraqueza e de inépcia; escraviza-se a seus governantes, necessitando deles para tudo, não tendo outro recurso para viver senão mendigar algumas migalhas do enorme, mas sempre mesquinho, banquete do orçamento nacional.” (REBOUÇAS, 1878, p. 15-16)

Era essencial, segundo Rebouças, que se permitisse no Brasil o desenvolvimento da iniciativa individual e do espírito de associação. Fazia-se necessário, então, que o Estado deixasse a cargo de companhias privadas as obras de utilidade pública necessárias ao Império, se encarregando apenas dos incentivos necessários e da fiscalização dessas empresas. Em um país vasto e de grande potencialidade produtora, a iniciativa dessas companhias seria capaz de sanar as grandes carências de um território mal comunicado. As estradas de ferro desempenhavam um papel especial nessas considerações, pois eram capazes de tirar de seu isolamento as várias partes do território, além de ser importante meio de escoamento da produção e de valorização das terras que a margeiam. A essas empresas de utilidade pública, portanto, cabia desobstruir as grandes lacunas e barreiras impostas à modernização do país, por meio de um espírito de associação operoso nos negócios públicos – por isso, a admiração de Rebouças por esse tipo de empresa, e seus esforços por difundi-las no país.

Esse desejo de romper com as práticas arcaicas legadas pela tradição foi alimentado, em grande parte, por sua admiração pela sociedade norte-americana e pelo que chamou de *yankismo*, que entendia ser uma espécie de matriz de sociabilidade lá vigente, caracterizado pelos princí-



pios de livre iniciativa e de associativismo. Embora seu projeto de nação passe por mudanças e deslocamentos, cujos sentidos serão discernidos mais adiante, André Rebouças manteve, ao longo de toda a sua trajetória, a convicção nos princípios do *yankismo* enquanto elementos centrais para a resolução dos problemas nacionais, e a aspiração de fazer emergir no país uma ordem baseada na associação entre indivíduos autônomos.

Do exemplo da "grande República Norte-Americana" Rebouças assimilará também a convicção quanto à força da propaganda. Para o engenheiro, a publicidade funcionaria enquanto forma de orientar e instruir a opinião pública, papel para o qual a imprensa teria lugar essencial, ajudando a clarear os fatos de interesse comum e torna-los discerníveis e passíveis de melhor ponderação, pelo próprio fato de fazê-los manifestos. Esse crédito dado à eficácia da propaganda – e à possibilidade de a verdade ser tornada visível a todos – perpassará toda a sua atuação pública, marcada principalmente pela divulgação e pela imprensa escrita.

Seus artigos, livros e panfletos são exemplos e reflexos de sua confiança quanto aos efeitos da exposição dos fatos às luzes da experiência e da Ciência. A ancoragem científica de seus argumentos se dá não apenas enquanto discurso detentor de autoridade no que tange às necessidades e possibilidades técnicas – onde tinha lugar a engenharia – mas se estendia também ao conhecimento dos elementos sobre os quais se assentam o progresso e a prosperidade da nação – onde ganhava centralidade, por sua vez, a Ciência Econômica e o que ele chamava de Socionomia³. Operando uma dilatação do ofício de engenheiro em direção a um empreendimento de reconstrução do próprio mundo social, Rebouças representa, a seu modo, um imaginário oitocentista que, ao mesmo tempo introduzindo e consolidando as mudanças características de uma modernidade nascente, eleva a Razão ao lugar de autoridade anteriormente ocupado pela Tradição.

Esse recurso à Ciência em sua atuação pública remete a uma forma particular de se apresentar ao mundo dos homens: a ação do *homo faber*⁴. Concebendo o mundo como passível de ser "projetado", o *homo faber* visa dar previsibilidade e estabilidade aos negócios humanos ao lhes garantir um suporte racional, por meio de uma lógica cuja plausibilidade seria atestada pelo conhecimento dos fatos – seja essa lógica o curso da História ou uma das modalidades da Ciência Social então nascente. A ação informada por esse *ethos* não é tomada como um fim em si mesma, mas como um meio para um fim que lhe é externo e mais grandioso: a boa sociedade. A atuação de um homem perante o outro é, assim, perpassada pelo critério de uma utilidade que lhe é superior, e avaliada em função de seu produto – a capacidade de engendrar virtude pública –, cujos parâmetros seriam discerníveis pelo olhar privilegiado do observador-cientista. Encarnando esse intento de engendrar o desenvolvimento nacional por meio

das armas da racionalidade, Rebouças expressa esse impulso do *homo faber* por construir o mundo por meio do cálculo e da demonstração:

"É por isso que todos os que se interessam pela prosperidade do Brasil, nós, engenheiros, na vanguarda, devemos combater incessantemente pela mais completa vitória e incessante prática neste país, dos sãos princípios da Ciência Econômica, da iniciativa individual e do espírito de associação."
(REBOUÇAS, 1874, p. 59)

A importância dada por Rebouças à publicização carrega, por conseguinte, uma ambigüidade. Ao eleger o público como o *locus* de propagação da verdade ou do bem comum, torna esse espaço um meio de se educar as consciências e difundir as bases legadas pela Ciência – lugar de onde fala a razão esclarecida; mas essa modelagem, tomando como ideal o homem de luzes que instrui os demais homens, põe em risco o princípio constitutivo do espaço público – um espaço existente *na* e *pela* interação de sujeitos que, ao expressarem sua condição plural, preservam a isonomia entre si mesmos e aqueles em presença dos quais agem. A inserção da dimensão da fabricação neste espaço traz o risco, assim, de levar a uma refiguração desse mundo e à perda daquela isonomia em benefício de um ponto de vista supostamente mais esclarecido.

Ao mesmo tempo, porém, esse desejo de tornar inteligíveis os mecanismos do social se passa e tem lugar nesse mesmo *público*. Há aí, portanto, uma inflexão através da qual esse modo de agir implica na exposição de si e dos próprios atos à contingência, ao que não está ainda prescrito. O *homo faber* vivenciado por Rebouças porta, dessa forma, uma dupla dimensão; não obstante opere uma alienação da pluralidade na relação entre seus semelhantes – distorcida por sua perspectiva de um mundo organizável por uma racionalidade técnica específica, – ele carrega também a vontade de fundar uma ordem igualitária em oposição às relações de poder que corrompiam e restringiam o espaço dos assuntos públicos.

Esse ímpeto do *homo faber*, que irá subjazer suas ações durante toda a sua vida pública, terá seu tom progressivamente moderado ao longo dela. Particularmente produtiva ao longo das décadas de 1870 e 1880, essa vida pública pode ser dividida em duas fases:⁵ a primeira, ao longo da década de 1870, é caracterizada por seu esforço no sentido de promover as companhias de utilidade pública que considerava tão necessárias à vida nacional, tomando frente na construção de obras como docas, portos e ferrovias, se debatendo constantemente contra a "rotina" e os governismos estatais. A segunda fase é marcada por sua entrada no movimento abolicionista e sua atuação junto a diversas sociedades que visavam implantar reformas sociais no império, como a Confederação Abolicionista e a Sociedade Central de Imigração. Se em 1870 sobressai uma atua-

³ Segundo Santos (1985), o termo se referia ao estudo da ciência social. A explicação é, no entanto, obscura, na medida em que o campo de pesquisa dos fenômenos sociais se achava, em fins do século XIX, ainda com suas fronteiras bastante fluidas – o que torna difícil precisar exatamente as relações de leis ou fenômenos a que Rebouças se referia ao mencionar essa ciência.

⁴ O conceito aqui delineado acerca do *homo faber* foi baseado na formulação de Hannah Arendt (1981).

⁵ Essa interpretação acerca de duas fases distintas no pensamento de Rebouças está em Carvalho (1998).

ção enquanto engenheiro-empresário, ao longo de 1880 prevalecem, cada vez mais, suas atividades na promoção de *meetings*, conferências e encontros daqueles movimentos, aumentando também sua produção na imprensa escrita.

Aquele *ethos* – e a tensão carregada por ele – representará também, em Rebouças, a aspiração por realizar no país as promessas acenadas pelo que parecia a seus olhos ser o curso de uma modernidade universalizável – daí a necessidade e o impulso por uma mudança na direção do rompimento dos antigos laços herdados do mundo “feudal e bárbaro” dos potentados rurais, marcados pela exploração e pela desigualdade nas relações entre os homens. Pois o advento do progresso nacional só seria possível com a fundação de uma ordem baseada na Liberdade – “porque o *Progresso*, já outros disseram antes de nós, é pura e simplesmente, a *Liberdade em ação!*” (REBOUÇAS, 1988, p. 346, grifos do autor).

Seu esforço pela viabilização da *Democracia Rural* se liga a essa percepção e a esse anseio por rompimento em relação às antigas formas de dominação, que em função de uma constituição agrícola inadequada e do sistema escravista mantinha os indivíduos dependentes dos grandes fazendeiros e impossibilitados de ter acesso à terra – base material para que pudessem se constituir sujeitos autônomos. Romper com as teias de relações tradicionais implicava proporcionar aos sujeitos as condições de autonomia e de bem-estar por meio do próprio esforço. Era preciso “dar instrução aos brasileiros para que eles conheçam perfeitamente toda a extensão de seus direitos e de seus deveres; dar-lhes trabalho para que eles possam realmente ser livres e independentes” (REBOUÇAS, 1988, p. 284).

Defensor da centralização agrícola como forma de conciliar produtividade, associativismo e pequena propriedade, na década de 70 o discurso por ele mobilizado parecia entender que a divulgação e a-propaganda destes princípios seriam suficientes para promovê-los no país. Nas palavras do próprio engenheiro,

“Todas as generosas e democráticas aspirações de colonização nacional, de migração, de subdivisão do solo e de emancipação esbarram-se em frente ao absurdo de nossa constituição agrícola.

Para sanar estes gravísimos males a ciência econômica hodierna oferece dois meios: um meio direto e infalível: o imposto territorial, baseado sobre a superfície ocupada; um meio indireto, de efeitos mais lentos, porém mais benéficos:

- a larga aplicação dos novos princípios de centralização agrícola e industrial: engenhos centrais, fazendas centrais e fábricas centrais. [...] [Tais princípios] têm sobre o imposto territorial as grandes vantagens dos meios indiretos sobre os meios coercitivos.” (REBOUÇAS, 1878, p. 10-12.)

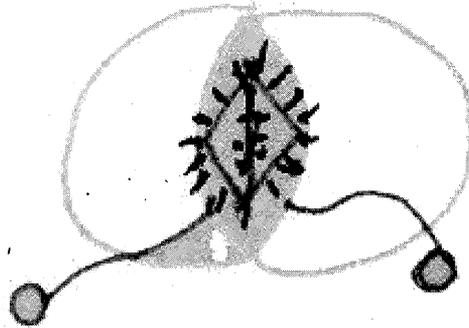
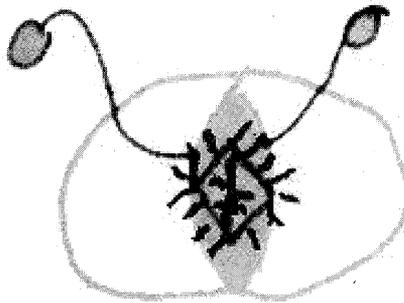
Seu esforço pela centralização agrícola será expresso principalmente em seu livro *Agricultura Nacional — propaganda abolicionista e democrática*⁶, no qual apresentará seus principais argumentos e evidências acerca dos benefícios da centralização e da irracionalidade de uma distribuição agrícola que permitia a concentração de terra em grandes latifúndios monocultores. Para Rebouças a centralização agrícola seria um catalisador das reformas necessárias à construção da Nação, promovendo a subdivisão do solo, a emancipação e a imigração, consistindo em uma alternativa ao estabelecimento de um imposto territorial. A centralização consistiria na divisão da terra em pequenos lotes, de forma que os trabalhadores teriam a oportunidade de laborar em seu próprio terreno, e no estabelecimento de engenhos ou fazendas centrais (conforme o produto cultivado) cuja organização possibilitaria a inauguração de um novo sistema de trabalho e de produção nas lavouras, ao mesmo tempo em que permitiria a continuidade do cultivo de safras de exportação.

Através da centralização, os produtores poderiam vender diretamente sua colheita aos engenhos e fazendas centrais, que dariam ao produto o processamento necessário para as safras destinadas ao mercado interno ou ao estrangeiro. Rebouças recomenda a reunião dos agricultores em associações como forma de incrementar sua produtividade, pois possibilitaria a compra de equipamentos e maquinarias que não seriam acessíveis ao produtor isolado. Mais uma vez, a referência ao regime social norte-americano aparece como exemplo bem-sucedido, através de seu elogio às “granjearias”, companhias de produtores que alargaram suas possibilidades de produção através do associativismo, consistindo portanto em exemplos da eficácia e dos benefícios potenciais que poderiam advir de sua adoção no país.

Sua preferência por esse tipo de empresa rural se devia também à própria forma de suas assembléias, em que as diferentes questões referentes aos associados eram deliberadas em comum. Consistiriam assim em “escolas práticas” de exercício da cidadania; parafraseando Stuart Mill, Rebouças diz que “a discussão e a administração dos interesses coletivos [...] é a grande escola do patriotismo e a fonte dessa inteligência dos negócios públicos que foi sempre o caráter distintivo dos povos livres.” (REBOUÇAS, 1988, p. 274).

Sua leitura dos fatos se sustentava, por essa época, principalmente pela busca da adequação dos princípios científicos à realidade nacional. Seus argumentos se centram, por isso, na demonstração ‘empírica’ da superioridade da centralização agrícola para o desenvolvimento do país e para o bem-estar dos futuros proprietários. Ao modo do *homo faber*, Rebouças prescrevia uma sociedade arquitetada pelo planejamento e pelo método. Em *Agricultura Nacional*, inclusive, o engenheiro apresenta um “Projeto de Lei de Auxílio à Agricultura Nacional” – que embora tenha uma intenção de esboço didático, apresenta o detalhamento dos efeitos esperados de cada um dos artigos que

⁶ Embora date de 1883, o livro reúne artigos publicados na imprensa entre 1873 e 1875.



sugere –, a qual deveria viabilizar, pelo incentivo, o advento dos estabelecimentos centrais.

O recurso recorrente à demonstrabilidade de seus preceitos é, ele mesmo, um instrumento que lhe permite imputar a superioridade de sua finalidade: a “a ação benéfica da propriedade territorial” (REBOUÇAS, 1988, p. 126) a impactar e elevar os indivíduos a uma condição de sujeitos livres. As associações de pequenos agricultores, em conjunção com o sistema de estabelecimentos centrais de cultivo agrícola, consistiriam no principal agente de emancipação dos trabalhadores e colonos imigrantes e em importantes esferas de independência em relação a qualquer forma de dominação:

“Dentro do círculo dos seus direitos, cada cidadão é, deve ser, pela nossa constituição e pelas nossas leis, um Estado; uma companhia, uma associação, soma os círculos dos direitos dos cidadãos, que a compõe; o seu círculo de direito é o círculo máximo, que circunscribe os círculos de todos os seus associados; esse círculo é naturalmente maior e mais forte; e é por isso mesmo que causa assombro, que causa medo, que causa terror aos oligarcas, que querem um povo fraco e subdividido: um povo de carneiros, tosquiável ao seu livre arbítrio, incapaz da menor resistência!” (REBOUÇAS, 1988, p. 346)

A *Democracia Rural* expressa, muito mais do que um mundo planejado, o desejo de um mundo de autonomia pautado pela discussão sobre a propriedade e inserido em um imaginário orientado para a desconstrução das barreiras que, pelo monopólio da terra, obstruíam as possibilidades de uma ordem igualitária. O acesso à propriedade viabiliza as condições para se estabelecer uma coletividade detentora de direitos afirmados e cidadania assegurada:

“Não se pode calcular a influencia, que só esta simples possibilidade terá no de-

envolvimento do bem-estar dos emancipados, dos imigrantes e dos colonos, e conseqüentemente, na riqueza e na prosperidade nacional.

A fazenda central funcionará assim, como um grande e poderoso agente de emancipação, de imigração e de colonização.” (REBOUÇAS, 1988, p. 112, grifos meus).

Ao sustentar um projeto de sociedade arquitetado pela via de certa pedagogia do esclarecimento, Rebouças busca construir um mundo em que os elementos de diferenciação entre os sujeitos sejam decorrência de suas capacidades individuais, e não de quaisquer tipos de obstáculos a podar seus empreendimentos. A superação desses entraves abre as possibilidades em direção a um mundo que “não se pode calcular” – embora seu sentido seja o do desenvolvimento e do avanço, pois que direcionado para uma sociabilidade sem as travas da subordinação.

A própria referência aos dados empíricos perde sua centralidade a partir da década de 1980, embora Rebouças certamente continue a se apoiar na Ciência e a ter nela uma fonte de conhecimento em que se fia constantemente. Durante aquela década, no entanto, os termos de sua defesa da “democratização do solo” e de sua interpretação acerca do atraso nacional sofrem uma guinada em direção à busca de causas mais profundas. A partir de então, o recurso à história ganha privilégio – embora, como dito, não desapareça o recurso à empiricidade – e sua crítica ao latifúndio e à escravidão se enraíza.

Se na década de 1870 já identifica na oligarquia rural um agente do retrocesso, Rebouças atribuía essa condição ao próprio anacronismo da condição nacional: a morosidade, a rotina e o marasmo residiam, em última instância, na falta de espírito de iniciativa, e que seria superado por meio do estímulo e do incentivo a este, especialmente pela via das associações. Como visto, o próprio imposto territorial era colocado enquanto recurso possível de ser evitado, se os fazendeiros fossem capazes

de iniciativas para promover as reformas demandadas pela estrutura deficitária do país.

Ao longo da década de 1880, no entanto, desaparecem quaisquer expectativas de possibilidade de que os próprios senhores de terra pudessem tomar a direção daquelas reformas. Pelo contrário, eles são agora retratados como elemento corruptor da vida nacional. No panfleto da Confederação Abolicionista, escrito juntamente com José do Patrocínio, Rebouças expressa:

"Todos os males públicos e privados, que afligem este império, todas as misérias políticas e particulares da família brasileira provem da ação combinada, durante três séculos, desses dois grandes corruptores, que se denominam escravismo (sic) e monopólio territorial. [...]"

O Fazendeiro ou senhor de engenho, despota e tirano, quer o isolamento, a solidão, o deserto, para poder exercer [ilegível] contra os agregados e contra os míseros imigrantes, que tem a simplicidade de confiar em suas promessas [...]" (REBOUÇAS, 1883, parte XIII)

A escravidão e o latifúndio são, portanto, a raiz do anacronismo em que se via imerso o corpo social, bem como das relações de sujeição a que eram compelidos os indivíduos. Engajando-se no movimento abolicionista, Rebouças elegerá como bandeira a extinção desses dois elementos obstrutores, e afirmará a necessidade da complementaridade entre as duas obras da abolição – a cessação da exploração torpe de um homem pelo outro, e o estabelecimento da pequena propriedade, enquanto forma de assegurar a obra primária da libertação. Promover a subdivisão das terras era questão essencial, e a percepção do alcance dos males sociais causados pela monopolização das terras e por seus agentes leva Rebouças, agora, a reconhecer no imposto territorial o meio mais viável de se realizar essa tarefa.

A elite agrária é retratada por Rebouças como uma classe de parasitas, que através do poderio

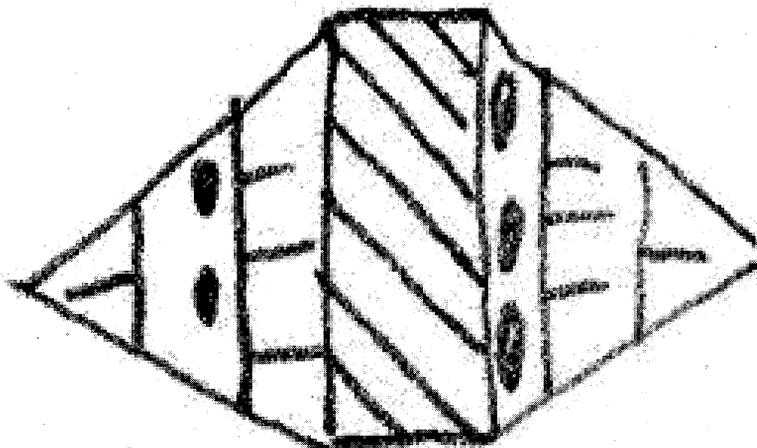
territorial instituiu a exploração e deflagrou uma série de vícios dela decorrentes. A "aristocracia bastarda" estabelecida no Brasil é atrasada e torpe, mas não menos retrógrada do que a europeia, militarista e teocrática, e igualmente condenável por manter a terra nas mãos de um grupo seletivo. Para Rebouças, se "o problema da terra está errado, tudo está errado: errado desde a base, desde o fundamento, desde os alicerces" (REBOUÇAS, 1890, p. 125). O parasitismo da elite corrrompe todo o corpo social ao estabelecer uma atitude privatista, incapaz de conceber um mundo comum entre os homens e de reconhecer a dignidade do trabalho, incitando assim a preguiça e a exploração de seus semelhantes.

A viabilização da *Democracia Rural* exige que a sociedade se organize segundo uma concepção inteiramente nova em relação à estrutura vigente:

"O que a DEMOCRACIA RURAL quer, é que cada um seja livre de adquirir a porção de terra, necessária à sua subsistência, ao progresso do bem-estar da sua família."

O que ela condena é o latifúndio imenso, enorme; sem proporção alguma com as forças produtivas do monopolizador: é o deserto ao lado das capitais, como o Rio de Janeiro; é a esterilização a ferro e fogo; é a cultura irracional e extensiva; é a terra reduzida a poço de mineração; é o homem rebaixado em besta de carga; em "braços para a lavoura", como cinicamente dizem os escravocratas deste Império..." (REBOUÇAS, 1888d)

As bases da organização fundiária devem ter como fim o emprego da terra enquanto elemento promotor da liberdade e da autonomia, e não da exploração – portanto, sua renda e sua produção devem se destinar ao lavrador-proprietário, de forma a garantir que aquele que nela laborou obtenha os frutos de seu esforço. O trabalho se configura valor-guia essencial da nova sociedade imaginada por Rebouças – não só no nível indivi-



7 Segundo Carvalho (1998), os termos dessa visão sobre a propriedade agrícola enquanto forma de autonomia dos sujeitos são feitas nos termos de uma concepção republicana sobre a liberdade, formuladas pela tradição anglo-saxã ou neo-romana. Ver Carvalho, op. cit. Para uma reflexão mais ampla sobre essa corrente, ver SKINNER, Quentin. *Liberdade Antes do Liberalismo*.

dual, ao permitir que a terra se torne garantia da independência dos homens⁸, mas também no plano nacional, ao permitir a superação do marasmo, engendrar um espírito de operosidade no plano coletivo e contribuir para uma sociabilidade pautada pela cooperação entre os sujeitos.

Utopia agrária e utopia democrática

A idéia de *Democracia Rural* opera, assim, uma crítica à realidade social e um questionamento à sua estrutura, ao mesmo tempo em que constitui a visão de um mundo novo e o desejo de instauração de novas formas de relacionamento entre os indivíduos – relações livres de qualquer laço de dependência e construídas a partir de um distanciamento da velha ordem. Sua perspectiva, nessa medida, não pode ser reduzida a uma espécie de aspiração elevada (mas infactível). Ao conter em si um impulso por emancipação e perseguir os horizontes abertos pela ruptura de um regime social informado pela desigualdade, incorpora questões que podem, como possibilidade interpretativa, ser lidas sob a chave da *utopia*.

Pensar a *Democracia Rural* como uma utopia significa resgatá-la enquanto crítica e enquanto construção ativa e reflexiva sobre seu próprio tempo, sem obscurecer o lugar de onde o próprio autor nos interpela – o do *homo faber* em busca das possibilidades da modernidade – e permite, por isso mesmo, revelar certas tensões contidas no próprio pensamento de André Rebouças, em que esse *homo faber* é atravessado por uma face heróica e se sujeita a um mundo indeterminado. Significa, por isso, retomar a dimensão da emancipação pela via do apelo a um “querer não resignado” – descobrindo, assim, o radicalismo contido em um pensamento que ousou projetar a idéia de um país agrariamente reformado, e fez dessa idéia uma incitação à ação, em um Império onde as leis eram “feitas por Landlords; por monopolizadores da terra, por seus clientes e por seus aderentes” (REBOUÇAS, 1888e).

A *Democracia Rural* faz entrever um eixo utópico articulado em dois termos: de um lado, o desejo de construir uma sociedade democrática, e o sentido que Rebouças dava a isso – os termos, portanto, do que se pode chamar de uma “utopia democrática”; de outro, a reorganização do mundo rural e da própria sociedade – nos termos de uma “utopia agrária”, inserida, não sem ambigüidades, em uma contemporaneidade imersa em um processo de crescente industrialização, e de valorização desse processo enquanto rota para o desenvolvimento. Essa utopia agrária é, nessa medida, atravessada por uma tensão para a qual ela pretende ser, ao mesmo tempo, uma tentativa de resolução.

A figura do “fazendeiro-cidadão”, elemento da *Democracia Rural*, não é mais o camponês virtuoso ecoado pelos mitos greco-romanos ou que atravessa pensamentos modernos como o de Rousseau e o dos “pais fundadores” norte-

americanos. Ao contrário destes, o lavrador-proprietário imaginado por André Rebouças não é ameaçado pelo perigo do “afã para o excedente” e da produtividade enquanto corruptores da auto-suficiência.⁸ Para Rebouças, a busca pelo “mais-do-que-necessário” se faz danosa quando conjugada pelo parasitismo e pela exploração – ou seja, quando um homem trabalha e outro frui. O campo, se continua a ser o lugar da auto-suficiência, é imaginado por Rebouças no horizonte de uma modernidade em construção, em um tempo acelerado onde o progresso é a mola propulsora rumo ao desenvolvimento, e o pequeno proprietário é um homem inserido nesse mundo e nesse tempo. E, principalmente, inscrito em um país de pauta econômica agrário-exportadora e aos imperativos decorrentes disso – a centralização agrícola defendida por ele visa, justamente, permitir “a possibilidade de uma exploração lucrativa e progressiva ao lado da subdivisão da propriedade territorial” (REBOUÇAS, 1988, p. 65, grifos do autor). A *Democracia Rural* é a via nacional de adentrar a modernidade, além de resolver, tomando o trabalho enquanto valor fundamental, tanto o problema da emancipação social quanto o da aparente contradição com a produtividade.

O que se pode ler como uma “utopia democrática” diz respeito, em primeiro lugar, à ampliação do acesso à terra e à cidadania, pela concessão de direitos efetivos aos negros e às populações que até então viviam sob o patriarcado dos grandes senhores. Rebouças, contudo, não associava a noção de *Democracia* a uma eletividade necessária do chefe de governo. Para ele, a *Democracia* não era uma forma específica de se exercer o poder, mas antes um ‘modo de sociedade’ que implicaria em uma ordem pública, onde os sujeitos fossem livres e iguais. *Democracia* e *Monarquia* não são, portanto, opostos – e podem ser, eventualmente, complementares. No contexto nacional, onde o parlamento é dominado por uma oligarquia refratária a qualquer possibilidade de reformas, Rebouças se volta cada vez mais para o Imperador, vendo nele uma força capaz de exercer a racionalidade legislativa que viabilizaria as reformas necessárias ao país.

André Rebouças passa, ao longo da década de 80, de uma visão que condenava quaisquer tipos de “governismos” para uma posição mais moderada, atenta à situação nacional, e a uma percepção de que o espírito de *yankismo* no Brasil poderia emergir pela liderança do Monarca. Isso não implica, contudo, em uma posição – como a de Joaquim Nabuco – de elogio à superioridade das instituições monárquicas, mas de uma convicção (que se traduziu em lealdade pessoal) na capacidade de dom Pedro II em conter os ânimos privatistas que dominavam a Assembléia. Para Rebouças, “o grande, o perpétuo inimigo da *Democracia* é a *Aristocracia Territorial*” (REBOUÇAS, 1888c), e a ausência de reformas destinadas a eliminar as fontes de sua dominação tornariam qualquer forma de governo um instrumento para que as elites perpetuassem seu poder:

⁸ Sobre a ligação entre fazendeiro e cidadão ecoada pelas utopias agrárias “clássicas” – modernas e da antiguidade – ver Araújo (2008).

"O ideal aristocrático é o Estado, o Governo, a Autoridade Constituída — Rei ou Presidente da República — servindo de fecho à enorme abóbada, cujas aduelas são os monopólios e os privilégios teocráticos, oligárquicos e aristocráticos, cujos pegões são formados pelos miseráveis, pela plebe, pelos proletários, argamassados na escravidão, na servidão da gleba, no salariato forçado, e nos inúmeras sistemas de exploração do homem pelo homem." (REBOUÇAS, 1889)

Se ganha centralidade a figura de um Legislador capaz de conduzir, em certa medida, os rumos da mudança, Rebouças continua a reafirmar qualquer tipo de tutela estatal. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho, Rebouças parecia conceber uma espécie de articulação entre poder moderador e autonomia municipal, possivelmente para não tornar as localidades dependentes do poder central, como sempre condenou. Ademais, o Legislador que desejasse engendrar uma sociedade verdadeiramente democrática não poderia pretender dar a ela um conteúdo fechado e substantivo, mas apenas os princípios que viabilizassem esse estado social:

"Não se pode legislar senão em Direito, em Justiça, em Equidade; quando o legislador sai destes limites e quer decretar a Virtude e Moral, só consegue formar hipócritas e descer ele mesmo até os horrores e atrocidades dos Inquisidores e de todos os teocratas, que recorreram à violência e à força bruta." (REBOUÇAS, 1890, p. 126)

E a realização dos dois termos dessa utopia, a concretização de uma Democracia Rural, parecia mais próxima depois da Abolição, quando Rebouças e outros membros do movimento abolicionista continuaram a laborar em prol do que consideravam o complemento indispensável à libertação dos escravos. A proximidade de Rebouças com Pedro II fez, inclusive, com que este o encarregasse pessoalmente de levantar os elementos necessários a um cadastro nacional, essencial para o estabelecimento do Imposto Territorial e de uma Lei Agrária que subdividisse a propriedade.

A distopia republicana

Se a Democracia consistia em um 'modo de sociedade', para Rebouças a República era um mero arcabouço institucional, que cada vez mais acenava como uma reação de escravocratas descontentes, especialmente a partir da Abolição. Segundo o engenheiro, "não havia a 13 de Maio de 1888 um só republicano no Parlamento. Hoje raro é o Distrito Agrícola que não se prepara para mandar um 'vingador', 'um indenizador'." (REBOUÇAS apud VERISSIMO, 1939, p. 210). O movimento republicano brasileiro nada tinha em comum com

as "cintilações históricas da palavra REPÚBLICA", representando um apelo falaz que nada tinha em comum com as grandes Repúblicas:

"Republica de surradores, de esquartejadores e de assassinos; tão longe das repúblicas de Turgot, de Voltaire e de Condorcet; tão diversa da republica internacional e cosmopolita de Benjamin Franklin, de Washington e de Abraham Lincoln..."

Republica de escravocratas, a encher de pasmo e de horror aos Republicanos abolicionistas, franceses e mineiros de 1789; pernambucanos de 1817; aos [?], aos Lamartines, aos Victor Hugos, republicanos abolicionistas de 18[4]8..." (REBOUÇAS, 1888b)

O "republicanismo", como Rebouças qualificou o republicanismo oportunista daqueles fazendeiros, passou a encarnar para ele as forças contrárias a qualquer mudança, consistindo em um "fantasma" que "serve de arma à oligarquia negreira desde a fundação deste império." (REBOUÇAS, 1888a). Para Rebouças, tratava-se da recorrência de um reacionarismo que se ligava ao próprio predatismo da elite oligárquica, para a qual apenas importava conservar seu predomínio.

A oposição a qualquer possibilidade de mudança representava a ação de uma tradição oligárquica, centrada continuamente na preservação de um *status quo* baseado no monopólio territorial e na exploração, e que havia prevalecido sobre as tentativas de fundar no país qualquer transformação naqueles pilares. A tradição brasileira, contudo, não se resumia à aristocracia, e para Rebouças haveria uma outra tradição, igualmente presente, embora de forma submersa – uma espécie de tradição emancipacionista, desde os primeiros momentos da nação, e mesmo antes destes: "O Patriarca da Independência, o imortal José Bonifácio – era radicalmente abolicionista; já antes dele eram abolicionistas os Republicanos da Inconfidência de Minas de 1789 e os de 1817 em Pernambuco" (REBOUÇAS, 1888b). Essa tradição, contudo, teve seus meios de ação bloqueados, desde sempre, por uma "oligarquia que, ainda no berço, avassalou este Império" (REBOUÇAS, 1877).

Depois da Proclamação da República, escrevendo de seu exílio a Joaquim Nabuco⁹, Rebouças parecia traçar a genealogia daquela tradição:

"São passados seis anos e já é possível ver os traços gerais da História — vêm os grandes operários, propagandistas uns, colaboradores outros de D. Pedro II. Nos primeiros tempos José Bonifácio e o Velho Rebouças; na extinção do tráfico o hercúleo Euzébio de Queiroz; no período final, Paranhos, visconde do Rio-Branco e o Velho Nabuco; os homens de 28 de Setembro de 1871 a terminar nos iniciadores de 13 de Maio de 1888. É aí que temos lugar, meu

⁹ Carta a Nabuco de 9 de Maio de 1894.

Nabuco. Lugar modestíssimo; somente grande pela sinceridade; pela prova posterior.” (REBOUÇAS, 1938, p. 412)

Rememorando novamente esses episódios, dos quais via a si e ao amigo como legatários, Rebouças parece querer tornar manifesta uma tra-

dição ameaçada novamente pela obscuridade. A Abolição – e a obra que lhe completaria, a Democracia Rural, –, que se colocava para Rebouças, até a Proclamação, como uma utopia que ainda não tinha lugar, parecia agora retornar à clandestinidade, a um não-lugar oculto e submerso da história nacional.

Submetido em setembro de 2008
Aprovado em novembro de 2008

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABENSOUR, Miguel. (1990), *O novo espírito utópico*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- ALONSO, Ângela, (2002), *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- ARAÚJO, Cícero. (2008), "Tensões da utopia agrária: o rústico, o civilizado e o cidadão" in STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (orgs). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- ARENDT, Hannah. (1981), *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria: Salamandra.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1998), *O Quinto Século – André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan IUPERJ-UCAM.
- REBOUÇAS, André. (1938). *Diário e Notas autobiográficas*. Texto escolhido e anotações por Ana Flora e Inácio José Veríssimo. Rio de Janeiro: coleção documentos brasileiros, 12.
- REBOUÇAS, André. (1988a), *Agricultura nacional, estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana.
- SANTOS, Sydney M. G. dos. (1985), *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro.
- TRINDADE, Alexandre D. (2004), *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social*. Tese de Doutorado, UNICAMP, disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000340396>>
- VERISSIMO, Inácio José. (1939), *André Rebouças Através de sua Autobiografia*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Obras de André Rebouças consultadas no acervo da Biblioteca Nacional – Setor de Obras Raras:
- REBOUÇAS, André. (1874), *Garantia de Juros* - estudos para sua aplicação às empresas de utilidade pública no Brasil, pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- REBOUÇAS, André. (1877), *A sêcca nas províncias do Norte*. Propaganda: no Jornal do Commercio, no Instituto Polytechnico, na Associação Brasileira de Acclimação e na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos.
- REBOUÇAS, André. (1878), *Ao Itatiaya*. Rio de Janeiro: Typographia e livraria de Lombaerts & Comp.
- REBOUÇAS, André. (1883), *Confederação Abolicionista — Abolição imediata e sem indenização*. Pamphleto nº1. Rio de Janeiro: Typ. Central de Evaristo R. da Costa.
- Obras de André Rebouças Consultadas no Setor de Periódicos da Biblioteca Nacional:
- REBOUÇAS, André. (1888a), "Republicuistas I", *Cidade do Rio* nº 133, 16 de Junho de 1888.
- REBOUÇAS, André. (1888b), "Republicuistas II", *Cidade do Rio* nº 135, 19 de Junho de 1888.
- REBOUÇAS, André. (1888c), "Republicuistas VI", *Cidade do Rio* nº 139, 23 de Junho de 1888.
- REBOUÇAS, André. (1888d), "Pequena Propriedade", *Cidade do Rio* nº 154, 12 de Julho de 1888.
- REBOUÇAS, André. (1888e), "Abolição da Miséria", *Revista de Engenharia* nº 198, 28 de Novembro de 1888.
- REBOUÇAS, André. (1889), "Elementos para o Cadastro Nacional", *Revista de Engenharia* nº 205, 14 de março de 1889.
- REBOUÇAS, André. (1890), "Renda da Terra", *Revista de Engenharia* nº 235, 14 de junho de 1890.

Estado de exceção, vida nua e campo: A concepção agambeniana de modernidade. Uma interpretação.

**Hélio Santos
Menezes Neto**

Bacharelado em
Relações Internacionais/USP

Palavras-chave:
Giorgio Agamben;
Estado de Exceção;
Vida Nua; Campo;
Modernidade.

Key Words:
Giorgio Agamben;
State of Exception;
Bare Life; Camp;
Modernity.

RESUMO: No marco da série *Homo Sacer*, de autoria do filósofo Giorgio Agamben, e nas sendas da leitura do pensamento político contemporâneo por ele perpetrada, o objetivo deste artigo é, a partir dos conceitos de *Estado de Exceção*, *Vida Nua* e *Campo*, introduzir a discussão referente ao diagnóstico e à concepção mesma de modernidade presente no projeto intelectual agambeniano.

ABSTRACT: Within the frame of the *Homo Sacer* series, by philosopher Giorgio Agamben, and through the paths of his interpretation of contemporary political thought, this article aims to introduce a discussion concerning the diagnosis and the conception of modernity present in this author's intellectual project which derives from the concepts of *State of Exception*, *Bare Life* and *Camp*.

1. Introdução

"A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral"
Walter Benjamin.

A intrigante assertiva que enceta este ensaio serve como seu ponto de partida ao exame que se propõe realizar. Assim, é a partir da oitava tese benjaminiana sobre o conceito de história que pretendo introduzir a discussão referente ao diagnóstico e à concepção mesma de modernidade presente no projeto intelectual de Giorgio Agamben. Devido ao seu alto grau de complexidade, e também pelo seu caráter ainda incompleto e lacunar (além da dimensão forçosamente breve desse ensaio), não nos será possível elucidar tal projeto em sua totalidade nem tampouco percorrer todos os seus campos de interesse e pesquisa.

Desse modo, essa investigação centra-se, sobretudo – ainda que não unicamente – sobre o fundamento e os desdobramentos da modernidade político-jurídica postos em relevo na série que tem por título geral *Homo Sacer* – o primeiro volume, publicado em 1995 e intitulado *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*, seguido por *Estado de Exceção (II)*, de 2003, e por *Quel che resta de Auschwitz. L'Archivio e il testimone (III)*, de 1998. Nas sendas de Michel Foucault, e no intuito de alargar o conjunto de sua obra, Agamben concebe esta trilogia percorrendo por dois territórios centrais e curiosamente pouco investigados pelo intelectual francês – a teologia e o direito. A sua íntima interseção é revelada, assim (e na contramão da tradicional interpretação encomiástica da modernidade como crescente racionalização e autonomização das esferas sociais), na retomada do conceito de *homo sacer*, que tem seu significado ampliado a partir da operação perpetrada por Agamben de sua identificação com múltiplas categorias que hoje povoam o cenário jurídico-político da modernidade.

O *homo sacer*, essa figura do direito romano arcaico para designar alguém que, ainda que julgado e condenado, não pode ser sacrificado e cujo assassinato não constitui homicídio, é então revisto por Agamben como emblema do mecanismo no qual a vida humana somente encontra a sua inclusão no ordenamento sob a forma de sua exclusão. Essa antiga concepção do termo *sacer* (cujo significado imediatamente religioso transfigura-se claramente numa dimensão também jurídica), fundamentada numa vida que “se situa no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacrificabilidade, fora tanto do direito humano quanto daquele divino” (AGAMBEN, 2002a, p. 81), oferece assim as pistas de investigação de uma figura do sagrado além ou aquém do religioso que, no fundo, “constitui o primeiro paradigma do espaço político do Ocidente” (ibid., p. 16). Essa absoluta indeterminação do lugar do *homo sacer*, ao mesmo tempo dentro e fora (aliás, dentro *porque* fora) do sistema jurídico-político, ser desprovido de toda vida humana qualificada e resumido em seu caráter de ser vivente, vida natural que é puro *zoé*¹, põe em relevo a tese foucaultiana de que “o homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente” (ibid., p. 11), abrindo espaço para (e, ao mesmo tempo, sendo resultado) as mais sofisticadas técnicas políticas de animalização do homem e transformação da política em *biopolítica*. A vida biológica como tal começa, então, a ocupar progressivamente o cerne da cena política do moderno, sendo cada vez mais incluída nos mecanismos e cálculos do poder soberano.

A politização dessa *vida nua*, em Foucault entendida como “limiar da modernidade biológica”, o evento decisivo da modernidade, está entretanto, para Agamben, na base mesma do poder soberano. Aquilo que Agamben entende por *vida nua* “é uma produção específica do poder, e não um dado natural” (AGAMBEN, 2006), uma vez que não existe um Homem como tal desprovido

¹ *Zoé* e *bíos* são os dois termos, semântica e morfológicamente distintos, que os gregos usavam para se referir ao que usualmente entendemos por vida. Nesse sentido, *zoé* se refere ao simples fato de viver comum a todos os viventes, e *bíos*, à forma ou maneira de viver própria a um indivíduo ou a um grupo.

em sua totalidade de linguagem ou cultura, que seja pura vida pulsante, puro aglomerado biológico de órgãos e tecidos. É desse modo que Agamben pode afirmar que a politização da vida nua, ou seja, sua inserção como objeto central do domínio do público, sua transformação em “forma de vida dominante”, configura-se como uma antiqüíssima articulação que, na modernidade, alcança seu paroxismo no momento em que o estado de exceção vira regra. A generalização progressiva do estado de exceção, “essa terra de ninguém entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida” (AGAMBEN, 2004, p. 12), que dá às medidas excepcionais – ou seja, àquilo que não pode ter forma legal – a aparência de legalidade, tem se constituído na modernidade uma técnica de governo essencial, inclusive nos Estados ditos democráticos. O estado de exceção é, por princípio, a suspensão da legalidade, ainda que nela previsto – e aí se situa o seu paradoxo fundamental e originário. A mutação de seu caráter provisório para o de sua criação e recriação voluntária, no sentido de fundação de um estado de emergência permanente, está na base da investigação da tendência contemporânea em criar circunstâncias nas quais se torna impossível a distinção entre situações de guerra ou de paz. A partir daí, o estado de exceção apresenta-se, diz-nos Agamben (2004, p. 13), “como um pátio de indeterminação entre democracia e absolutismo”. É desse ponto de vista que podemos perceber o significado imediatamente biopolítico e marcadamente inserido na lógica da *relação de exceção*² das políticas praticadas pelos EUA a partir, principalmente, do *Patriotic Act* de outubro de 2001 – e suas possíveis aproximações com o que Hannah Arendt já alertava sobre persistências de práticas totalitárias e proto-totalitárias

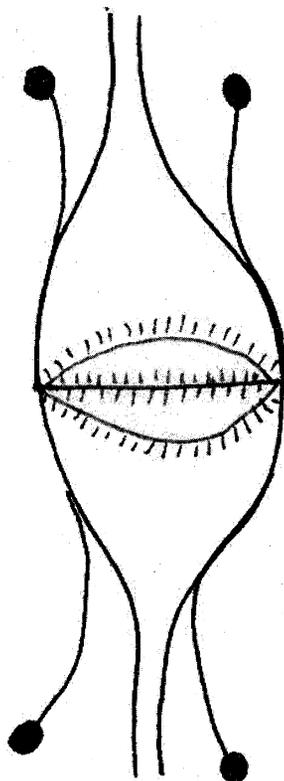
nas democracias contemporâneas.

Quando, na contemporaneidade, procurou-se “dar uma localização visível permanente a este ilocalizável [o estado de exceção], o resultado foi o campo de concentração” (AGAMBEN, 2002a, p. 27). É o campo, portanto, e não o cárcere, tal como havia proposto Foucault, a estrutura originária do *nómos*. É o *campo*, portanto, ao lado do *estado de exceção* como *paradigma de governo*, e entendido como “espaço absoluto de exceção (...), no qual o nexa entre localização e ordenamento é definitivamente rompido” (ibid.), o verdadeiro *paradigma biopolítico do moderno*.

A modernidade, portanto, é vista por essa ótica na qual *vida nua*, *estado de exceção* e *campo* se articulam como seus verdadeiros e fundamentais paradigmas.

2. Estado de Exceção, Vida Nua e Campo como paradigmas da modernidade

“Racionalização”, “desencantamento” e “modernidade” – pode-se dizer, grosso modo, que é na articulação dessa tríade que Weber visualizava a especificidade do nosso tempo, a sua marca característica fundamental. Se Weber não foi o teórico necessariamente fundador do problema da modernidade, ele talvez tenha sido quem melhor demonstrou a íntima e mútua relação entre os três supracitados termos. “O destino de nossos tempos”, dizia-nos, em *Ciência como vocação*, “é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo desencantamento do mundo. Precisamente, os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública, seja para o reino transcendental da vida mística, seja para



² Por relação de exceção, Agamben (2002a, p. 26) entende “esta forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão”, uma vez que “não é a exceção que se subtrai à regra, mas a regra que, suspendendo-se, dá lugar à exceção e somente deste modo se constitui como regra, mantendo-se em relação com aquela”.

a fraternidade das relações humanas e pessoais" (WEBER, 2002, p. 182). Cristalizava-se aí a marca dominante no decurso filosófico ocidental a respeito daquilo que se entende por modernidade, cujos desdobramentos ecoam fortemente até hoje.

O Estado moderno, "técnico" e burocrático, opera, assim, um tipo de dominação cuja legitimidade repousa em sua característica necessariamente *legal*, dando à modernidade política a identidade de um "conjunto de indivíduos aos quais se reconhece, não pelos governantes mas pela Lei, o título de cidadão" (MATOS, 2003). No bojo do dito *desencantamento do mundo* operado pela/modernidade, de perda das referências mítico-religiosas, cada esfera da vida social reivindica para si a possibilidade de auto-desenvolvimento, podendo prescindir das explicações fundamentadas por mitos socialmente partilhados. Cada esfera ganha, assim, legalidade própria, construindo-se de acordo com suas próprias leis. A cultura moderna é, então, aquela que tem por "característica axial [a] secularização, o racionalismo, a ciência, em suma, a separação entre o teológico e o político" (ibid.).

Ora, a pesquisa agambeniana acerca da construção do conceito de soberania vai justamente por em xeque toda essa vasta tradição interpretativa da modernidade. Claro está que a tríade "razão", "desencantamento" e "modernidade" já vem sendo questionada, pelo menos de modo sistemático desde a *Dialética do Esclarecimento*, quanto à sua necessária vinculação. Já prognosticava Horkheimer *apud* Chauí (1981) que, "se quisermos verdadeiramente emancipar o homem do medo e da dor, então a denúncia do que hoje se chama razão e ciência é o melhor serviço que a razão pode prestar". Agamben, em suas investigações sobre a "arqueologia do direito" e, mais especificamente, as origens do moderno conceito de estado de exceção vai, por seu turno, aprofundar não necessariamente a crítica racional à Razão (embora também, a seu modo, o faça) mas, antes, desmitificar a noção de modernidade como crescente e absoluta dessacralização e autonomização das esferas sociais.

2.1 O Estado de Exceção como paradigma de governo

Partindo da idéia esboçada por Carl Schmitt em *Teologia Política* de que "todos os conceitos mais fortes da moderna doutrina do Estado são conceitos teológicos secularizados", Agamben propõe uma nova teoria do Estado que leve em conta a íntima e complexa relação entre Direito e Teologia. Trata-se não só de demonstrar, tal como encetado por Schmitt, da clara hereditariedade da noção teológica de "deus onipotente" na noção jurídica de "legislador onipotente", ou, ainda, que o conceito jurídico de soberania encontra seu análogo na unicidade e transcendência de Deus, mas, antes, explanar que "o campo da *práxis* social na modernidade, longe de ser um campo marcado

pelo desencantamento, é espaço próprio a construções teológico-políticas" (SAFATLE, 2007). A figura do *homo sacer*, retomada por Agamben, ilustra com clareza esse cruzamento entre as esferas jurídica e teológica, abrindo caminho para a investigação de um paradoxo da modernidade: o mesmo movimento que elege o indivíduo, sua vida e liberdade, como valores maiores e elementos que devem ser protegidos pelo poder soberano, o entrega ao poder ilimitado do Estado. Se já dizia-nos Foucault, ao término de *A vontade de saber*, que "por longo tempo um dos privilégios característicos do poder soberano foi o direito de vida e de morte", é na junção com o paradoxo da soberania de que "o soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico", evidenciado por Schmitt em *Teologia Política*, que Agamben concebe a idéia da exceção como a estrutura mesma da soberania. Daí que esta não seja nem uma categoria exclusivamente jurídica, nem um conceito exclusivamente político: "ela é a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão". O Estado tem direito de vida – isto é, de morte – sobre os cidadãos, e é na exata medida em que garante aquela que designa esta.

O estado de exceção, cujas origens podem ser remontadas à Antiguidade Clássica, tem de fato seu primeiro aparecimento no decurso da Revolução Francesa. Daí, a inscrição no texto constitucional da idéia de sua própria suspensão não vai parar de ecoar nas mais diversas constituições ocidentais. É assim que se introduz a idéia de que a suspensão da norma não significa a sua abolição. Não se trata de um direito especial, como o direito da guerra, nem de uma ditadura, mas sim a suspensão da própria ordem jurídica, criando um espaço anômico que não é destituído de relação com a ordem jurídica, e no qual vigora uma força de lei sem lei. Trata-se de um não-lugar no qual os atos ali cometidos situam-se numa completa indefinibilidade.

Uma de suas características fundamentais reside na provisória indistinção entre poderes executivo, legislativo e judiciário, denotando a caducidade do próprio princípio democrático da divisão dos três poderes. Os constantes e cada vez mais plurais casos de sujeição do poder legislativo ao poder executivo nas democracias contemporâneas operam a transformação da República moderna, em sentido técnico, de *parlamentar* para *governamental*, mostrando sua tendência a transformar-se em prática duradoura. O caso sem dúvida mais flagrante de tal pendor está na promulgação da *military order* pelo presidente estadunidense George W. Bush, em novembro de 2001, no bojo da *war on terrorism*. O grande paradoxo dessa política do medo e do pretense combate ao terror é que, "exatamente no momento em que gostaria de dar lições de democracia a culturas e tradições diferentes, a cultura política do ocidente não se dá conta de haver perdido por inteiro os princípios que a fundam" (ibid., p. 33).

Assim, ao tornar-se regra (como no caso extremo do nacional-socialismo), o estado de exce-

ção deixa de ser aludido a uma situação provisória de perigo, seja este factício ou fictício, e tende a confundir-se com a própria norma. Nesta zona de anomia, o que se coloca em relevo é o nexos, o qual Benjamin expôs sem reservas, que une violência e direito – “em última análise, o estatuto da violência como código da ação humana” (ibid., p. 92). Assim, Agamben (2002a, p. 112) reivindica uma releitura das teorias contratualistas e do mito de fundação da cidade moderna, colocando em evidência que o estado de natureza hobbesiano não se trata de uma condição pré-jurídica “totalmente indiferente ao direito da cidade, mas a exceção e o limiar que o constitui e o habita”. Trata-se, assim, de um estado de exceção no qual a Natureza mesma apresenta-se como *nómos*, e o ato político originário não se confunde com um contrato que demarcaria a passagem da Natureza ao Estado, mas situa-se, antes, na zona de indiscernibilidade entre os dois. “Este mal-entendido do mitologema hobbesiano”, diz-nos Agamben (ibid., p. 116), “(...) tornou-a [a democracia] constitutivamente incapaz de pensar, na modernidade, uma política não-estatal”. Essa violência constitutiva do Estado *porque* vinculada ao direito (e não como categoria de um fictício estado de natureza pré-estatal), encontra sua mais acabada representação na “estrutura dupla, formada por dois elementos heterogêneos e, no entanto coordenados” do sistema jurídico do Ocidente, a dizer: de um lado, um elemento normativo e jurídico e, de outro, um elemento anômico e metajurídico, singularizados no empréstimo de um caráter permanente ao estado de exceção. Quando tal fusão ocorre – ou seja, quando o estado de exceção é tornado regra e, assim, revela-se como o real paradigma moderno de governo, então “o sistema jurídico-político transforma-se em uma máquina letal” (AGAMBEN, 2004, pp. 130-131).

2.2 O Poder Soberano e a Vida Nua

Qual, entretanto, o fundamento originário de tal sistema político-normativo? Em que se configura seu arranjo basal? A resposta, diz-nos Agamben (2002a, p. 73), encontra-se possivelmente na investigação do nexos singular que estreita vida nua e poder soberano, ou seja, “o domínio do direito sobre o vivente”. É pelo direito que o princípio de sacralidade da vida, de que a vida humana é sagrada em si mesma, ocupa sua expressão maior. Dando continuidade ao debate com os contratualistas, Agamben (ibid., p. 98) reafirma que, “mais originário que o vínculo da norma positiva ou do pacto social é o vínculo soberano, que é, porém, na verdade somente uma dissolução; e aquilo que esta dissolução implica e produz – a vida nua, que habita a terra de ninguém entre a casa e a cidade – é, do ponto de vista da soberania, o elemento político originário”.

O curioso é que tal noção de sacralidade da vida, hoje tão comumente difundida, era totalmente ignorada pela Grécia clássica, fonte da

qual o Ocidente bebe a maior parte de seus conceitos ético-políticos. Não só, como desenvolvido alhures, os gregos não possuíam uma palavra que a designasse como, dentro da própria oposição entre *zoé* e *bíos*, não há nenhuma indicação de qualquer idéia ou princípio que empreste ao que hoje entendemos por “vida” uma característica de *sacra*. Mesmo nas sociedades que imolavam vidas humanas, a vida em si não era sagrada, e só se tornava depois de uma série de rituais que a separassem de sua profanidade. A noção de sagrado vinculado à vida só irá fundamentalmente desenvolver-se no percurso da chamada “teoria da ambivalência do sacro”, cujas origens remontam a fins do século XIX e começo do XX, principalmente na antropologia tardo-vitoriana e com significativo peso na sociologia francesa. É, nesse sentido, significativo que a ambigüidade da experiência ocidental do sagrado se dê justo no momento em que a sociedade, desconfortável, se dá conta da perda de sua relação com a tradição religiosa (retomamos assim, aqui, a discussão preliminar a respeito do desencantamento do mundo). O fundamento central dessa percepção do sagrado como ambíguo se dá na investigação de seu frágil limiar com a impureza – é sintomático que a abertura do *Essai sur le sacrifice*, de Hubert e Mauss, considerado um clássico da antropologia francesa, se debruce sobre “*le caractère ambigu des choses sacrées*” (HUBERT & MAUSS *apud* AGAMBEN, 2002a, p. 85), assim como Émile Durkheim, em *Formas elementares da vida religiosa*, dedica longas discussões sobre a “ambigüidade da noção de sacro”, no desenvolvimento da “descoberta” da antropologia da indiferença originária entre sagrado e impuro (característica capital da noção de tabu). No campo das ciências humanas, entretanto, somente com *Totem e Tabu*, de Freud, é que uma “genuína teoria geral da ambivalência vem à luz, sobre bases não apenas antropológicas e psicológicas mas também lingüísticas” (AGAMBEN, 2002a, p. 86).

Toda essa discussão no interior do desenvolvimento das ciências humanas a respeito da noção de sagrado é suscitada por Agamben, entretanto, exatamente para mostrar a sua impropriedade: “nenhuma pretensa ambivalência da categoria religiosa genérica do sacro pode explicar o fenômeno político-religioso ao qual se refere a mais antiga acepção do termo *sacer*” (ibid., p. 88). A estrutura da *sacratio*, em verdade, se define num duplo aspecto: é, de um lado, a impunidade da manança e, de outro, a exclusão do sacrifício. Assim, é também uma dupla exclusão: não está nem na esfera do direito humano nem na do direito divino; não se confunde com a *consecratio*, ou seja, a consagração que faz passar um objeto do direito humano ao divino. Desse modo, a dúplici exclusão que configura a *sacratio* tem muito mais que uma simples analogia com aquela que fundamenta a estrutura da exceção soberana: “assim como, na exceção soberana, a lei se aplica de fato ao caso excepcional desaplicando-se, retirando-se deste,

do mesmo modo o *homo sacer* pertence ao Deus na forma da insacriticabilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade. *A vida insacriticável e, todavia, matável, é a vida sacra*” (ibid., p. 90. Grifo do autor).

A dimensão da *vida nua*, muito além da oposição antiga entre sacrificável e insacriticável, constitui, em realidade, o referente da violência soberana, seu elemento político originário. Na modernidade, o princípio da sacralidade da vida está de todo desprovido de qualquer vinculação com a ideologia e práticas sacrificais, ligando-se antes ao significado do termo sacro concebido pela nossa cultura atual, ou seja, em comunhão com a história semântica do *homo sacer* – “se é verdadeiro que a figura que o nosso tempo nos propõe é aquela de uma vida insacriticável, que, todavia, tornou-se matável em uma proporção inaudita, então a vida nua do *homo sacer* nos diz respeito de modo particular” (ibid., p. 121). O diagnóstico de Agamben é particularmente sombrio: uma vez que a noção de sacralidade que permeia a política contemporânea, concebida não a partir da expurgação sacrificial, mas, em sentido oposto, pelo cruzamento de insacriticabilidade e matabilidade, se desloca para zonas cada vez mais múltiplas e esconsas, tende a coincidir-se com a própria vida biológica, pura *zoé*, dos cidadãos.

E aí Agamben nos expõe mais um grande paradoxo, característico de nosso tempo: a sacralidade da vida, princípio a partir do qual se pretenderia enfrentar o poder soberano, ao “elevá-la” a um direito humano fundamental, “exprime, ao contrário, em sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte (...) [uma vez que] a sacralidade é, sobretudo, a forma originária da implicação da vida nua na ordem jurídico-política” (ib, pp. 91-92). A tese de Hannah Arendt que ligava os destinos dos direitos àquele do Estado-nação (exposta no conhecido quinto capítulo de seu *Origens do Totalitarismo*, cujo título já revela essa íntima conexão: “O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem”), revela aqui, com maior clareza, toda sua pertinência. Ora, no sistema do Estado-nação, os ditos direitos sagrados e inalienáveis do homem perdem toda tutela e realidade se não configurados como direitos dos cidadãos de um Estado. Se, por um lado, os direitos do homem foram originalmente concebidos como defesa contra o poder discricionário do Estado, por outro, eles só adquirem existência *de fato* se nele inseridos. A própria declaração de 1789 apresenta esse paradoxo na ambigüidade dos termos de seu título: *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, no qual não está claro se os dois termos se referem a duas realidades distintas ou, antes, convergem num só sistema, no qual o primeiro encontra-se subentendido no segundo. A profusão de declarações e convenções no âmbito de organizações supranacionais no pós-guerra amplificaram a ênfase instrumental sobre os direitos do homem, sem se darem conta do real significado biopolítico que exercem ao darem à vida nua natural (ou seja, o puro fato do nascimento) a condição de portadora e fon-

te primária do direito. Diz-nos Agamben (ibid., p. 134) que, então, “é chegado o momento de cessar de ver as declarações de direitos como proclamações gratuitas de valores eternos metajurídicos (...) para então considerá-las de acordo com aquela que é a sua função histórica real na formação do moderno Estado-nação. As declarações dos direitos representam aquela figura original de inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação”. O caminho é claro: as declarações, ao inscreverem o nascimento, a vida natural, na base da ordem jurídica, dissipa-a em seguida na figura do cidadão, onde passam a residir tais direitos. E na exata medida em que inscreveu a vida natural no ordenamento, as declarações passam a atribuir a soberania à nação – noção que, etimologicamente, deriva do latim *nascere*, “fechando assim o círculo aberto pelo nascimento do homem”. Desse modo, as declarações deslocam o *locus* da soberania da figura do rei (“soberania régia”, de origem divina, típica do Antigo Regime) para a nação (“soberania nacional”). O “súdito”, assim, é transformado em “cidadão” que, por meio do princípio da natividade, torna-se o portador imediato da soberania: “a ficção aqui implícita é a de que o *nascimento* torne-se imediatamente *nação*, de modo que entre os dois termos não possa haver resíduo algum. Os direitos são atribuídos ao homem (ou brotam dele), somente na medida em que ele é o fundamento, imediatamente dissipante (e que, aliás, nunca deve vir à tona como tal), do cidadão”.

A categoria dos refugiados (novos *homines sacri*, cujo sepulcro não possui epitáfio) vem corroborar tal assertiva. Tal como visto por Arendt, e reforçado por Agamben, o refugiado (e, nesse sentido, também o expatriado) é a figura emblemática do ser humano desprovido de relação específica com o Estado, situando-se à sua margem. Este, que tem por qualidade “o puro fato de ser humano” e que deveria, por isso, encarnar por excelência o homem dos direitos é, ao contrário, a clara demonstração da crise radical desse conceito. Se pudermos compreender o nazismo e o fascismo como, “antes de tudo, uma redefinição entre o homem e o cidadão, por mais que isso possa parecer paradoxal, eles se tornam plenamente inteligíveis somente se situados sobre o pano de fundo biopolítico inaugurado pela soberania nacional e pelos declarações dos direitos” (ibid., p. 137). E é no campo de concentração que esta redefinição é operada e explicitada em seu paroxismo: aquele que entrava no campo perdia toda a proteção jurídica que então possuía (se fosse judeu, já havia então sido privado, pelas leis de Nuremberg, de seus direitos de cidadão e, no momento da “solução final”, totalmente desnaturalizado), todo estatuto político, e era então reduzido integralmente à vida nua, vida biológica sem nenhuma mediação. Assim, o campo, diz-nos Agamben, “é o paradigma mesmo do espaço político no momento em que a política se torna biopolítica e onde o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão” (AGAMBEN, 2002b, p. 51).

2.3 O Campo como paradigma biopolítico do moderno

O campo, aquele lugar onde, nas palavras de Primo Levi *apud* Agamben (2003a), “a morte é vulgar, burocrática, cotidiana” e cujo emblema maior se configura no campo de Auschwitz (tanto pela natureza e pluralidade das atrocidades ali cometidas quanto a talvez singular junção entre campo de concentração e campo de extermínio, levados ambos em seu extremo) é reivindicado por Agamben como um *paradigma*. Contrariamente à determinação marcadamente histórica que vê Auschwitz em toda sua absoluta especificidade, Agamben o enxerga como “esse lugar onde o estado de exceção coincide perfeitamente com a regra, onde a situação extrema se torna o paradigma mesmo do cotidiano” (AGAMBEN, 2003a, p. 52).

Por *campo*, portanto, não devemos entender uma estrutura que corresponda a um fato histórico ou anomalia pertencente ao passado, mas, antes, a “matriz secreta”, o *nômos* do espaço político no qual ainda vivemos. O campo é esse lugar “onde se realizou a mais absoluta *conditio inhumana* que jamais existiu na terra” (AGAMBEN, 2002b, p. 47), e a estrutura jurídica que o produziu é o que, de fato, mais profundamente nos interessa. Nesse sentido, estamos diante de um campo sempre que nos defrontamos com “um pedaço do território que se encontra fora do sistema jurídico normal mas que não é, por causa disso, simplesmente um espaço exterior” (*ibid.*, p. 50). A vocação de tal estrutura jurídico-política é exatamente a de normalizar o estado de exceção, realizá-lo estavelmente, uma vez que o que ali se opera foge de qualquer questionamento sobre legalidade ou ilegalidade, visto que inserido na *relação de exceção* em que, nas palavras de Arendt, “tudo é possível”. O campo, nesse sentido, “é de fato o lugar onde toda distinção entre próprio e impróprio, entre possível e impossível, se apaga radicalmente” (*ibid.*, pp. 81-82); “é um híbrido de direito e de fato, no qual os dois termos tornaram-se indiscerníveis” (AGAMBEN, 2002a, p. 177).

A política moderna, ao entrar em íntima simbiose com a *vida nua*, faz ruir todo o edifício jurídico-político herdado da política clássica, substituindo, assim, a *Cidade* (pólis) pelo *Campo* como paradigma (bio)político do Ocidente. Só a partir daí, da captura da vida nua para o centro da política, que podemos entender com maior clareza a rapidez com que, no século XX, democracias parlamentares se transformaram em Estados totalitários e, estes, se converteram “quase sem solução de continuidade”, em democracias parlamentares. Quando vida e política, por meio do espaço anômico do estado de exceção, tendem a identificar-se, “então toda vida torna-se sacra e toda a política torna-se exceção” (*ibid.*, p. 155). Ora, o campo é justamente o espaço em que tal identidade se opera com maior força, e os travestimentos que as democracias contemporâneas lhe impingiram não devem ocultar sua atualíssima presença paradigmática: “o campo como localiza-

ção deslocante é a matriz oculta da política que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zonnes d'attente* de nossos aeroportos bem como em certas periferias de nossas cidades. Este é o quarto, inseparável elemento que veio a juntar-se, rompendo-a, à velha trindade Estado-nação (nascimento)-território” (*ibid.*, p. 182). Quando nos defrontamos com semelhante estrutura, independente da natureza dos atos e crimes aí cometidos, estamos virtualmente na presença de um *campo*. Nesse sentido, será um campo o estádio de Bari, na Itália, onde a polícia aglomerou os imigrantes clandestinos de origem albanesa antes de reexpedi-los, em 1991; os campos de estupro étnico nos territórios da ex-Iugoslávia; a cela do *détainné* em Guantánamo, esse “ser juridicamente inominável e inclassificável”, no seio do qual “a vida nua atinge sua máxima indeterminação” (AGAMBEN, 2004, pp. 14-15); os diversos campos de refugiados espalhados pelo mundo; os guetos raciais do *Apartheid* sul-africano; prisões como a de Abu-Ghraib; vastos pedaços dos territórios ocupados da Palestina; as favelas no Brasil; e os guetos afro-americanos nos Estados Unidos (ŽIŽEK, 2003); entre outros inúmeros exemplos.

Assim, ao estado de exceção compreendido como paradigma de governo da modernidade, se ajunta a noção de campo como paradigma biopolítico da modernidade. Em outras palavras: “a um sistema sem localização (o estado de exceção, no qual a lei foi suspensa), corresponde agora uma localização sem sistema (o campo, como espaço permanente de exceção)” (AGAMBEN, 2002b, p. 54). E desse intercruzamento emerge (ou, antes, o esteia), a *vida nua* como fundamento último da política moderna, que só se politiza à medida que se entrega a um poder indiscriminado de morte – o poder soberano. “A grande metáfora do *Leviatã*, cujo corpo é formado por todos os corpos dos indivíduos”, diz-nos Agamben (2002a, p. 131), “deve ser lida sob essa luz. São os corpos absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente”.

3. Conclusão à guisa de crítica: há saída? Sobre a política da profanação

“Profano em sentido próprio denomina-se àquilo que, de sagrado ou religioso que era, é devolvido ao uso e à propriedade dos homens”

Trebácio

O diagnóstico de Agamben é claro: “dos campos não há retorno”. Não é possível nem politicamente arrazoado diligenciar uma recuperação da política clássica, dos idos em que uma distinção entre *zoé* e *bíos*, entre vida privada e existência pública, entre *oïkos* e *polis*, fazia sentido. Auschwitz, esse “teatro de uma experimentação até então impensada, na qual, para além da vida e da morte, o judeu se transforma em *muçulmano*, o homem em não-homem” (AGAMBEN, 2003a, p. 55), ao multiplicar-se pelo mundo, tranfigurando-

se, por vias da normalização do estado de exceção, esterilizou qualquer tentativa de retomada do que até então se supunha outorgar sentido ao edifício ético-político-jurídico ocidental.

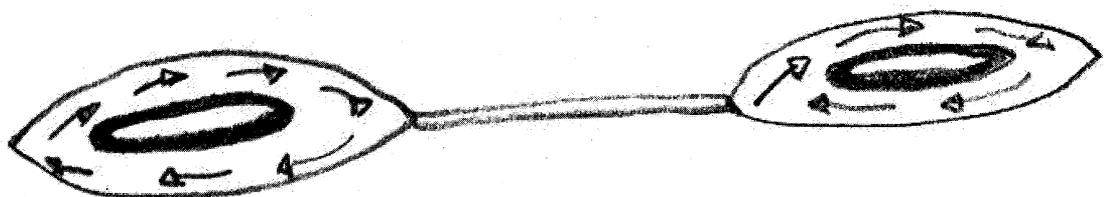
É preciso ressaltar que *muçulmano*, aqui, deve ser entendido a partir do jargão utilizado em Auschwitz para designar aquele que "não era mais que um cadáver ambulante, um aglomerado de funções físicas em seus últimos sobressaltos", um "homem-múmia, morto-vivo", "ser indefinido no seio do qual não só a humanidade e a não-humanidade, mas ainda a vida vegetativa e a vida de relação, a fisiologia e a ética, a medicina e a política, a vida e a morte passavam uns pelos outros sem solução de continuidade" (respectivamente, AMÉRY, CARPI & AGAMBEN apud AGAMBEN, 2003^a). O *muçulmano* é a figura central retomada por Agamben em suas investigações sobre as possibilidades e limites de reconstrução e significação do que propriamente foi Auschwitz e a respeito do *ser* do *não-ser* que ali habitavam.

E é exatamente nessa releitura do *muçulmano* de Auschwitz, inserida no interior do projeto intelectual agambeniano que, nos faz querer crer a contundente crítica de Mesnar e Kahan, Agamben teria levado ao extremo a desconexão entre seu pensamento e a história que pretende esclarecer, os desdobramentos de um trabalho que refutaria radicalmente a positividade dos fatos. Ao colocarem em xeque o postulado agambeniano de que "a aporia de Auschwitz é a aporia mesma do conhecimento histórico: a não-coincidência dos fatos e da verdade, da constatação e da compreensão" (MESNAR & KAHAN apud DUFRAINE, 2002), Mesnar e Kahan tratam de fazer uma releitura atenta da série *Homo Sacer*, especialmente *Quel che resta de Auschwitz. L'Archivio e il testimone*, investigando os "artefatos, contradições e fragilidades" de um método que falha ao não levar em conta "a importância da história e das ciências sociais na investigação e transmissão do *Shoa* [Holocausto]" (MESNAR & KAHAN apud SANYAL, 2002). Assim, os supraditos autores afirmam que Agamben, em sua descrição do *muçulmano* e na sua interpretação dos testemunhos dos sobreviventes, teria, na realidade, escamoteado e descontextualizado o pensamento de Primo Levi, e, ao tomar como aporia o acontecimento de Auschwitz, estendendo-o em seu significado,

"sistematicamente negligenciando] as condições da experiência do campo de concentração".

As críticas de Paul Rabinow e Nikolas Rose dirigidas a Agamben caminham no mesmo sentido. Para eles, ao levar a sério o desafio de Adorno (como é possível pensar depois de Auschwitz?), Agamben teria acabado por trivializar Auschwitz, passando assim a poder aplicar o conceito schmittiano de *estado de exceção* e a análise foucaultiana de *biopoder* para "toda instância onde seres humanos entram no escopo de regulação, controle e governo" (RABINOW & ROSE, 2003). Nessa mesma lógica se dirige a crítica perpetrada por Debarati Sanyal. Para ele, Agamben encontra-se por demais comprometido com suas abstrações filosóficas, de modo a tomar suposições sobre a história que permitem deslocamentos de temporalidade, transformando os fatos ocorridos em Auschwitz, assim como a categoria ontológica do *muçulmano*, em uma "recorrente, deslocalizada e trans-histórica violência" (SANYAL, 2002). Desse modo, ao valorizar o deslocamento, a repetição e a trans-historicidade, Agamben "obscuramente sugere que 'o real horror dos campos' se entrelaçou na normalidade da vida sociopolítica de todos os dias" (ibid.), desenhando assim analogias estruturais entre o campo de concentração e a vida nas democracias modernas que "desmontam a especificidade histórica dos campos".

São nas veredas dessas críticas ao método e aos desdobramentos das idéias de Giorgio Agamben que podemos compreender, numa argumentação mais ampla, a crítica que Slavoj Žižek lhe dirige, notadamente em *Bem-vindo ao deserto do Real!*. Muito embora o filósofo esloveno seja tributário de conceitos como *homo sacer* e *vida nua*, não se esquia à crítica de que a linha de argumentação de Agamben "deixa sem realização a tarefa da análise concreta da singularidade histórica do Holocausto". Por outro lado, reconhece no projeto intelectual agambeniano o caráter radical de um questionamento da noção mesma de democracia: "o argumento básico da análise de Agamben", diz-nos Žižek (2003, p. 120), é o seguinte: "para ele, não existe espaço para o projeto 'democrático' de 'renegociar' o limite que separa o cidadão de pleno direito do *Homo Sacer* ao permitir que, gradualmente, sua voz seja ouvida; sua posição, pelo contrário, é que, na 'pós-políti-



ca' de hoje, o próprio espaço público democrático é máscara que esconde o fato de, em última análise, sermos todos *Homo Sacer*. (...) Embora negue a existência de uma saída 'democrática', Agamben (...) reafirma violentamente a dimensão messiânica 'revolucionária' - essa dimensão messiânica só pode significar que a 'vida nua' já não é o terreno último da política".

Por esse motivo, Agamben atesta que "do estado de exceção no qual vivemos não há retorno ao *état de droit*", mas, não obstante, "é possível parar a máquina do estado de exceção [na medida em que] a articulação entre vida e direito é uma ficção"³. É preciso explicitar a vida em sua não-relação com o direito, abrindo assim entre eles "um espaço para a ação humana que, há algum tempo, reivindicava para si o nome de 'política'" (AGAMBEN, 2004, p. 133); é preciso pensar novas categorias para o político para além da transgressão das normas ou posição de outras, que anulem o próprio potencial normativo da norma, que a *desativem*. No bojo da crítica à "tendência hegemônica na modernidade em vincular razão e norma, racionalidade e normatização da vida" (SAFATLE *apud* AGAMBEN, 2005), Agamben recorre ao conceito técnico-jurídico de *profanação*, resgatado do direito romano, que "parece sugerir uma possível estratégia na luta terminal entre homem e dispositivos"⁴

Profanar, aqui, tem sentido imediatamente referido àquele elaborado pelo jurista Trebácio, supracitado. Significa livrar as coisas de seus nomes sagrados, retirá-las da esfera dos deuses e restituí-las ao uso comum dos homens;

é o reverso do ato de consagrar (*sacrare*), ou seja, aquele processo sacrificial que designava a retirada das coisas da esfera dos homens, deslocando-as do direito humano para o divino. Mas que profanação não se confunda com secularização: "a secularização é uma forma de remoção que mantém intactas as coisas [enquanto que] a profanação implica, por sua vez, uma neutralização daquilo que profana." (AGAMBEN, 2007, p. 68). É nesse sentido que Agamben, ao articular elucubrações de ordem ontológica, política e jurídica, fornece-nos o quadro de possibilidades e obstáculos à *práxis* social que se nos apresenta. E se o capitalismo, seguindo as pistas de Walter Benjamin ("*O capitalismo como religião*"), não figura somente "uma secularização da fé protestante", tal como defendido por Max Weber, mas é, em si, um fenômeno religioso, cabe à *práxis* social a tarefa de desativar os seus dispositivos, *profanando-o* - ainda que, em sua fase extrema, a religião capitalista se apresente como algo inteiramente *Improfanável*.

Entretanto, "a profanação do improfanável", diz-nos Agamben (*ibid.*, p. 79), "é a tarefa política da geração que vem", posto que "a sociedade sem classes não é uma sociedade que aboliu e perdeu toda memória das diferenças de classe, mas uma sociedade que soube desativar seus dispositivos, a fim de tornar possível um novo uso, para transformá-las em meios puros" (*ibid.*, p. 75).

É desse modo que *a comunidade que vem* deve atuar para "interromper o funcionamento da máquina que está levando o Ocidente para a guerra civil mundial" (AGAMBEN, 2004, p. 132).

Submetido em setembro de 2008
Aprovado em novembro de 2008

³ Extraído e livremente traduzido de AGAMBEN (2003c).

⁴ Extraído e livremente traduzido de AGAMBEN (2005b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. (2002a), *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- _____. (2002b), *Moyens sans fins. Notes sur la politique*. Vários tradutores. Paris, Éditions Payot & Rivages.
- _____. (2003a), *Ce qui reste d'Auschwitz. L'archive et le témoin (Homo Sacer III)*. Tradução de Pierre Alferi. Paris, Éditions Payot & Rivages.
- _____. (2003b), "Da teologia política à teologia econômica. Entrevista com Giorgio Agamben". Concedida a Gianluca Sacco. Tradução de Selvino José Assmann. *Rivista online, Scuola Superiore dell'economia e delle finanze*, ano I, 6/7.
- RIVISTA ONLINE. <<http://rivista.ssef.it/site.php?page=stampa&idpagestampa>>.
- _____. (2003b), "Giorgio agamben at the European Graduate School – EGS 2003", palestra disponibilizada em YOUTUBE. <<http://www.youtube.com/watch?v=dW5h10-w7P8>>.
- _____. (2004), *Estado de Exceção (Homo Sacer II)*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2005), "A política da profanação. Entrevista com Giorgio Agamben". Concedida a Vladimir Safatle e publicada em *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 4, 18/10/2005, Caderno *Mais!*.
- _____. (2005b), "Giorgio agamben at the European Graduate School – EGS 2005", palestra disponibilizada em YOUTUBE. <<http://www.youtube.com/watch?v=KWPf2zIRkho>>.
- _____. (2006), "Entrevista com Giorgio Agamben". Concedida a Flavia Costa. Tradução de Susana Scramim. *Revista do Departamento de Psicologia, UFF*, 18, 1. SCIELO. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-80232006000100011&script=sci_arttext>.
- _____. (2007), *Profanações*. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo, Boitempo.
- DUFRAINE, Anthony. (2002), "Review: Giorgio Agamben à l'épreuve d'Auschwitz", *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, 76. JSTOR. <www.jstor.org/stable/3772345>.
- MATOS, Olgária. (2003), "Modernidade: república em estado de exceção". *Revista USP*, 59, setembro/novembro:46-53.
- RABINOW, Paul & ROSE, Nikolas. (2003), *Thoughts on the concept of biopower today*.
- LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE. <www.lse.ac.uk/collections/sociology/pdf/RabinowandRose-BiopowerToday03.pdf>.
- SAFATLE, Vladimir. (2007), "Materialismo, Imanência e Política. Sobre a Teoria da Ação de Giorgio Agamben", in Sabrina Sedlmayer, César Guimarães, Georg Otte (orgs.), *O comum e a experiência da linguagem*, Belo Horizonte, Editora UFMG.
- SANYAL, Debarati. (2002), "A Soccer Match in Auschwitz: Passing Culpability in Holocaust Criticism", *Representations*, 79. (JSTOR. <www.jstor.org/stable/3176060>)
- WEBER, Max. (2002), "Ciência como vocação", in H. H. Gerth e C. Wright Mills (orgs.), *Ensaio de sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, LTC.
- ŽIŽEK, Slavoj. (2003), *Bem-vindo ao deserto do Real!*. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo, Boitempo.

Antropologia do além-mar: entrevista com Wilson Trajano

Denise Pimenta:
Graduada em Ciências Sociais / UFMG

Denise Costa Gra-
duada em Ciências Sociais / UFMG

Wilson Trajano Filho esteve na Universidade Federal de Minas Gerais convidado a participar de "Do Lado de Lá do Atlântico", evento que buscou pensar o campo da Antropologia na África. A entrevista com o professor da Universidade de Brasília ocorreu no dia oito de maio de dois mil e oito, articulada pelas organizadoras do evento Denise Pimenta e Denise Costa, abordando questões da trajetória acadêmica de Trajano Filho e de sua palestra recém proferida. A pedido de ambas, não discriminaremos qual das duas fez cada pergunta, uma vez que este trabalho é fruto de um estudo e esforço conjuntos. O resultado obtido é tanto uma introdução ao trabalho antropológico e etnográfico realizado em território africano como uma reflexão sutil sobre as possibilidades da Antropologia e de seu método.

Os Editores

Em primeiro lugar, a gente gostaria que o senhor contasse um pouco da sua trajetória intelectual e de que maneira surge seu interesse em pesquisar África.

Bom, eu entrei na Universidade em 1974, mas eu não entrei para fazer ciências sociais, antropologia. Fui para música. Fiz minha graduação em música, composição e regência. E quando eu terminei eu já dava aula no conservatório, fiquei um tempo dando aula por lá, dava aula de um bocado de coisa e tinha pouco tempo para compor. Foi quando eu tive uma oferta para dar aula na Universidade Federal da Paraíba. E para a Paraíba fui eu, pensando que teria todo o tempo do mundo para compor. Chegando lá, as coisas não eram exatamente como me haviam contado. Eu tinha sido seduzido para ir para um lugar bonito, com custo de vida barato, salário melhor, daria pouca aula, teria tempo para a composição e não era nada disso. O ambiente musical não era exatamente efervescente. Na época se respirava um ambiente com muito conflito, muito diz-que-me-disse, muita querela, e ambiente musical nenhum. Para você ter idéia não havia um piano no departamento! E aquilo foi me frustrando até que um dia, em desespero, eu pensei: "eu tenho que sair daqui!". E na época não havia pós-graduação em música, nem mestrado nem doutorado. Eu pensei: "bom, então, vou ter que fazer outra coisa. Física, química, matemática não tem a menor condição; porque então não tentar as humanidades, coisas como psicologia, filosofia..." E a minha mulher tinha feito Ciências Sociais em Brasília, com ênfase em antropologia. Eu conhecia um pouquinho daquelas orelhas de livro, aquela pequena biblioteca de antropologia que tinha em casa. Então resolvi tentar um mestrado na antropologia. Mas me candidatei também a mestrados em outras áreas. Calhou de ser a antropologia de Brasília a primeira a me aceitar. Eu não estava podendo escolher muito naquela época. Mas poderia ter sido outra coisa: sociologia; eu lembro que eu me candidatei à Filosofia aqui em Minas, mas nunca responderam. Quem sabe perdeu-se um

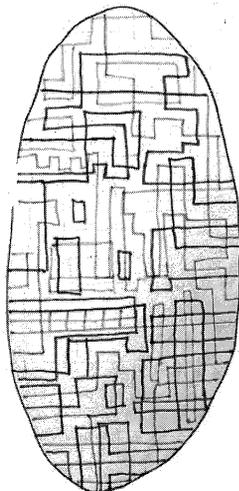
filósofo. A antropologia foi minha primeira opção e por sorte, ou qualquer outra coisa, passei. Assim, comecei o mestrado na UnB sem ter a menor idéia do que eu iria pesquisar. Parecia ser natural estudar música ou músicos, afinal eu vinha daquele universo. E eu consegui um financiamento do Cnpq e passei cinco meses no Rio de Janeiro trabalhando com os músicos de uma orquestra sinfônica e comparando com a prática da música popular. Além da orquestra, eu trabalhei regularmente com os músicos de um estúdio, o estúdio da TV Globo, onde eles gravavam todo material musical para o uso na televisão: trilhas da novela, vinhetas e musicais. E escrevi uma dissertação sobre as práticas musicais e identidades profissionais. Terminei o mestrado em 1984 e o passo seguinte foi fazer o doutorado. Brasília tinha aberto seu programa de doutorado quando entrei para o mestrado. Além disto, havia o Museu e a USP. Eu não tinha certeza sobre o que eu queria fazer a seguir. Sabia somente que não queria continuar com a antropologia da música, da arte, coisas assim. E então fui para os Estados Unidos. Eu queria realmente mudar de temática de investigação, querendo estar longe do espaço ambíguo entre a música e a antropologia. Eu estava muito interessado nessa interface entre o simbólico e o estrutural, e acabei escolhendo fazer meu doutorado numa Universidade que era forte nisto, que tinha um departamento de antropologia prestigioso e provavelmente o melhor departamento de lingüística dos Estados Unidos – a Universidade da Pensilvânia. Como anedota, eu poderia dizer que sou resultado de algumas opções erradas. Durante o mestrado tive um contato fortuito com um autor que se tornou muito caro para mim. Ele se chamava Erving Goffman. Decidi me candidatar para fazer o doutorado na Pensilvânia porque ele ensinava no seu Departamento de Antropologia. Mas tão logo me candidatei em 1982 ou 1983, descobri que Goffman havia morrido. Outro autor que me fascinava, que eu tinha lido sistematicamente, era o Victor Turner. Naquela época ele tinha saído de Chicago e ido para a Universidade de Virgínia, que não era um lugar muito prestigioso. Era um departamento pequeno que estava crescendo naquele momento.

A chegada de Turner em Virgínia deu todo um novo alento e efervescência ao lugar. Então eu também me candidatei para Virgínia. Após algum tempo, recebi uma carta deles. Foi a resposta mais pessoal que tive. De todos os outros lugares eu tive um retorno formal e distante. De Virgínia não, eles me escreveram sobre o interesse em ter um estudante brasileiro e, portanto eu vislumbrei uma estadia muito agradável e muito produtiva ali. Foi então que um professor em Brasília me informou sobre a morte recente de Turner. Eu então me perguntei: "e agora, para onde eu vou? Qualquer outra escolha e outra pessoa morre!" (risos) E eu não queria matar mais ninguém! (risos) Então optei por ir para a Pensilvânia e vivi na Filadélfia por quase três anos, entre 1984 e 1987.

Já vivendo lá, um dia me pareceu que talvez fosse interessante fazer pesquisa fora do Brasil. A prática da antropologia brasileira na época ainda era muito voltada para a etnologia indígena e para o estudo do campesinato. Estes eram campos muito fortes, que tinham uma visibilidade muito grande. Porém, isto não quer dizer que a maior parte das pessoas fizessem pesquisas nessas áreas; já naquela época se fazia muito daquilo que a gente chama vagamente de antropologia urbana. Eu não tenho certeza disso, mas me parece que aquilo que dava prestígio, legitimidade era basicamente a etnologia indígena, nas suas variadas versões, e os estudos de campesinato. Estes, orientados por uma abordagem com uma pitada de tempero marxista. E eu não gostava disso, e continuo não gostando. Não por causa da orientação teórica, mas por achar que os debates internos eram cheios de tensões que não me pareciam muito produtivas. No caso da etnologia indígena, tensões bobas e desnecessárias entre uma etnologia das tribos, que ainda me parece um tanto ingênua com seu culturalismo e sua idéia de fundo amazônico, e uma etnologia do contato, que freqüentemente se mostra perigosamente militante. Cheguei a pensar em fazer uma espécie de antropologia das profissões, que foi muito forte em Chicago nos anos 30, 40, de onde veio o Goffman, mas num átimo eu pensei: "não, não quero". Pensei que talvez fosse melhor eu não trabalhar no Brasil, fazer pesquisa fora. O departamento de Antropologia da Universidade da Pensilvânia era muito tradicional, e ainda se dava forte ênfase à for-

mação nos quatro campos: a antropologia física ou biológica, antropologia sócio-cultural, a antropologia lingüística e a arqueologia. Uma vez que o doutorando optava pela antropologia social-cultural, ele tinha de fazer os exames de qualificação, nos quais tinha que ficar evidente o seu conhecimento aprofundado de uma área geográfica ou etnográfica. No meu primeiro ano eu fiz um curso de antropologia da África com um professor muito interessante. Era um sujeito que publicava pouco, mas praticamente tudo o que produzia virava uma referência sobre o tema. Ele se chamava Igor Kopytoff e foi o meu orientador. Além disto, a África era a região que eu mais conhecia na antropologia. Porque a história da antropologia é um pouco a história da antropologia em África. Durante nossos anos formativos lemos obrigatoriamente Evans-Prichard, Victor Turner, Max Gluckman, Meyer Fortes, Radcliffe-Brown, entre outros que trabalharam em África. Para bem ou para mal, quando comecei a focar numa área etnográfica, a que eu melhor conhecia era a África. Aos poucos fui me encantando com a possibilidade de fazer pesquisa naquele continente. Então participei de vários seminários sobre temáticas africanas. Foi assim, aos poucos, que eu finalmente me defini por essa área. Quando a decisão estava tomada sobre fazer pesquisa em África, ingenuamente eu e meu orientador nos inclinamos em direção à África portuguesa, que então nos parecia ser uma escolha natural. Afinal, eu falava português, o Brasil e a África tinham uma história em comum. Portanto, parecia natural ir para a África de expressão portuguesa. Hoje isto não seria uma escolha natural, mas na época parecia ser.

Naquele momento, o que era possível fazer em África portuguesa? Fazer pesquisa no continente só era possível na Guiné-Bissau. Em Angola era praticamente impossível fazer pesquisa de campo por causa da guerra que começou no próprio processo de independência e perdurou até poucos anos atrás. A não ser que você quisesse fazer um certo tipo de antropologia que eu nunca estive interessado em fazer, que é uma antropologia, eu acho, muito próxima do jornalismo, muito perto das situações quentes, quase sensacionalista. Além disto, uma antropologia muito arriscada. Eu sou antropólogo e só: não sou nem herói de guerra, não sou angolano, não sou parte beligerante. Moçambique



também vivia um momento de turbulência intensa. Também não dava. E eu precisava definir um lugar e um problema. Depois disto, eu teria ainda que me familiarizar com uma literatura imensa. Pressionado, a Guiné então me pareceu como a escolha natural. Na realidade, eu havia quase excluído Cabo Verde porque tinha conhecimento da difícil experiência da Mariza Peirano por lá, o que sinalizava obstáculos de difícil ultrapassagem. E também porque eu tinha a idéia ingênua e um pouco romântica, própria de antropólogo em início de carreira, de que Cabo Verde não era propriamente África. E para falar a verdade São Tomé e Príncipe é tão pequenote que eu nunca cheguei a considerar a idéia de ir para lá. E a partir da minha escolha passei a ler tudo que achava sobre a Guiné.

E como foi o preparo antes da ida a campo?

Quando eu fui para Guiné eu tinha que saber para onde eu ia, que tipo de território era aquele. Fazia frio ou calor; era úmido ou seco? Como viajaria pelo país, quais eram as condições das estradas? Logo descobri que a costa é cortada por muitos cursos d'água. E então me pus a perguntar se as pessoas usavam essas vias para levar coisas e notícias de aqui para ali. Em suma, comecei pela geografia e logo entrei na história. Nisto fui constrangido, limitado, pelo que havia sido escrito sobre a Guiné-Bissau. O que não era muito. Vamos lá, Portugal nunca foi uma potência colonial que se sobressaísse pela produção de conhecimento antropológico sobre suas colônias. E a Guiné era uma colônia menor e abandonada. Porém, apesar de tudo isto, ela foi beneficiada por um governador esclarecido e por uma elite crioula que criou nos anos de 1940 o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Esse Centro publicou de 1946 a 1973 uma revista científica geral que foi a mais longeva das revistas coloniais: o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Tratava-se de um periódico que abrangia os estudos dos botânicos sobre a flora da Guiné, dos zoólogos sobre a fauna, o gado e suas doenças, e dos historiadores e etnógrafos - que eram, na realidade "dublês" de etnólogos e administradores coloniais - que não tinham lá uma sólida formação em antropologia. Mas alguns tinham mais talento ou mais interesse e, portanto, faziam seus exercícios historiográficos ou etnográficos melhor que os outros. Eu li todos os números desse Boletim. Li também as monografias históricas e etnográficas publicadas pelo Centro. Em suma, eu li o que se encontrava disponível sobre o país na fabulosa biblioteca do Museu da Universidade. Havia ainda uma produção mais densa e mais interessante sobre a região conhecida como Alta Costa da Guiné. Tratava-se de pesquisas feitas por acadêmicos de diferentes nacionalidades sobre a história e etnografia daquela porção do continente africano que vai do Senegal, ao norte, à Libéria, ao sul. Li quase tudo que se achava nas estantes da biblioteca. Mais tarde, consegui outros volumes antigos, publicados em Portugal e raros de encontrar fora do circuito português.

O meu orientador era um africanista sênior que

tinha trabalhado no Zaire (Congo, atualmente) e nos Camarões. Era um antropólogo da velha guarda, aquele tipo de etnógrafo que fazia pesquisa de campo intensiva. Naqueles anos em que estudei com ele, ele publicou um volume que virou um marco, e ainda hoje é uma obra influente quando a gente pensa na reprodução social e na cultura política africana: um livro chamado "A fronteira interna africana". Aos poucos eu fui focando na Guiné-Bissau, um lugar que é chamado de funil das poeiras étnicas, um país muito pequenote, menos que o estado de Sergipe, cuja população de 800 mil pessoas se dividia em cerca de trinta grupos étnicos. São grupos pequenos, os menores com cerca de duas mil pessoas. Num certo sentido parecem mais os grupos amazônicos. Na época, 1987-1988, a Guiné era vista com muito otimismo por causa da intensa mobilização popular alcançada com a luta anti-colonial. O fim do poder português e os primeiros anos da Guiné independente parecem ter sido o último suspiro de uma possibilidade otimista de implantação de um regime orientado por valores socialistas em África. Neste contexto, o tema da pesquisa surgiu com uma certa facilidade. Tinha a ver com a construção da nação na Guiné que vivera sob o jugo de um poder colonial distante e desinteressado. Minhas perguntas eram mais ou menos óbvias: como se constrói essa unidade que a gente chama de nação? Quais são os atores políticos envolvidos nessa construção histórica e como eles operam? Que projetos elaboraram e como eles entram em competição uns com os outros? Assim fui para Guiné em 1987; há vinte e um anos atrás comecei minha primeira pesquisa de campo em África.

E como foram os procedimentos para pedidos de licença? Qual foi o processo para você chegar em África naquele momento?

Um processo de tentativa e erro. Essa dificuldade de se começar... E quando eu falo começar é porque eu fui um dos primeiros antropólogos brasileiros a fazer pesquisa em África. Não tinha como contar com experiências de colegas, professores que tivessem feito esse tipo de pesquisa antes, não tinha as redes deles para me segurar. Na realidade, eu fiz como qualquer outro faria mais ou menos a partir do zero, sem ter contato com ninguém. Primeiro, eu precisava de recurso para ir a Guiné. Eu tinha uma bolsa, em dólar. Eu recebia novecentos e poucos dólares mensais. Para uma pessoa casada e com dois filhos era um valor razoável. Mas agora ela teria que ser dividida. Apenas uma parte desse dinheiro ficaria comigo na Guiné. A família não viajaria comigo, não tinha a menor condição. Então os recursos que tinha eram de pequena monta. Eu tinha que arcar com passagem e outros gastos. Não existia embaixada da Guiné no Brasil. Eu não fazia a menor idéia de como obter visto para permanecer no país por cerca de um ano. Logo após defender meu projeto de pesquisa na Filadélfia, voltei ao Brasil em maio de 1987 e aqui fiquei tentando fazer uma poupança ou buscar algum recurso para pesquisa.

Antes de voltar ao Brasil, consegui mil dólares do Departamento de Antropologia, que era uma ajuda para iniciar a pesquisa. Chegando ao Brasil, descobri que o Peter Fry, que tinha uma experiência longa em África, estava na época dirigindo a Fundação Ford. E tinha interesse que a Fundação incentivasse pesquisa antropológica fora do Brasil. Liguei para ele, enviei o projeto e consegui que a fundação pagasse as despesas com passagens aéreas e de desse outros mil dólares. Portanto já estava com dois mil dólares e a passagem. O próximo passo era conseguir o visto em Lisboa. Fui para Portugal no início de novembro de 1987 e em dois dias eu estava com visto de dois meses. Tentei obter um visto de pesquisador, mas isto não existia na Guiné. Eu fui na maior das ingenuidades; sem um contato sequer no país, sem um lugar para ficar, sem nenhum endereço para onde ir.

Naquele tempo faltava de tudo na Guiné. Eu fui com as malas cheias. Paguei excesso de bagagem, uma pequena fortuna. Tinha que levar de tudo. Um contato no Itamaraty me aconselhou comprar tudo que precisasse no Brasil: cadernos, papel, pilhas, facas, lanternas... Sem saber exatamente para onde ir tão logo chegasse ao país, imaginei que chegaria em Bissau e faria o que já tinha feito nos aeroportos onde passara. Passaria pela imigração, pararia naquele escritório bancário onde se faz o câmbio, me informaria no guichê de turismo sobre pensões e hotéis em Bissau, tomaria um táxi, iria para uma pensão e ponto. Cheguei às cinco e meia da manhã e vi pela primeira vez o aeroporto de Bissau. É algo que jamais vou me esquecer: o calor úmido, o burburinho e o aperto da multidão que desembarcava, os ruídos altos das vozes e uma ansiedade imensa. O aeroporto era muitíssimo precário. Ao desembarcar, descobri logo que com o português eu não iria em lugar nenhum, nem com o inglês. Eu balbuciei um francês de ginásio – graças a Deus que eu tive aulas de francês no ginásio! – e foi com ele que eu tentei me virar. Rapidamente descobri que o aeroporto não tinha um guichê de câmbio. Fui informado que o tal guichê abriria às 6:00 horas da manhã, mas deu seis, seis e meia, sete horas e nada de conseguir trocar meus dólares pelos pesos guineenses. Já quase no desespero, fui salvo por um policial que se ofereceu para trocar o dinheiro com um capitão seu chefe. Pedi para que trocasse 50 dólares, ele pegou meu dinheiro, saiu, desapareceu. E quase uma hora depois ele voltou com um bolo de notas rasgadas e sujas, dinheiro em frangalhos: os pesos guineenses. Fui descobrir no dia seguinte que em qualquer outro lugar eu trocava meus dólares por dez vezes mais.

Próximo passo: pegar um táxi. Como fazer algo tão simples se não havia um único táxi no aeroporto? Depois de muito perguntar às pessoas que viajaram comigo e que estavam se despachando com seus familiares, eu obtinha a mesma resposta: “ah, logo logo os táxis vêm. Está cedo ainda, mas já-já eles chegam.” E deu oito horas, nove horas, dez horas e o aeroporto foi ficando cada vez mais vazio. E eu lá! (risos). Não conhecia ninguém no país e pensava assim: “bom, acho que três horas da tarde o avião volta de São Tomé e pára aqui. Na pior das hipóteses, eu tento entrar nesse avião e volto para Lisboa”,

porque eu aparentemente não ia conseguir chegar a lugar nenhum. Eu não estou brincando, a última pessoa a deixar o aeroporto foi uma mulher que morava em Bafatá, cujo homem havia se atrasado para buscá-la. Quando ele chegou, eu expliquei minha situação e disse que não havia passado um táxi naquele lugar, que estava preso ali e que precisava ir para a cidade. Ele me respondeu que era comum que isto acontecesse e então me ofereceu uma boléia. Aprendi que é assim que se diz “carona” no mundo lusófono. Ele era mulato, um membro do que mais tarde chamei de sociedade crioula. Perguntou-me em qual hotel queria ficar, sugerindo ao mesmo tempo o que para ele era o melhor hotel do país. Aceitei sem titubear e fui deixado no 24 de Setembro que fora o Quartel-General das Forças Armadas Portuguesas da época colonial. O hotel que não ficava propriamente na cidade, mas na sua periferia. O maior problema era o preço cobrado, que era o mesmo dos grandes hotéis europeus. Ah, ali não se aceitava a moeda nacional, somente divisas estrangeiras como dólar, francos, libras e escudos. Pelo preço cobrado, eu só podia ficar ali por um dia. Teria até amanhã para me virar. Fui para o meu quarto. O quarto... bem, aí que eu vi o que custava os 140 dólares de diária. O quarto tinha uma cama de campanha militar, as janelas não tinham vidro, mas apenas um arremedo de telas furadas, por onde entravam mosquitos dos grandes. Mas era uma grande coisa porque ali tinha luz. Luz de gerador, é verdade. Acontece que o gerador quebrava com uma certa frequência. Ou seja, 80% do tempo não havia luz no hotel. Mas, por outro lado, em quase 100% do tempo não havia luz na cidade. Então eu estava melhor no hotel do que fora. Sem conhecer ninguém, fui bater perna na cidade, conhecer gente, assuntar. No outro dia eu já estava em uma pensão mais barata. Descobri que eu precisava de um visto especial e para isto precisava de autorização do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Mas os diretores do Instituto estavam fora do país em viagem e eu tinha de esperar por eles. Enquanto esperava pela aprovação do projeto e pelo visto, comecei a frequentar a cidade, conhecer as pessoas e aprendi rapidamente que com o português eu não iria me comunicar. Comecei a ter uma sessão diária de uma hora de aula, aula é modo de dizer, de conversação em crioulo com a secretária de uma ONG. Nesse meio tempo os diretores chegaram, finalmente meu projeto seria analisado. Mas foi aí que meu visto venceu sem que eles tivessem tempo de analisar o projeto. Sem as cunhas e padrinhos devidos eu tive que sair do país no final de janeiro. Voltei para Portugal. Esperei... mas pagar hotel em Lisboa estava impraticável. Voltei para o Brasil, onde fiquei um mês à espera de uma resposta do INEP. Em março de 1988 obtive autorização para fazer pesquisa e voltei para Bissau, desta vez já com uma pequena rede de relações, com um lugar para ficar, com gente a me esperar no aeroporto.

E a sua tese foi justo o seu projeto anterior?

Não! Na prática nunca se executa um projeto

integralmente. Meu projeto era sobre o processo de construção nacional, eu queria entender qual era a ideologia do projeto nacional do PAIGC, o partido de Amílcar Cabral e como isso ia descendo, das lideranças partidárias, e se transformando, conforme alcançava as pessoas comuns da vida real. Qual o lugar bom para isso? O aparelho de socialização maior do Estado que são as escolas. Os estudantes eram obrigados a fazer uma disciplina chamada Formação Militante. Minha idéia era participar dessas aulas, bem como das de geografia e história, ler os manuais escolares e a partir disso conversar com as pessoas e perceber como aquilo que era transmitido pelos livros era internalizado, criticado, reproduzido. Tudo isto provou ser muito ingênuo. Pelo menos naquele momento. Eu queria fazer pesquisa em diversos lugares do país, porque esta é uma sociedade muito diferenciada culturalmente. Queria fazer uma pesquisa multi-situada: em dois lugares no interior, além da capital. Eu pensei em ir para uma área animista, acéfala, e para uma área estatal muçulmana, além de Bissau. Fui para Caboxanque, no sul do país. Era uma vila de umas 4 mil pessoas, sede de alguns projetos de desenvolvimento de agricultura e ali havia uma escola. Caboxanque pareceu ser um lugar estratégico e lá passei quase três meses. No entanto, a professora vivia doente, era época de chuva, muita malária, raramente ia às aulas e quando ia, os alunos não iam. A chuva só terminava em outubro, enquanto isso, comecei a coletar bons dados sobre a guerra, dados sobre a vida no passado.

E eu já tinha sido apresentado aos rumores. A Guiné é um lugar de muitos rumores, as pessoas querem te contar ou perguntar coisas através deles. Comecei a perceber que essas histórias circulavam e descobri que as mesmas histórias circulavam no sul, relativamente isolado, algumas com transformação, outras não. E pensei que esta poderia ser uma boa linha de investigação. Aí comecei a anotar detalhadamente os rumores que me alcançavam, as histórias da guerra e outras histórias que poderiam me levar a um bom jeito de trabalhar a questão da nação. Comecei a explorar isso e aos poucos fui desistindo da questão da escola.

Sabemos como é difícil se pensar a África como um todo. Fale um pouco sobre como são essas demarcações de áreas culturais em África e como você fez para delimitar o espaço que sua pesquisa abrangeria.

Não existe nada que é particular à África Ocidental, que a torne diferente da África Central, por exemplo. Essas categorias têm valor aproximativo. Em última instância, para usar um linguajar da moda, não tem substância alguma que seja própria de um país da África Ocidental ou de algum grupo étnico da região que o torne algo especial, algo peculiar, distinto de outra região, de outro país, de outro grupo étnico. Pensar assim é operar com

idéias de cultura e de sociedade como um conjunto de traços empíricos e as unidades culturais e sociais como unidades discretas, fechadas, portadoras de uma substância, de origem mística. A palavra da moda para isso é "essência". Como essas idéias já foram muito criticadas, todo mundo agora é anti-essencialista. Então, sua pergunta só faz sentido se você acredita que a África Ocidental tenha uma essência, que a Guiné tenha uma essência ou que ser "Balanta" é ser portador de uma essência. Mas essas essências não existem objetivamente. Elas só têm existência nos corações e mentes das pessoas e grupos que se pensam como se tivessem uma essência.

Então, como fazer cortes, como separar os grupos de existência objetiva das representações que esses mesmos grupos criam para si? Tudo depende muito dos cortes e dos propósitos desses cortes. Eu não gosto de jogar fora todo o idioma que eu herdei. E mesmo que pudesse fazê-lo, eu ainda teria um grande problema, porque eu teria que compartilhar o idioma herdado (da antropologia) com meus leitores, caso contrário seria um autor sem leitores. Então, África Ocidental é só uma categoria heurística. Eu posso continuar a empregá-la sem supor uma essência ou uma substância que a distinga de outras regiões da África; ela só me é um termo conveniente, que ajuda na economia da linguagem. Para começar, ela localiza unidades menores no espaço. É verdade que não existe uma cultura guineense que é diferente de uma cultura senegalesa, mesmo porque essas estão em um processo de construção. Porém, em termos de representação, ou seja, na perspectiva de um filho da Guiné, é lógico e razoável que a Guiné seja pensada como diferente do Senegal. Os guineenses olham para os senegaleses por meio de estereótipos e preconceitos: "o senegalês é aquele que sai por aí cortando cabeças", porque ele é a alteridade mais gramatical disponível.

É de bom senso levar em consideração que as categorias que usamos para classificar as coisas e pessoas podem ser produzidas por nós, antropólogos, ou por nossos interlocutores em campo, e é muito importante sempre que possível saber distinguir umas das outras. Este jogo de categorização e identificação tem uma história muito complexa na qual aquilo que um dia foi categoria gerada do exterior pode se tornar categoria de identificação. É isto que acontece com a categoria "África Ocidental", por exemplo. Ela passou a ser um termo de identificação para vários africanos urbanos que acessam os meios de comunicação de massa como o rádio, televisão e jornais.

Em nosso interesse em pesquisar África tivemos dificuldades em encontrar referências da existência de uma produção antropológica feita em África por pesquisadores africanos. Tirando, claro, a África do Sul...

Existe, existe... em alguns lugares essa produção é mais rica, em outros menos. Na África do Sul há bons centros de pesquisa, mas a investigação social não está restrita a este país. Há antropólogos africanos fazendo pesquisa em África, seja na África do Sul ou em países vizinhos, ou qualquer outro lugar. Vamos pôr a África do Sul entre parênteses, pois aparentemente ela não é uma África que cabe nos seus sonhos de África; afinal de contas não é uma África tão negra assim. Nos departamentos de antropologia de suas universidades, você pode suspeitar, as tonalidades de pele são muito brancas, os professores são brancos, os alunos são brancos... Era assim no passado e está ficando, gradativamente, diferente no presente. Okay, a gente não precisa ficar restrito à África do Sul.

Eu posso falar da Universidade Cheikh Anta Diop no Senegal, que é uma universidade grande, uma das universidades mais antigas do mundo francófono fora da França. E nela há todo um grupo produzindo pesquisa histórica, antropológica e sociológica. É difícil fazer pesquisa a partir das instituições africanas devido à precariedade dos recursos à disposição dos pesquisadores a ao fato de que o ethos acadêmico compete o tempo todo com as exigências da vida prática. Além disto, são poucos os canais para veicular a produção acadêmica. Apesar de todas as dificuldades, sempre é possível fazer pesquisa original ou dar continuidade às instituições coloniais como o IFAN da antiga África Ocidental Francesa, hoje baseado em Dakar. Este instituto publicou uma série de monografias nos anos 50 e 60, feitas, na maior parte, por pesquisadores franceses. Mas desde o início, sempre houve um ou outro pesquisador africano. Hoje o IFAN é dirigido por africanos e as publicações são majoritariamente feitas por senegaleses ou africanos que estão baseados em outras instituições em África. Eles publicam o boletim do "IFAN". Essa foi uma revista muito importante; antigamente ela circulava por toda África francófona, hoje tem uma circulação mais restrita, tem menor visibilidade. Em suma, o que quero ressaltar é que há pesquisa sendo feita no Senegal, na Serra Leoa, que tem a universidade mais antiga em África (o Fourah Bay College), nas muitas universidades da Nigéria e de outros tantos países. Tome-se o exemplo do Fourah Bay College. Ali foram produzidos muitos trabalhos importantes sobre a Alta Costa da Guiné. Se você quer compreender a Serra Leoa hoje e no passado é fundamental que se leia pelo menos dois pesquisadores importantes, um chama Arthur Potter, um Krio com nome inglês e o outro se chama Ankitola Wyse, outro Krio cujo nome conjuga duas tradições de nomeação. Já na Guiné-Bissau, a pesquisa é muito precária. Existem duas faculdades no país, mas estas são basicamente instituições de formação e não de pesquisa. Mas apesar de tamanha precariedade, o país já produziu investigadores com os quais vale a pena dialogar: Carlos Lopes, Carlos Cardoso, Raul Fernandes, Mamadu Jao e outros. O impacto das pesquisas antropológicas e históricas feitas por africanos em África tem muito a ver com as instituições e a força dos países em projetarem essas produções.

Por exemplo, o âmbito de circulação dos livros de Carlos Lopes é restrito à Guiné-Bissau ou aos círculos acadêmicos de Lisboa, e isto tem a ver com o poder de fogo das editoras que os publicaram. Os poucos especialistas brasileiros sobre a Guiné os conhecem, mas os milhares de antropólogos e sociólogos que formamos no Brasil não. Isto deve dar a vocês uma medida mais realista do mundo. O mundo tende a ser paroquial, mesmo o mundo da antropologia: os ingleses lêem o que eles mesmos produzem, os franceses tendem a ler o que eles escrevem, o mesmo comportamento existe entre nós. Isto tem a ver com barreiras lingüísticas, mas não é só. Há barreiras institucionais que empurram a antropologia para o provincianismo, para a circulação restrita e para a geração de uma audiência provinciana. Por incrível que pareça, as comunidades acadêmicas tendem a ser paroquiais. Acha-se que a ciência é algo universal e principalmente a antropologia, que lida com o outro. Não, não, não, não! O francês só lê em francês e o que o francês produz. Os antropólogos portugueses que fazem pesquisa em África estão quase todos voltados para os países de expressão portuguesa. A mesma coisa ocorre com os ingleses que preferem naturalmente as ex-colônias da Gâmbia, Serra Leoa, Gana, Nigéria e outras, para me restringir à África Ocidental. É uma mistura de barreiras lingüísticas, experiências históricas coloniais e poder institucional de projetar a produção, mercado editorial, público leitor.

O mais importante de tudo isto é que há, sim, uma Ciência Social sendo feita em África por africanos. Agora você pode perguntar se essa antropologia, feita em África, é uma antropologia diferente da antropologia realizada em outros lugares do mundo. Mas eu diria que esta é uma forma infeliz de colocar a pergunta, pois não se trata de uma antropologia africana versus uma européia. O que de fato há é uma antropologia no plural, cujas variantes compartilham um aparato conceitual geral. Não há uma teoria antropológica francesa, inglesa no sentido de uma coisa, um saber auto-contido, separado, sem diálogo com os outros saberes. Falei que a antropologia, como toda a atividade científica, tende a ser paroquial na sua prática cotidiana, mas no que se refere ao corpo compartilhado, há um grande fluxo de idéias em circulação, o que nos leva à quimera da universalidade. Mas aí a gente entra num debate muito mais filosófico... mas tende à universalidade, nós compartilhamos muita coisa, e compartilhamos porque reconhecemos, para o qual eu não tenho maiores competências. Simplificando, o que eu quero dizer é que compartilhamos muita coisa, e assim o fazemos porque reconhecemos que nossa prática chama-se antropologia e não outra coisa. É bela a pergunta de vocês porque nos faz pensar nos limites do nosso saber. Esse mote abestado de que a antropologia feita sobre a África deveria ser feita por africanos não nos leva a nada. A antropologia feita em África por africanos não é muito diferente da que é feita por outros pesquisadores, porque o dia em que for diferente, não vai mais ser antropologia, a gente vai ter que dar outro nome para ela.

Nominata

Agradecemos àqueles que atuaram como pareceristas no presente volume (edições 5.1 e 5.2), por sua criteriosa dedicação na avaliação dos artigos:

Aguinaldo Antonio Cavalheiro Pavao (UEL);
Alessandra Chacham (PUC-MG);
Alexandre Cardoso (UFMG);
Alexandro Dantas Trindade (UFPR);
Ana Lúcia Modesto (UFMG);
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi (USP);
Andre de Macedo Duarte (UFPR);
Antônio Mitre (UFMG);
Beth Marques (PUC - MG);
Cândido Luiz de Lima Fernandes (UFMG);
Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF);
Clara Mafra (UERJ);
Débora Rezende (UFMG);
Deborah Lima (UFMG);
Eduardo Moreira da Silva (UFMG);
Eduardo França Paiva (UFMG);
Eduardo Munhoz Svartman (UPF - RS);
Eleonora Schettini Martins Cunha (UFMG);
Emerson Alessandro Giumbelli (UFRJ);
Emil Albert Sobottka (PUC-RS);
Erni José Seibel (UFSC);
Fábio Kazuo Ocada (UNICOC);
Fabricio Fialho (UFMG);
Flávio da Cunha Rezende (UFPE);
Frederico Batista Pereira (UFMG);
Gabriel Ferrato dos Santos (Unicamp);
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG);
Henrique Zeferino Menezes (UEPB);
Ilana Strozenberg (UFRJ);
Jairo Nicolau (IUPERJ);
Janine Helfst Leicht Collaço (UNB);
Jose Adalberto Mourao Dantas (UEM);
José Carlos Reis (UFMG);
Jussara Reis Prá (UFRGS);
Leila Maria Da' Juda Bijos (UCB);
Luis Arnaut (UFMG);
Marcos Antonio Pedlowski (UENF);
Maria da Graça Jacintho Setton (USP);
Mariana Prandini (UFMG);
Mauricius Martins Farina (Unicamp);
Misia Lins Reesink (UFB);
Noel dos Santos Carvalho (Anhembi Morumbi - SP);
Orivaldo Pimentel Lopes Junior (UFRN);
Paula Miranda Ribeiro (UFMG);
Rainer Câmara Patriota (UFMG);
Raul Francisco Magalhães (UFJF);
Renan Springer de Freitas (UFMG);
Renarde Freire Nobre (UFMG);
Renata Peixoto de Oliveira (UFMG);
Robespierre de Oliveira (UEM - Maringá);
Rodrigo Ednilson de Jesus (UFMG);
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG);

Rosa Maria Vieira Berriel (PUC - SP);
Tania Regina de Luca (UNESP);
Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo (UNESP);
Vanessa Elias de Oliveira (FGV-SP);
Veneza Mayora Ronsini (UFSM);
Vera Alice Cardoso Silva (UFMG);
Verlaine Freitas (UFMG).

Lembramos também nosso permanente débito com o Centro Acadêmico de Ciências Sociais e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, nossos mantenedores.

Informações e Instruções para Colaboradores

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos no seguinte endereço: www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS [...] PONTOS:

1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A *Revista Três [...] Pontos* recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

- 1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

§ Contato: revistatrespontos@fafich.ufmg.br

- 1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".
- 1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 3 mil palavras e no máximo 6 mil.
- 1.4. As Resenhas não devem ultrapassar 3 mil palavras.
- 1.5. Os livros resenhados deverão: (1) ter lançamento recente ou (2) serem pouco conhecidos pelo público, mas ainda assim relevantes (P.Ex.: Obras Raras tornadas públicas recentemente). Em poucas palavras, *recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados*.
- 1.6. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

Normas e orientação para formatação de artigos

1. **Formatação do documento:** os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

- 1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).
- 1.2. **Margens** (todas): 2,5 cm.
- 1.3. **Alinhamento:** justificado.
- 1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.
- 1.5. **Grifos:**
 - 1.5.1. **Aspas** (“ ”): apenas para metáforas, transcrições e citações.
 - 1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.
 - 1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.
 - 1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

2. **Estrutura do artigo:** o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave.

- 2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(ais) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores— em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.
- 2.2. **Os resumos** devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de *5 linhas*. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.
- 2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).
- 2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.
- 2.5. **Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.
- 2.6. **Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

1. **Citação de autores no texto:**

- 1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "*et al.*" em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.* (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.*, 1965)";

1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:

Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina *apud* significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva *apud* Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA *apud* PESSOA, 1980)";

1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

2. Transcrição textual de parte da obra:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica' [...]"

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB -estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes []

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. **Ênfase em trechos da citação:** indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.2.4. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.2.5. **Referências bibliográficas:** para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da *Revista Três [...] Pontos*. As regras gerais são as seguintes:

2.5.1. **Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com "&". No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.5.2. **Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3:275-96.

2.5.3. **Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

2.5.4. **Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.5.5. **Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso /PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.